



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria do Tribunal Pleno

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 150/2021

Aprova o Relatório Circunstanciado das Atividades da Justiça do Trabalho do exercício de 2020.

O Egrégio Pleno do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, em sessão administrativa telepresencial hoje realizada, sob a Presidência da Excelentíssima Desembargadora Ormy da Conceição Dias Bentes, com a presença dos Excelentíssimos Desembargadores Valdenyra Farias Thomé, David Alves de Mello Júnior, Lairto José Veloso, Audaliphil Hildebrando da Silva, Jorge Alvaro Marques Guedes, José Dantas de Góes, Márcia Nunes da Silva Bessa, Corregedora-Regional; Joicilene Jerônimo Portela e da Excelentíssima Procuradora do Trabalho Safira Nila de Araújo Campos, Vice-Procuradora-Chefe da PRT11, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO as informações constantes do Processo TRT11 DP-1104/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório Circunstanciado das Atividades da Justiça do Trabalho do exercício de 2020, devendo encaminhar cópia ao Tribunal Superior do Trabalho, conforme dispõe o art. 31, inciso XXXVII, do Regimento Interno deste Regional.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 7 de julho de 2021.

Assinado Eletronicamente

ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES
Desembargadora do Trabalho
Presidente do TRT da 11ª Região

Relatório de Atividades 2020

<http://esap.trt11.jus.br:80/gestao-esap/validade?v=5800776a-1d7e-4a2a-bf19-8f1bd42f18ef>

<http://esap.trt11.jus.br:80/gestao-esap/validade?v=b0b62d0a-db88-4c81-a7d5-7813ae73e580>



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
AMAZONAS E RORAIMA**

**Relatório de Atividades
2020**

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
AMAZONAS E RORAIMA**

Rua Visconde de Porto Alegre, 1265 - Praça 14 de Janeiro, Manaus/AM.
CEP: 69020-130
Fone/Fax: (92) 3621-7200

Relatório de Atividades 2020

Expediente

Coordenação
Diretoria Geral

Edição e Diagramação
Assessoria de Comunicação Social

Capa
Diego Xavier

Relatório de Atividades 2020

Lairto José Veloso
Presidente

José Dantas de Góes
Vice-presidente

Ruth Barbosa Sampaio
Corregedora Regional

Desembargadores

Solange Maria Santiago Morais

Francisca Rita Alencar Albuquerque

Valdenyra Farias Thomé

David Alves de Mello Júnior

Eleonora de Souza Saunier

Ormy da Conceição Dias Bentes

Audaliphal Hildebrando da Silva

Jorge Alvaro Marques Guedes

Maria de Fátima Neves Lopes

Márcia Nunes da Silva Bessa

Joicilene Jerônimo Portela

SUMÁRIO

Assessoria Jurídico-Administrativa	7
Secretaria-Geral da Presidência	8
Núcleo de Contabilidade	10
Atividades desenvolvidas.....	10
Nossa equipe de colaboradores.....	12
Secretaria-Geral Judiciária	13
Seção de Precatórios.....	13
Seção de Recursos de Revista e de Agravo de Instrumento.....	15
Secretaria de Orçamento e Finanças	16
Atribuição.....	16
Introdução.....	16
Composição Estrutural.....	16
Competência.....	17
Considerações.....	19
Coordenadoria de Pagamento	20
Atribuições.....	20
Composição.....	20
Atividades.....	21
Centro de Memória	24
Palestra Sobre "A Importância da Justiça do Trabalho".....	24
Exposição Fotográfica "Manaus Olha Pra Cima!".....	24
Campanha de Divulgação do Selo Acervo Histórico.....	24
Participação na 4ª Semana Nacional de Arquivos.....	25
Divulgação da Série Recortes do Passado.....	26
Curso de elaboração de projetos para pesquisa em fonte processual.....	27
Relatório sobre as instalações e condições materiais dos arquivos.....	27
Elaboração da Minuta do Programa de Gestão Documental e Memória do Tribunal.....	28
Elaboração de Minuta da Resolução 277/2020, que trata do acesso à informação.....	28
Atividades da Seção de Arquivo Permanente.....	28
Atividades da Seção de Gestão Documental.....	29
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações	30
Siglário.....	30
Núcleo de Planejamento e Gestão de TIC.....	31
Coordenadoria de Operação e Suporte de TIC.....	34
Núcleo de Desenvolvimento de Sistemas de Informação.....	38
Comitês.....	38

Diretoria-Geral	40
Competências	40
Estrutura Administrativa da Diretoria-Geral	41
Participação em Comissões/Comitês	43
Principais ações realizadas/viabilizadas em 2020	44
Secretaria de Gestão de Pessoas	50
Apresentação.....	50
Competências regimentais	50
Estrutura da Secretaria de Gestão de Pessoas	51
Recursos Humanos da Secretaria	51
Diretoria da SGPES.....	52
Estrutura Interna da Secretaria de Gestão de Pessoas	54
Secretaria de Administração	67
Considerações Iniciais.....	67
Estrutura administrativa	67
Principais Ações Realizações pela Secretaria de Administração	68
Demonstrativo do Quantitativo de Expedientes Elaborados na Secretaria de Administração.....	68
A Secretaria de Administração realizou, ainda, as seguintes atividades não quantificadas acima:.....	68
Resumo da execução orçamentária da grade da SAD	69
Principais contratos sob a gestão/fiscalização da Secretaria de Administração	69
Divisão de Licitações e Contratos (DLC).....	69
Diretoria do Fórum Trabalhista de Boa Vista	83
Considerações Iniciais.....	83
Principais atividades administrativas desenvolvidas no exercício de 2020 pela seção de apoio ao FTBV	84
Suprimento de Fundos	86
Justiça Itinerante	87
Correição nas Varas Trabalhistas de Boa Vista	87
Semana Estadual de Conciliação	89
Conclusão.....	89
Núcleo de Segurança Institucional	90
Apresentação.....	90
Controle das matérias administrativas (e-sap) e atividades realizadas pela Seção de Gestão de Riscos	90
Controle das matérias administrativas (e-sap), atividades e diligências em acompanhamento com oficial de justiça, realizadas pela Seção de Operações de Segurança.....	91
Controle das matérias administrativas (e-sap) pela Seção de Transporte.....	92
Relação de servidores e condutores	93
Frota de veículos.....	95
Objetivos de gestão.....	96
Procedimentos realizados	96
Sugestões de melhorias	97
Seção de Segurança	100

Efetivo da Seção de Segurança	101
Deliberações finais.....	101
Escola Judicial	102
Magistrados e Servidores - 2020	102
NFAM- Eventos em Parceria / Apoio em Realização de Eventos / Atividades de outras Escolas	108
NFAS/ Parceria / Apoio em Eventos Realizados / Patrocinados Por outras Unidades.....	117
Assessoria de Gestão Estratégica	118
Apresentação Sucinta da Assessoria de Gestão Estratégica	118
Principais Atividades Desenvolvidas.....	118
Eventos, Atividades e Ações em Destaque	120
Atividades Desenvolvidas pelas Unidades Integrantes da AGE	125
Secretaria da Corregedoria Regional	130
Introdução	130
Atividades da Corregedoria.....	130
Atividades da Seção de Ouvidoria	148
Assessoria de Comunicação Social	157
Apresentação.....	157
Campanhas institucionais	157
Cobertura de Eventos	158
Redes Sociais	158
TRT11 na Mídia	158
Comunicação na pandemia	158



ASSESSORIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

Durante o exercício de 2020, a Assessoria Jurídico-Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, no exercício de suas competências previstas no art. 21 do Regulamento Geral dos Serviços, executou as seguintes atividades, tendo em sua lotação, durante todo o exercício, os servidores José de Arimathéa Matias Fernandes (Técnico Judiciário, Assessor Coordenador - CJ-3), Andrezza Letícia Oliveira Tundis Ramos (Analista Judiciária, Assessora CJ-3), Mário Jorge Tetenge (Técnico Judiciário, Assessor CJ-3) e Gílian Fabiane Valadão Aguiar (Analista Judiciária, Assistente-Chefe da AJA):

Atividade	Quantitativo
Memorandos expedidos	7
Informações processuais	7
Pareceres em processos administrativos (pessoal, licitações/contratos) ¹	307

1 Principal atividade da AJA/TRT11, destacando-se que, no ano de 2020, entraram na AJA 384 (trezentos e oitenta e quatro) processos administrativos e saíram 375 (trezentos e setenta e cinco), com o tempo médio de espera no setor (para manifestação) de 5 dias, bem menos que o prazo de 15 dias para emissão de parecer, previsto no art. 42 da Lei n.º 9.784, de 28 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.



SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

O Tribunal Regional Do Trabalho da 11ª Região, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, teve como Presidente o Desembargador do Trabalho Lairto José Veloso, como Vice-Presidente, o Desembargador do Trabalho José Dantas de Góes e, como Corregedora Regional, a Desembargadora do Trabalho Ruth Barbosa Sampaio (no período de 1º/01/2020 a 14/12/2020); A partir de 15/12/2020 assumiu a Presidência deste Tribunal a Desembargadora do Trabalho Ormy da Conceição Dias Bentes, como Vice-Presidente a Desembargadora do Trabalho Solange Maria Santiago Morais e como Corregedora Regional a Desembargadora do Trabalho Márcia Nunes da Silva Bessa. No período em que esteve afastado a serviço do Tribunal, o Desembargador-Presidente foi substituído pelo Desembargador do Trabalho José Dantas de Góes, Vice-Presidente, conforme art. 35, I, do Regimento Interno.

A Secretaria-Geral da Presidência, em cumprimento ao que determina o art. 44 do Regulamento Geral 2017 deste Tribunal, desenvolveu, durante o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, as seguintes atividades:

- I. planejou, coordenou, dirigiu e controlou as atividades que atendiam ao Presidente no desempenho de suas funções, dentro das linhas básicas de desenvolvimento e operação traçadas pelo Presidente;
- II. organizou, supervisionou e executou atividades administrativas da Presidência do Tribunal;
- III. preparou ou analisou, previamente, quando oriundo de outras unidades, o expediente assinado pelo Presidente, tendo elaborado e conferido minutas de Despacho, Portarias, Atos, Ofícios, Memorandos, editais, dentre outros, assim como os da Secretaria-Geral;
- IV. manteve organizados os arquivos da Presidência, tendo resguardado os de natureza

confidencial;

- V. supervisionou e controlou a recepção, a seleção e o encaminhamento de expediente e correspondência do Presidente;
- VI. coordenou as atividades vinculadas à Presidência, tendo mantido atualizada a agenda do Presidente e auxiliado no cumprimento da agenda oficial;
- VII. providenciou a publicação de todo o expediente que decorreu de suas atribuições; e
- VIII. executou, em geral, os demais atos e encargos que lhe foram determinados pelo Presidente.
- IX. a partir de 20 de março de 2020, executa os serviços por meio remoto (home office), em conformidade com o ATO CONJUNTO N°02/2020/SGP/SCR, de 20/03/2020, como medida de emergência para prevenção da disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19).

Dados Estatísticos das Atividades em 2020	
Expediente	Quantidade
Editais	10
Atos	76
Atos Conjuntos	12
Portarias	404
Ofícios Expedidos	757
Ofícios-circulares	128
Memorandos Expedidos	4
Proposições	3
Expedientes Diversos - Assinados Eletronicamente (E-sap)	15241
Total de Documentos Expedidos e Recebidos	16635

Fonte: Secretaria-Geral da Presidência



NÚCLEO DE CONTABILIDADE

O Núcleo de Contabilidade tem suas atribuições definidas nos artigos 104, 105 e 106 do Regulamento Geral deste Regional, além de outras responsabilidades definidas por Atos da Administração.

Todas as ações no exercício de 2020 foram realizadas em consonância com as atribuições previstas no Regulamento Geral e em conformidade com as Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBCASP.

Atividades desenvolvidas

- Orientar, coordenar, controlar e dirigir as atividades inerentes à programação contábil, inclusive extraindo balancetes, balanços e demonstrativos mensais;
- Acompanhar o registro de atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em conformidade com o Plano de Contas da União;
- Acompanhar, observar e cumprir as instruções emanadas da Secretaria do Tesouro Nacional e demais normas, pertinentes a área contábil;
- Verificar diariamente o Balancete do Tribunal, a fim de detectar e corrigir as possíveis inconsistências contábeis geradas na execução orçamentária;
- Examinar, sob o aspecto contábil, dos documentos contratuais que implica despesa;
- Processar a liquidação de despesas com fornecedores de bens e serviços, folha de pagamento de pessoal e benefícios;
- Atender, através de memorando, as consultas sobre a classificação orçamentária da despesa;
- Processar registro de Contratos Administrativos em contas próprias;
- Conciliar os saldos contábeis com os relatórios mensais de entrada e saída de material de consumo (RMA - Almojarifado) e permanente (RMB - Patrimônio) e realizar os ajustes necessários no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;
- Conferir e contabilizar as Avaliações e as Depreciações de bens móveis e imóveis, bem

como, as baixas deferidas em processo regular;

- Efetuar diariamente a Conformidade de Registro de Gestão dos atos e fatos praticados pela administração na execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- Efetuar mensalmente a Conformidade Contábil e a Conformidade dos Operadores, junto ao SIAFI;
- Manter atualizado no sistema SIAFI a relação dos responsáveis pela gestão dos bens do Tribunal (ROL DE RESPONSÁVEIS);
- Proceder no sistema autoatendimento setor público do Banco do Brasil a liberação e o controle de recursos concedidos por Suprimentos de Fundos por meio do cartão CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal;
- Controlar os prazos de aplicação e de comprovação de Suprimentos de Fundos, analisar a prestação de contas e emitir relatório ao Ordenador de Despesas para aprovação ou não da documentação apresentada, podendo, ainda, em caso de verificar alguma inconsistência, submeter a prestação de contas dos supridos ao Serviço de Controle Interno, para emissão de parecer;
- Proceder o pagamento das faturas do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF);
- Proceder o recolhimento dos encargos patronais e efetuar no SIAFI a apropriação das mesmas, em relação às despesas executadas com suprimento de fundos na Natureza de Despesa 339036 (Serviço de Pessoa Física);
- Proceder o pagamento de ISSQN relativo às Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas, em despesas executadas com suprimento de fundos na Natureza de Despesa 339039 (Serviço de Pessoa Jurídica);
- Efetuar no SIAFI a reclassificação contábil das despesas executadas com suprimento de fundos;
- Elaborar o Relatório de Gestão Fiscal - RGF a cada quadrimestre do exercício financeiro e publicar no site SICONFI;
- Analisar o processo de Inventário Físico Anual dos bens móveis e imóveis, confrontado os saldos com o Balanço Patrimonial;
- Fornecer informações pertinentes ao Relatório de Gestão Anual junto ao TCU;
- Fornecer informações relevantes para a Tomada de Contas Anual junto ao TCU;
- Controlar, cobrar e anexar nos processos de diárias os comprovantes das viagens realizadas por servidores e magistrados, conforme determina a Resolução Administrativa TRT11 nº.135/2009, republicada pela Resolução Administrativa TRT11 nº. 124/2013;
- Manter as publicações mensais no portal da transparência dos suprimentos de fundos e das diárias de magistrados e servidores;
- Manter em boa ordem os documentos referentes às operações que se referem à execução orçamentária, financeira e patrimonial, para efeito de controle interno e externo;
- Realizar a análise final dos processos administrativos de aquisição de bens e serviços e folhas de pagamento de pessoal, para posterior arquivamento;
- Requisitar do arquivo geral de 2ª. Instância, matérias administrativas arquivadas, quando necessário;
- Manter sob guarda os processos de matéria administrativa que foram pagos no exercício;
- Remeter, ao final do exercício, os processos pagos de exercícios anteriores, ao arquivo geral de 2ª. Instância do Tribunal;

- Atender os diversos setores com informações a respeito das matérias administrativas arquivadas e demais expedientes de interesse do Serviço de Contabilidade.

A execução, no sistema SIAFI, do registro analítico e sistemático dos fatos orçamentários, financeiros e patrimoniais e demais atos e medidas relacionados à execução da despesa, produziu os seguintes dados:

Documentos Gerados no SIAFI - Exercício de 2020	
Descrição da ação	Quantidade de ações
Notas de Sistema (NS)	5.573
Notas de Lançamento (NL)	22
Demonstrações contábeis:	06
Balanço Financeiro	01
Balanço Patrimonial	01
Balanço Orçamentário	01
Demonstrações das Variações Patrimoniais	01
Demonstrações do Fluxo de Caixa	01
Demonstração das Mutações no Patrimônio	01

Quadro Estatístico - Outras atividades desenvolvidas		
	Atividade	Quantitativo
1	Concessão de Suprimentos de Fundos	57
2	Prestação de Contas de Suprimento de Fundos	57
3	Comprovantes de viagens dos processos de diárias	128
4	Controle e arquivamento de processos virtuais no sistema E-SAP	1.191
5	Controle e arquivamento de processos físicos no sistema SAP	02
6	Memorandos expedidos.	488
7	Memorandos Circulares expedidos	01
8	Ofícios expedidos	28
9	Conformidade de Registro de Gestão	1.820
10	Conformidade contábil	12
11	Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal	4
12	Participação na elaboração do relatório anual de atividades	1
13	Participação na elaboração do relatório de gestão ao TCU	1

Nossa equipe de colaboradores

- Cláudio Henrique Correa Moreira - Técnico Judiciário - Chefe do Núcleo de Contabilidade
- Rayol de Mendonça Junior - Técnico Judiciário – Assistente Chefe do Núcleo de Contabilidade
- Lílian Bivar Rodrigues de Azevedo - Técnico Judiciário - Assistente III
- Felipe Junnot Vital Neri - Técnico Judiciário



SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA

A Secretaria-Geral Judiciária é vinculada à Presidência, sendo responsável, dentre outras funções, por planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução dos serviços judiciais do Tribunal.

É formada por sete seções: Seção de Precatórios, Seção de Recurso de Revista, Seção de Agravo de Instrumento em Recurso de Revista, Seção de Jurisprudência, Seção de Documentação, Seção de Contadoria e o Núcleo de Gerenciamentos de Precedentes e de Ações Coletivas.

Dentre os seus projetos no ano de 2020, destacam-se:

- Sistema GPrec – Sistema de Gestão Eletrônica de Precatórios. A implantação deste satélite do Sistema Processo Judicial Eletrônico otimizou os procedimentos de expedição de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor municipais, estaduais e federais, controlando todo o fluxo de tramitação e pagamento destes.
- Sistema AJ/JT – Foi implantado e regulamentado, no âmbito deste Tribunal, o Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária destinado ao cadastro e gerenciamento de peritos, tradutores e intérpretes, visando ao atendimento à Resolução nº 247 do CSJT, de 25 de outubro de 2019.
- Certidão Eletrônica de Objeto e Pé – O TRT da 11ª Região, por meio do Ato TRT 11ª REGIÃO Nº 36/2020/SGP, disponibilizou ao público a Certidão Eletrônica de Objeto e Pé que fornece aos interessados um resumo das ocorrências do processo em tramitação no 1º e 2º grau de jurisdição, registrando desde a autuação até o último andamento lançado no sistema informatizado pelas unidades de origem do processo. Apenas os processos em segredo de justiça não são contemplados, devendo-se dirigir o pedido à unidade judiciária onde tramita o processo. A referida disponibilização promove a efetiva aplicação do art. 5º, XXXIII e XXXIV, b, da Constituição da República, conferindo transparência aos atos processuais e garantindo a todos o direito de acesso às informações e de obter certidão em repartição pública, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal, independentemente do pagamento de taxas.

Seção de Precatórios

A Seção de Precatórios é responsável pela formalização de requisições de pagamento de determinada quantia devida pela Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, em face de uma condenação judicial.

Por meio da Portaria nº 28/2019/SGP, de 10/1/2019, houve a designação do Juiz do Trabalho Djalma Monteiro de Almeida, Titular da 1ª Vara do Trabalho de Manaus, e o Juiz do Trabalho

Substituto Antônio Carlos Duarte de Figueiredo Campos para atuarem, respectivamente, como Gestor e Juiz Auxiliar de Precatórios do TRT11, até 14/12/2020, sem prejuízo de suas funções jurisdicionais;

No período de 17 a 21 de fevereiro de 2020, foi realizada a VI Semana da Conciliação. A boa prática, instituída por meio da Resolução Administrativa nº 129/2017, tem como objetivo promover audiências de conciliação com a participação dos entes públicos do Regime Geral após o levantamento da dívida consolidada atualizada e não paga até dezembro do ano anterior.

Foram incluídos os seguintes entes públicos na referida semana: Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Careiro, Itapiranga, Lábrea, Pauini, Rio Preto da Eva, Santa Isabel do Rio Negro, Tapauá, Urucurituba, Companhia de Água, Esgoto e Saneamento Básico de Coari (CAESC), Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Amazonas, Hospital Adriano Jorge, Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas (Hemoam) e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Manacapuru (SAAE).

Foram colocados na pauta 78 (setenta e oito) precatórios e solucionados 68 (sessenta e oito), totalizando a importância de R\$2.599.759,86 (dois milhões, quinhentos e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e seis centavos).

Em outubro/2020, foi implantado o Sistema de Gestão de Precatórios – GPrec, aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, como Sistema Satélite do PJe para utilização por toda Justiça do Trabalho. Tem como objetivo controlar todo o fluxo de cobrança e pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.

Em novembro/2020, foi publicado o Ato Conjunto nº 11/2020/SCR/SGP, que atualiza e sistematiza a Consolidação dos Provimentos da Corregedoria do Tribunal, alterando a Subseção XXI, que dispõe sobre Precatório e RPV, visando a sua adequação à Resolução CNJ nº 303/2019.

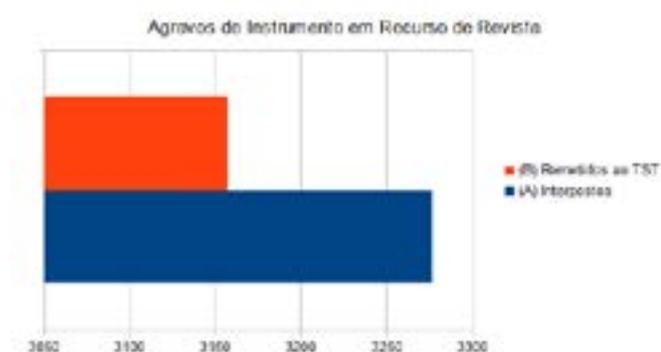
Precatórios Recebimento, Cancelamento e Encaminhamento		Quantidade
(A) Recebidos	(A1) Administração direta	225
	(A2) Administração indireta	47
(B) Recebidos – Total		272
(C) Expedidos para o órgão devedor	(C1) Expedidos	432
Precatórios Quitados e Pendentes de Quitação		Quantidade
(A) Quitados	(A1) Administração direta	206
	(A2) Administração indireta	31
	Total (A)	237
RPV da União: Recebidas, Canceladas e Encaminhadas		Quantidade
(A) Recebidas da União	(A1) Administração direta	69
(A) Recebidas da União	(A2) Administração indireta	115
(B) Recebidas da União – Total		184
(C) Expedidas para o CSJT	(C1) Expedidas	166
RPV da União: Quitadas e Pendentes de Quitação		Quantidade
(A) Quitadas	(A1) Administração direta	78
	(A2) Administração indireta	125

Seção de Recursos de Revista e de Agravo de Instrumento

As Seções de Recurso de Revista e de Agravo de Instrumento são responsáveis pela elaboração de minutas de despachos e decisões dos processos de competência hierárquicamente superior. As minutas são confeccionadas observando-se a data da conclusão do processo à Presidência do Tribunal, bem como as preferências legais.

Recursos de Revista		Quantidade
(A) Interpostos		4329
(B) Concluídos		19
(C) Admitidos		395
(D) Admitidos parcialmente		189
(E) Não admitidos		3611
(F) Baixados – Acordo/Desistência/Fungibilidade		178
(G) Pendentes	(G1) Suspensos ou sobrestados	89
	(G2) Exceto suspensos ou sobrestados	718
Total		807
Agravos de Instrumento em Recurso de Revista		Quantidade
(A) Interpostos		3.276
(B) Remetidos ao TST		3.157
(C) Pendentes de remessa		458

Prazo de Admissibilidade do Recurso de Revista	Quantidade	Prazo médio (em dias)
(A) Prazo médio da conclusão até a prolação da decisão da admissibilidade do Recurso de Revista para o TST	3.688	28,72
(B) Prazo médio da chegada do processo no órgão competente até a prolação da decisão da admissibilidade do Recurso de Revista para o TST	824	57,42





SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Atribuição

A Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT11) tem sob sua responsabilidade a gestão financeira e orçamentária, que visa uma gestão pautada na eficiência e transparência, que advém da integração coerente entre o que foi planejado e o que será realmente realizado.

Posto isso, a Secretaria na destinação dos recursos tem como finalidade aplicar os conceitos firmados no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Introdução

Em cumprimento ao inciso XV, artigo 35 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região a Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF, apresenta por meio do Relatório de Anual de Atividade referente ao exercício de 2020 as atribuições da Secretaria as quais englobam as atividades referentes à administração financeira e orçamentária desta Corte Trabalhista, promovendo a coordenação e controle de suas tarefas por meio dos sistemas do Governo Federal: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI; Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal – SIOP e Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho- SIGEO-JT. A SOF também realiza gestões junto a Coordenadoria de Pagamento e o Núcleo de Contabilidade, a fim de adequar o orçamento com o propósito de viabilizar a satisfação dos jurisdicionados.

Composição Estrutural

Nome	Efetivo	Nome / Função	Nível
Luana Joia de Figueiredo Costa Balbino	Técnico Judiciário	Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças	CJ-03
Alfredo Melo da Silva	Analista Judiciário	Assistente - Chefe	FC-06
Juliane Nery de Oliveira	Técnico Judiciário	Assistente-Chefe da Coordenadoria de Pagamento	FC-05
Loretta Ramos Seffair ²	Técnico Judiciário	Assistente da Diretoria-Geral	FC-05
Aline Salerno Gomes de Lima ³	Técnico Judiciário	Assistente da Diretoria-Geral	FC-05

2 Aposentou-se em março de 2020, conforme Resolução Administrativa n.º73/2020, publicada em 09.03.2020

3 Conforme Portaria de designação n.º131/2020, publicada em 10.03.2020

Competência

- Elaborar e acompanhar a Proposta Orçamentária do Tribunal para cada exercício, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - SIGEO-JT e Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal – SIOF;
- Efetivar alterações de créditos de acordo com as necessidades administrativas;
- Elaborar o Plano Plurianual;
- Participar do Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal – SIOF das metas físicas e financeiras atingidas no exercício, fazendo as justificativas circunstanciadas (quando necessárias), referentes às ações orçamentárias pertinentes a Lei Orçamentária Anual - LOA e os Créditos de 2018, bem como as relativas a Restos a Pagar e Recursos de Projetos Nacionais Descentralizados;
- Dá ciência à Presidência do Egrégio Tribunal quanto a tendência das metas finalísticas (processos julgados);
- Analisar o impacto orçamentário/financeiro dos empenhos oriundos dos contratos fixos estimativo sobre o crédito inicial;
- Solicitar suplementações de créditos junto ao Tribunal Superior do Trabalho - TST nas épocas próprias, bem como de créditos especiais e extraordinários quando necessários;
- Exercer a administração dos recursos orçamentários/financeiros, fazendo um acompanhamento frequente de forma a identificar despesas não suportadas pelo orçamento;
- A Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF conta com apoio de seus colaboradores na operacionalização das matérias administrativas (MA's) eletrônicas de: pessoal, fornecedores e honorários periciais, por meio do Sistema de Acompanhamento de Processos – E-sap, assim como nos processos físicos com tramitação pelo SAP;
- Coordenar os trabalhos relativos ao à Coordenação de Pagamento e Núcleo de Contabilidade;
- Adotar toda e qualquer medida que visem ao bom andamento das atividades da Secretaria;
- Controlar os recursos orçamentários disponíveis, acompanhando a publicação de leis, decretos e atos pertinentes e realizando a reserva de dotação, prévia à autorização da despesa;
- Solicitação de créditos adicionais (suplementares) junto ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT;
- Acompanhamento e elaboração da Proposta Orçamentária para 2020, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal - SIOF, em atendimento às metas estabelecidas pela gestão atual.

Aos Assistentes de Apoio Compete

- Suporte nas análises de processos de aquisição/contratação de bens e serviços, Auxiliar no apoio técnico nas atividades referentes à execução orçamentária e financeira.
- Organizar os arquivos (pastas: físicas e virtuais) de documentos eletrônicos (internos/externos), recebidos de outros órgãos da Administração Pública, concernentes à gestão orçamentária e assuntos congêneres.
- Elaborar as planilhas orçamentárias para subsidiar o (a) diretor (a) em reuniões solicitadas, prestar informações técnicas sobre o impacto da execução orçamentária e financeira em consonância com a Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal.

- Suporte nas análises de processos de capacitação de servidores e aperfeiçoamento de magistrados; diárias de servidores e magistrados, ajuda de custo, exoneração, abono de permanência, férias indenizadas, indenização de recesso, honorários periciais, suprimento de fundo, instrutoria de servidores e magistrados indenizações, acertos financeiros em geral, anuênios, licença-prêmio, ressarcimentos, referentes à execução orçamentária e financeira, prestar informações técnicas sobre o impacto da execução orçamentária e financeira em consonância com a Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal.
- Análise para concessão da disponibilidade orçamentária dos suprimentos de fundos; análise para concessão da disponibilidade orçamentária de honorários periciais concedidos na Ação "Assistência Jurídica a Pessoas Carentes";
- Adequação diária dos recursos por elemento de despesa e Programa de Trabalho, bem como emissão diária de alterações do QDD (Quadro Detalhamento da Despesa) no SIAFI.
- Acompanhar e controlar os saldos dos processos estimativos, reforçando e anulando os empenhos mantidos na pasta ADEQUAÇÃO;

Outras Atividades Exercidas

No exercício de 2020, o Tribunal Regional do Trabalho da 11.^a Região teve como Dotação Inicial o valor de R\$492.170.139,00 e, posteriormente, sua Dotação Atualizada foi no montante de R\$516.958.429,79.

Foram re cepcionados por meio da Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF dotações suplementares com o propósito de atender as seguintes Ações:

- Ativos Civis da União – R\$5.108.246,00;
- Aposentadorias e Pensões Civis da União – R\$11.753.031,00;
- Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho PO-0000– R\$2.277.670,00;
- Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho PO-0001 – Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de Tecnologia de Informação – R\$2.938.416,00;
- Contribuição Patronal PSSS – R\$2.277.656.

No mês de abril de 2020, em resposta às Mensagens SEOFI/CSJT n.º 15 e 17/2020, Fase Qualitativa da PLOA 2021 e Proposta Orçamentária Prévia 2021, respectivamente, a Secretaria de Orçamento e Finanças com o apoio do senhor Diretor-Geral, Secretaria de Administração e Seção de Engenharia, retomou para a grade orçamentária deste Tribunal no exercício de 2021, o projeto 10 WS- Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Manaus com o valor de R\$4.333.000,00, bem como, inseriu um novo projeto, o qual foi autorizado pelo CSJT, o 15 WD- Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Tefé no montante de R\$1.091.087,00.

Nos meados de 2020, com o cenário do país causado pela pandemia, a Secretaria de Orçamento e Finanças e Diretoria-Geral preocupados com o baixo índice de execução do orçamento, solicitou aos gestores que traçassem novas metas, sendo disponibilizados e/ou remanejados orçamentos pela SETIC, Divisão de Manutenção e Projetos, Seção de Transporte, Secretaria da Corregedoria, EJUD, Secretaria de Gestão de Pessoas, Seção de Saúde, Secretaria de Administração e Coordenadoria de Material e Logística. Ressalta-se que os remanejamentos tinham como escopos o seguinte: a preparação de ambientes funcionais para o retorno ao trabalho; aquisições de bens permanentes como: aparelhos condicionadores de ar, mobiliário; notebooks; 2 veículos pick up para atender Varas do Interior entre outros.

Com o Trabalho remoto causado pela COVID-19, houve redução das despesas, assim, a SEOFI/CSJT solicitou apuração de sobras orçamentárias para remanejamento às ações de pessoal, sendo informada as seguintes sobras:

- 02.122.0033.4256.6019 – ACJT- Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - GND3 - FONTE 100 – Valor R\$1.091.003,00;
- 02.122.0033.4256.6019 – ACJT- Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - GND4 - FONTE 100 – Valor R\$292.947,00;
- 02.122.033.4256.6019 – ACJT- Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de Tecnologia da Informação – GND4 – FONTE 300 – Valor R\$2.042.471,00.
- 02.131.0033.2191.6019 - Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - GND3 – Valor R\$12.650,00.

Vale salientar que para a ação 02.331.0033.212B.6019, PO-0009, PTRES-167934 – Auxílio Funeral e Natalidade foi previsto na LOA 2020 o valor de R\$123.331,00, ocorre que no mês de maio já tinha sido liquidado 90%, sendo o restante insuficiente para cobertura da despesa até o encerramento do exercício, sendo assim, a Secretaria de Orçamento e Finanças utilizou orçamento da Ação 02.122.033.4256.6019, PO-0000, PTRES 167936 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho e posteriormente, no segundo período de crédito, remanejou para a mencionada ação e reclassificou a despesa. No final do exercício de 2020 o gasto com a ação atingiu o montante de R\$318.599,95.

No exercício de 2020, fora as ações comuns do orçamento, tiveram ações orçamentárias descentralizações internas (Provisões) para Programa de Trabalho Seguro, Programa Combate ao Trabalho Infantil e de estímulo à aprendizagem, Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação, Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENAMAT) e Sentenças Judiciais – RPV (Recursos de Pequenos Valores), bem como, descentralizações externas (Destaques) recebidas dos Órgãos da Administração Direta e Indireta destinadas ao atendimento das sentenças transitadas em julgado (precatórios).

Por fim, ressaltamos que a SEOFI/CSJT autorizou o pagamento de alguns passivos e demandas administrativas de 2020, conforme discriminados a seguir: gratificação por exercício cumulativo de jurisdição GECJ aos desembargadores; conversão de 1/3 de férias dos magistrados entre outras.

Considerações

Ante o exposto, como demonstrado no relatório, a Secretaria de Orçamento e Finanças juntamente com a sua estrutura, Diretoria-Geral e demais áreas procurou desenvolver suas atividades, mesmo com todas as dificuldades do ano de 2020 por conta da pandemia.



COORDENADORIA DE PAGAMENTO

Atribuições

A Coordenadoria de Pagamento do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região tem sob sua responsabilidade: execução orçamentária e financeira nos programas de trabalhos divididos em atividades e projetos aprovados pela LOA – Lei do Orçamento Anual; pedidos de créditos suplementares; remanejamento de créditos; elaboração de PPA junto à Secretaria de Orçamento e Finanças; participação no Relatório de Gestão Fiscal apoiando ao Núcleo de Contabilidade; relatórios mensais publicados em Contas Públicas, na página inicial do TRT e Siafi-jud (junto ao Conselho Nacional de Justiça), atendendo a Resolução nº. 102-CNJ; informação anual da DIR-F-GOVERNO junto aos fornecedores de pessoa física e jurídica; relatórios mensais de pedidos de recursos financeiros junto a SEOFI, para pagamento de folhas normais e suplementares de Pessoal, como também para os benefícios e demais despesas correntes.

Composição

- Seção de Pagamento de Bens e Serviços
- Seção de Pagamento de Pessoal e Magistrados

Ao Diretor da Coordenadoria de Pagamento compete

- Participação na elaboração da Responsabilidade Fiscal, nos seus três quadrimestres do ano, dando apoio ao Núcleo de Contabilidade;
- Divulgar mensalmente, os anexos 1 (Despesas e Repasses) e 2 (Acompanhamento da Execução Orçamentária), assim como do Anexo-RAP (no final de cada exercício) que fazem parte da Resolução nº. 102 do CNJ, na página do TRT (Contas Públicas) e do sistema SIAFI-JUD;
- Divulgar mensalmente, na página do TRT em Transparências - Contas Públicas, a Execução Orçamentária e Financeira por Programas de Trabalho;

- Divulgar bimestralmente, na página do TRT em Transparências - Contas Públicas, o Detalhamento de Execução Orçamentária e Financeira, com os Quadros de Detalhamento de Programas e Execução das Despesas;
- Participar dentro do SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, dos pedidos de créditos suplementares; proposta orçamentária que dá origem à LDO, nas suas fases qualitativas e quantitativas; PPA; ingressos de projetos e de novas ações programáticas e outras aplicações, dando apoio à Secretaria de Orçamento e Finanças;
- Encaminhar diariamente para o Núcleo de Contabilidade todos os pagamentos anteriormente efetuados, para que sejam realizadas as conformidades diárias documentais, bem como diversas outras ações que movimentam a rotina da Coordenadoria;
- Responsável pela publicação da LOA anual em sua execução orçamentária e financeira de 1ª e 2ª instâncias, da Resolução CNJ nº 195/2014, no Portal do TRT, aba de Transparência;
- Apoiar a Secretaria de Orçamento e Finanças no ingresso de dados no SIGEO - Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho.
- Acompanhar os ingressos das documentações (fichas financeiras e contras cheques) enviados pelas Prefeituras nas cessões de servidores cedidos ao TRT, para que sejam assegurados e efetivados os reembolsos do exercício.
- Acompanhar e executar os ingressos no SIAFI, das relações de Restos a Pagar Processados e Não Processados, assim como as reinscrições, para o exercício seguinte, após as autorizações do Ordenador da Despesa.

Composição Funcional

Nome	Cargo Efetivo	Nome da Função	Nível
José Carlos Cunha de Carvalho	Analista Judiciário	Diretor da Coordenadoria de Pagamento	CJ-02
Pedro Anderson Sampaio de Almeida	Analista Judiciário Adm. - Contabilidade	Chefe da Seção de Pagamento de Bens e Serviços	FC-05
Nágila Maria Pereira de Brito	Técnico Judiciário	Chefe da Seção de Pagamento de Pessoal e Magistrados	FC-05
Sofia Helena Pinheiro Maia Leal Andreocci	Técnico Judiciário	Assistente da Coordenadoria de Pagamento	FC-03
Aglacy de Araujo Menandes	Técnico Judiciário	Assistente-Chefe da Seção de Pagamento de Pessoal e Magistrados	FC-03
Daniele Pantoja Pereira	Técnico Judiciário	Assistente-Chefe da Seção de Pagamento de Bens e Serviços.	FC-03
Rafael dos Santos Reis	Técnico Judiciário	Assistente da Diretoria Geral	FC-03

Atividades

Atividades desenvolvidas de forma coletiva e com auxílio da estagiária Vitória Oliveira Falcão

Atividades	Físico
Encaminhamento de pagamentos ao Setor de Contabilidade Analítica para contabilização final dos processos, através do E-Sap.	Diário
Juntar documentos nos processos virtuais (folhas de pagamentos, fornecedores, supridos, peritos etc.), através do E-Sap.	Diário

Expedição de ofícios.	10
Expedição de memorandos.	14
Remessa das consignações das folhas de pessoal para os consignatários. (através de E-Mail).	Mensal
Encaminhar aos setores dos gestores dos processos que contenham notas de empenho ou pagamentos de qualquer natureza, através do E-Sap.	Diário
Executar em geral, os demais atos e medidas relacionadas com suas finalidades, inclusive quanto ao preparo do expediente próprio.	Diário

A servidora SOFIA HELENA MAIA LEAL ANDREOCCI e AGLACY DE ARAUJO MENANDES desenvolvem as atividades abaixo relacionadas:

- Análise prévia de todos os processos administrativos autorizados para emissão de notas de empenhos/reforços e anulações de todas as despesas orçamentárias, advindas de processo licitatório ou compras diretas ou outras modalidades de licitação.
- Manter em planilhas próprias o controle de todas as notas de empenho emitidas.
- Manter atualizado o Plano de Contas para que sejam devidamente adequadas todas as despesas a serem realizadas, na emissão da LI (lista de itens) que antecedem a Nota de Empenho.
- Encaminhar para as empresas vencedoras através de e-mail, as Notas de Empenhos a serem confirmadas.

Seções de Pagamentos de Bens e Serviços / Pessoal e Magistrados

- Efetuar o pagamento aos fornecedores de materiais e de serviços, servidores ativos e inativos, magistrados, pensionistas e precatórios, através da Ordem Bancária durante o exercício corrente, restos a pagar e exercícios anteriores, observando-se as retenções tributárias cabíveis.
- Emissão diária de GPS/CPR (recolhimento de INSS), DAR (Prefeitura - ISS), GRU-ELETRÔNICA (PSSS Empregador/Empregado), Indenização à Fazenda Nacional, Imprensa Nacional, dentre outros, bem como documentos necessários e relativos aos pagamentos efetuados.
- Emissão da relação de ordens bancárias – RT.
- Emitir GRU (Guia de Recolhimento da União) para efetivar os depósitos que se fizerem necessários (devolução de férias, diárias, ressarcimento de energia e outros), enviados pelos setores responsáveis.
- Elaboração mensal da Programação Financeira (PF), solicitando recursos para pagamento de pessoal e fornecedores.
- Efetuar a declaração das obrigações acessórias previstas na legislação tributária e relativas aos pagamentos efetuados por esta Coordenadoria de Pagamento observando-se a legislação de regência (GFIP, DIRF e as que venha substituí-las).
- Participação na elaboração do Relatório de Gestão Fiscal (quadrimestral), auxiliando conjuntamente com a direção do setor e o Núcleo de Contabilidade.
- Proceder aos ajustes financeiros necessários para o encerramento do exercício.
- Apoio mensal ao Núcleo de Contabilidade nas apropriações de despesas com Pessoal e Encargos Sociais.
- Controle diário das contas financeiras correlatas com suas vinculações de pagamentos.

Outras Atividades

- Acompanhar os programas de trabalho aprovados pela Lei do Orçamento Anual – LOA, assegurando as condições necessárias para a manutenção e funcionamento deste Regional;
- Acompanhar os saldos dos processos estimativos, reforçando e anulando os empenhos continuados, após adequações emitidas pela SOF;
- Participar da elaboração de Créditos Suplementares e oferecimento de créditos relativos a pessoal, outros custeios e investimentos;
- Acompanhar o comportamento da execução orçamentária por programas, subprogramas, projetos, atividades e elementos da despesa, obtendo dados que servirão de base para a Proposta Orçamentária e eventuais solicitações de crédito adicionais.



CENTRO DE MEMÓRIA

Palestra Sobre “A Importância da Justiça do Trabalho”

Em 2020, a suspensão das atividades presenciais do Tribunal, em virtude da necessidade de isolamento social imposta pela pandemia do Coronavírus (Covid19), não impediu a continuidade do Projeto Cemej Itinerante, que tem por finalidade resgatar a história e a memória institucional do TRT11 e divulgar o Centro de Memória e a Justiça do Trabalho em escolas, universidades e comunidade em geral.

O Projeto contempla, dentre outras atividades, a realização de palestras, oficinas, exposições temáticas, campanhas de divulgação do acervo do Cemej11^a, ações de incentivo à pesquisa e divulgação de trabalhos acadêmicos que utilizam como fonte o acervo documental do Centro de Memória.

No dia 14 de setembro o Centro de Memória realizou virtualmente a palestra “A importância da Justiça do Trabalho”, no horário das 14h às 16h, para alunos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/AM. Participaram do evento mais de 100 alunos dos cursos de Instrumentista Industrial, Operador de Processos Industriais e Manufatura e Assistente Administrativo.

Exposição Fotográfica “Manaus Olha Pra Cima!”

Em 2020, o Cemej11^a promoveu a exposição fotográfica “Manaus olha pra cima!”, da fotógrafa amazonense Ana Cláudia Jatahy, como parte da programação da 14^a Primavera de Museus, promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, no período de 21 de setembro a 19 de outubro, que teve como tema Mundo Digital: Museus em transformação. Tradicionalmente presencial, em 2020 as atividades da Primavera de Museus foram desenvolvidas em ambiente virtual, considerando as restrições impostas pela pandemia causada pela Covid-19.

A exposição fotográfica “Manaus olha pra cima!” foi composta por 27 fotografias, que retratam imagens de prédios e monumentos antigos da cidade de Manaus/AM. O objetivo da obra é revelar a beleza de uma cidade repleta de edificações históricas, cuja riqueza cultural reflete na formação da identidade do povo amazonense, chamando a atenção para a necessidade de preservação desse patrimônio histórico como uma herança cultural para as gerações futuras.

Campanha de Divulgação do Selo Acervo Histórico

Durante o ano de 2020, o Centro de Memória realizou campanha de divulgação do Selo Acervo

Histórico, por meio de cartazes e mensagens nos diversos meios de comunicação do Tribunal, com o objetivo de orientar magistrados e servidores a utilizarem o Selo como indicativo de documentos e processos judiciais, produzidos ou recebidos pelo Tribunal, que não devem ser eliminados por conta do seu valor histórico, probatório ou cultural.

Os documentos e processos indicados com o Selo passam a compor o acervo permanente do Centro de Memória e serão preservados para guarda definitiva, após análise da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD).

A finalidade de preservação do acervo documental é de ser utilizado como fonte de pesquisa para acadêmicos, professores, historiadores, sociólogos, profissionais do Direito e comunidade em geral, e como subsídio para a reconstituição da memória do Tribunal e de todos aqueles que, direta ou indiretamente, fazem parte da história da Justiça do Trabalho na Amazônia.

Participação na 4ª Semana Nacional de Arquivos

O Centro de Memória participou da 4ª Semana Nacional de Arquivos, promovida pelo Arquivo Nacional e a Fundação Casa de Rui Barbosa, no período de 8 a 14 de junho de 2020, com o tema "Empoderando a sociedade do conhecimento".

O objetivo da Semana é de aproximar os arquivos da sociedade e incentivar a produção de conhecimento científico e cultural – uma das funções dos arquivos. A Semana também busca enfatizar a potencialidade dos arquivos como equipamentos culturais, aumentar sua visibilidade e divulgar os valiosos trabalhos desenvolvidos nesses espaços.

Devido às recomendações de isolamento social por conta da pandemia do Coronavírus (Covid-19), a programação foi realizada apenas de forma virtual, nas plataformas das instituições participantes. A programação do Centro de Memória para a Semana Nacional de Arquivos contou as atividades a seguir.

Divulgação de Trabalhos Acadêmicos que utilizaram como fonte de pesquisa o acervo documental permanente

O arquivo permanente do Centro de Memória possui um acervo documental de inquestionável valor histórico para acadêmicos, pesquisadores e comunidade em geral. O acervo é destinado à consulta pública e permite ao pesquisador contato com informações do passado, não só do Tribunal, mas dos diversos atores sociais envolvidos no processo. Por meio da análise dos processos judiciais, é possível reconstruir aspectos do cotidiano de uma população, seus meios de produção, as tensões e conflitos que emergiram das relações de trabalho, as visões do mundo em uma determinada época, dentre outros aspectos.

Com a finalidade de dar visibilidade a algumas produções acadêmicas produzidas a partir do acervo documental do TRT11, o Cemej11^a, como parte das atividades relativas à 4ª Semana Nacional de Arquivos, promoveu a divulgação das seguintes obras acadêmicas:

- *Paulo Sérgio Cordeiro Carneiro Júnior e Dorinethe dos Santos Bentes: "Os negócios jurídicos processuais e a Justiça do Trabalho: os acordos coletivos de trabalho como instrumento de equilíbrio processual".*

- *Marco Aurélio Pantoja Júnior e Dorinethe dos Santos Bentes: "Resgate da memória dos documentos dos processos trabalhistas do município de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas, nos anos de 1994 a 2000".*

- *Charles Máximo Ferreira Brito, Renata Nonata da Silva Cândido e Dorinethe dos Santos Bentes: "Resgate da memória dos documentos dos processos trabalhistas do município de Tabatinga, Estado do Amazonas, nos anos de 1989 a 2002".*

- *Aline Vasques Castro, Gabrielle Gonçalves de Souza e Dorinethe dos Santos Bentes:*

"Resgate da memória dos documentos dos processos trabalhistas do município de Manacapuru, Estado do Amazonas, entre 1998 a 2007".

- Carlos Virgílio Duarte de Oliveira e Dorinethe dos Santos Bentes: "Resgate da memória dos documentos dos processos trabalhistas do município de Itacoatiara, Estado do Amazonas, na década de 80".

- Isabel Cristina Saboia Varão: "O arquivo judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região: um potencial a ser explorado".

- Avelino Pedro Nunes Bentes da Silva: "História, Memória e Justiça: luta por direitos, processos trabalhistas e perspectivas de resistência dos trabalhadores na Junta de Conciliação e Julgamento de Itacoatiara (1979/1980)".

A divulgação dos artigos se deu por meio dos e-mails institucionais de magistrados e servidores e das páginas eletrônicas e redes sociais do Tribunal e do Centro de Memória. As obras, também, estão permanentemente disponíveis para consulta na página eletrônica do Centro de Memória.

Palestra Virtual Sobre "A Importância dos Acervos Judiciais na Pesquisa Acadêmica"

Ainda como parte da programação da 4ª Semana Nacional de Arquivos, o Centro de Memória realizou palestra virtual, com o tema "A importância dos acervos judiciais na pesquisa acadêmica", proferida pela profa. Ma. Dorinethe dos Santos Bentes, da Universidade Federal do Amazonas-UFAM.

O evento aconteceu no dia 12 de junho de 2020, às 10 horas, e teve como objetivo despertar o interesse na comunidade acadêmica para a utilização das fontes documentais do Poder Judiciário na pesquisa e na produção científica.

Na ocasião, a profa. Dorinethe falou sobre a sua trajetória como pesquisadora; os acervos públicos na cidade de Manaus, com enfoque nos aspectos relacionados à disponibilização de documentos e à adequação dos espaços para receber pesquisadores e comunidade em geral; a importância dos arquivos para a produção acadêmica; a necessidade de despertar o interesse na comunidade acadêmica para a utilização dos arquivos públicos como fonte de pesquisa, dentre outros assuntos. Também foram apresentados alguns trabalhos de pesquisas de estudantes de Direito que utilizaram como fontes os processos disponibilizados pelo arquivo permanente do TRT11.

Divulgação da Série Recortes do Passado

Em comemoração ao 39º aniversário do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, o Cemej11ª divulgou, durante o mês de junho de 2020, a série Recortes do Passado, que teve como objetivo relembrar, por meio de imagens e pequenos relatos, alguns fatos que marcaram a história do Tribunal.

Os temas abordados enfocaram a história da criação do TRT11; os equipamentos e as tecnologias utilizadas pelo Tribunal desde o seu início; apresentação de alguns objetos do acervo histórico, tais como, urna para sorteio dos processos, ampulheta, fichas de registro da tramitação processual e relógio protocolador; e o início do processo de informatização do TRT11 até a implantação do PJe no Tribunal.

A Série também retratou curiosidades sobre o processo mais antigo do acervo histórico permanente, algumas considerações sobre a bandeira do Tribunal, além de apresentar os magistrados e servidores pioneiros na história do TRT11.

A Série Recortes do Passado foi o tema escolhido para a confecção do calendário institucional do exercício de 2021, em comemoração ao 40º aniversário do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, a ser celebrado em 1º de junho de 2021.

Curso de elaboração de projetos para pesquisa em fonte processual

O Centro de Memória deu início, em suas dependências, ao curso sobre “Elaboração de projetos para pesquisa em fonte processual”, ministrado pela Prof^a. Ma. Dorinethe dos Santos Bentes, do Departamento de Direito Público da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

O objetivo do curso foi de preparar os acadêmicos para realizar trabalhos de pesquisa, utilizando os processos judiciais como fonte de informação. Esse acervo documental, disponível na Seção de Arquivo Permanente do Centro de Memória, é destinado à consulta pública, sendo uma excelente fonte de investigação científica para as diversas áreas do conhecimento.

O evento foi destinado a estudantes universitários, especialmente acadêmicos do curso de Direito, com duração de 15 horas, contando com aulas presenciais (9 horas), bem como estudos individuais e realização de trabalhos acadêmicos (6 horas). A primeira aula presencial foi realizada no dia 10 de fevereiro de 2020, das 14h às 17h e a segunda no dia 17 de fevereiro, perfazendo um total de 6 horas/aula.

Os demais encontros presenciais, programados para os dias 2 e 9 de março, no formato de oficinas, precisaram ser adiados, por motivo de força maior, o que coincidiu, pouco tempo depois, com a imperiosa necessidade de isolamento social, por conta da pandemia de Covid19. Salienta-se que a realização das aulas na modalidade virtual não se mostrou viável, uma vez que os alunos necessitariam manusear os processos físicos do arquivo permanente, como forma de aprenderem a realizar trabalhos de pesquisa nos autos, objetivo maior do curso. Dessa forma, as atividades serão retomadas, tão logo as condições de segurança à saúde dos participantes estejam asseguradas.

Relatório sobre as instalações e condições materiais dos arquivos

Com o intuito de promover a melhoria das condições, físicas e de pessoal, da Seção de Gestão Documental e da Seção de Arquivo Permanente, o Centro de Memória elaborou relatório destinado a apresentar à Presidência do Tribunal a situação atual dos referidos arquivos. O relatório levantou considerações sobre as instalações prediais, os recursos humanos, a infraestrutura e os recursos materiais dessas unidades, apresentando, ao final, sugestões para a melhoria nas condições físicas e estruturais da gestão documental do Tribunal.

O documento foi elaborado com base nos relatos dos servidores que atuam nos arquivos, em observações in loco e nas disposições constantes em normativos e recomendações que tratam sobre políticas públicas de arquivos e gestão documental.

Dentre as situações abordadas no relatório, constavam: falta de refrigeração e precarização na ventilação dos arquivos; espaço físico no limite da capacidade de armazenamento; mobiliário antigo e desgastado; ausência de divisórias/paredes que delimitem os espaços de livre circulação de pessoas daqueles destinados ao armazenamento de processos, entre outros.

Por conseguinte, a Presidência do Tribunal autorizou, dentre outras providências, a realização de obras de instalação de condicionadores de ar nos ambientes dos arquivos; a instalação de paredes divisórias, isolando as áreas de guarda de documentos daquelas destinadas à circulação de pessoas; a ampliação do espaço de armazenagem; e a compra de mobiliários novos (mesas, cadeiras, estantes, escada com guarda-corpo) para os arquivos. Essas providências estão em fase de andamento.

Vale ressaltar, também, a retomada das obras de reforma no prédio da Rua Barroso, no mês de outubro de 2020, destinado a abrigar o Núcleo do Centro de Memória e a Seção de Arquivo Permanente. A mudança para o prédio garantirá a expansão do espaço destinado ao arquivo permanente, possibilitando receber autos findos das diversas unidades produtoras. O local também contará com salas destinadas a acomodar acadêmicos, professores, pesquisadores e

todos os interessados em realizar consultas e pesquisas no acervo histórico judicial do Tribunal.

Elaboração da Minuta do Programa de Gestão Documental e Memória do Tribunal

Considerando a necessidade de regulamentar a gestão documental no âmbito do TRT11, o Centro de Memória elaborou a minuta do Programa de Gestão Documental e Memória do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região. O documento foi submetido e aprovado pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD, em reunião virtual realizada no dia 15 de maio de 2020. Após submissão à Presidência do Tribunal, o Programa foi aprovado pelo Tribunal Pleno, por meio da Resolução Administrativa nº 164/2020, em sessão realizada no dia 1º de julho de 2020.

O Programa tem por finalidade garantir a preservação da memória histórica institucional, por meio de procedimentos que visam a assegurar a gestão, a proteção, a destinação, a guarda, a preservação e o acesso aos documentos produzidos e recebidos pelo Tribunal no exercício das suas atribuições, independentemente do suporte em que se encontram registrados.

A instituição do programa representou um marco na gestão documental do TRT11, na medida em que orienta as atividades de produção, organização, armazenamento, descarte e preservação dos documentos produzidos e acumulados nas diversas unidades administrativas e judiciais.

Elaboração de Minuta da Resolução 277/2020, que trata do acesso à informação

A Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno (CACI) realizou, no período de 1º de outubro a 29 de novembro de 2019, a Auditoria de Gestão Documental, ação coordenada pelo CNJ. A auditoria teve a finalidade de analisar os sistemas informatizados de gestão documental do Tribunal, bem como as rotinas de gerenciamento de acervos de documentos administrativos e de processos ligados à atividade-fim, de modo a permitir a verificação da aderência às normas vigentes e a eficácia das rotinas adotadas.

Após a análise das situações críticas encontradas na auditoria, a Diretoria-Geral elaborou um Plano de Ação, indicando as medidas que deverão ser adotadas para fins de atendimento das recomendações propostas pela equipe da CACI. Dentre as medidas definidas como de responsabilidade do Centro de Memória, constava a ausência de regulamentação interna, definindo a classificação do sigilo da informação nos graus secreto, sigiloso, restrito e público, de que trata a Lei nº 12.527/2011.

A fim de atender às recomendações da CACI, o Centro de Memória elaborou a minuta da Resolução Administrativa 277/2020, com base no Ato Conjunto TST.CSJT.GP Nº 40/2018. Após as considerações da Presidência do Tribunal e análise das unidades afins, a Resolução foi aprovada pelo Tribunal Pleno, em sessão realizada no dia 18 de novembro de 2020, com a finalidade de regulamentar a aplicação da Lei 12.527/2011 no âmbito do TRT11.

Atividades da Seção de Arquivo Permanente

A Seção de Arquivo Permanente é responsável pela gestão do acervo arquivístico de caráter permanente, ou seja, que não pode ser eliminado, mesmo que digitalizado, devido ao seu valor histórico, testemunhal, de prova, de referência ou como fonte de pesquisa.

Mesmo durante a pandemia, em 2020, período no qual o Tribunal suspendeu o atendimento externo como forma de prevenção ao contágio, o acesso ao acervo permanente continuou franqueado a uma acadêmica do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal do

Amazonas - UFAM, a fim de concluir o levantamento de dados que embasarão a sua dissertação de Mestrado intitulada “Negociando e reivindicando direitos: as trabalhadoras de Manaus na Justiça do Trabalho - 1989/1999”.

Salienta-se que o atendimento foi realizado mediante autorização da Presidência do Tribunal e prévia definição dos dias e horários de acesso às dependências do arquivo. A atividade foi realizada sob a supervisão e apoio de um servidor, com a adoção de medidas de prevenção ao contágio pelo Coronavírus.

Outra atividade realizada pela Seção de Arquivo Permanente durante o período de pandemia foi a ida semanal de servidor às dependências do arquivo para inspeção das condições ambientais dos arquivos e arejamento do local, como forma de preservar os documentos contra eventuais agentes danosos ao acervo sob guarda do Centro de Memória.

Atividades da Seção de Gestão Documental

A Seção de Gestão Documental é responsável pela guarda dos processos judiciais de 1ª e 2ª Instâncias, além de documentos administrativos em fase transitória que ainda são objetos de consulta eventual por parte das unidades produtoras. Trata-se de um arquivo temporário, onde ficam armazenados os documentos que aguardam avaliação quanto à sua eliminação ou preservação em guarda permanente. No ano de 2020, a Seção de Gestão Documental desenvolveu as seguintes atividades, dentre outras:

Atividade	Quantidade
Seleção dos processos arquivados por ausência do reclamante no período de 2009 a 2013, oriundos das Varas do Trabalho de Manaus, para posterior descarte	40.969
Seleção dos processos arquivados por desistência do reclamante no período de 2009 a 2013, oriundos das Varas do Trabalho de Manaus, para posterior descarte	29.031
Atendimento aos pedidos de desarquivamento	355

Salienta-se que, mesmo durante a pandemia da Covid19, a Seção de Gestão Documental continuou atendendo aos pedidos de desarquivamento das Varas de Trabalho de Manaus. Para tanto, foi estabelecido o trabalho presencial, às terças e sextas-feiras, com escala de revezamento de ambos os servidores do arquivo, como forma de manter o distanciamento social, adotado pelo Tribunal como medida de prevenção ao contágio.



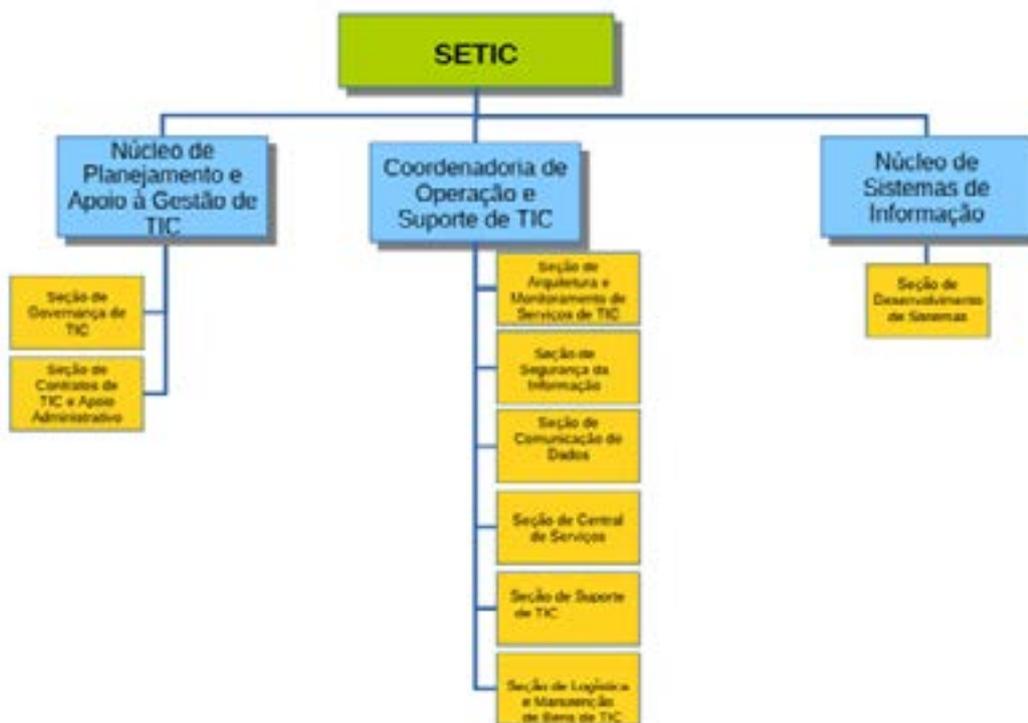
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Siglário

• ASCOM	Assessoria de Comunicação Social
• CACI	Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno
• CCAUD	Coordenadoria de Controle e Auditoria do CSJT
• CFTV	Circuito Fechado de Televisão
• CNJ	Conselho Nacional de Justiça
• CSJT	Conselho Superior da Justiça do Trabalho
• EJUD	Escola Judicial
• ENTIC-JUD	Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário
• eSAP	Sistema de Acompanhamento de Processos Administrativos
• FTBV	Fórum Trabalhista de Boa Vista
• FTM	Fórum Trabalhista de Manaus
• ITIL	Information Technology Infrastructure Library
• JT	Justiça Trabalhista
• MA	Matéria Administrativa
• NPG-TIC	Núcleo de Planejamento e Apoio à Gestão de TIC
• PETIC	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
• PJe	Processo Jurídico Eletrônico

- POP Proposta de Orçamento Prévio
- RDIM Requisição de Documentos, Informações e Manifestações
- SCMP Sistema de Controle de Material de Patrimônio
- SEGOVTIC Seção de Governança de TIC
- SETIC Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicações
- SIGEO Sistema de Gestão Orçamentária
- TIC Tecnologia de Informação e Comunicação
- TRT11 Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
- VT Vara Trabalhista

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações – SETIC, em 2020, era constituída pelas áreas que respondem por diferentes ramos de especialidade dentro da área do conhecimento de Tecnologia da Informação, conforme organograma:



O presente documento relata as atividades desenvolvidas por cada uma delas no ano de 2020.

Núcleo de Planejamento e Gestão de TIC

O NPG-TIC é composto pela Seção de Governança de TI e da Seção de Apoio Administrativo e Gestão de Contratos.

Principais Ações e Projetos

Ação Tática:

Supervisão, acompanhamento e gestão do Plano de Contratações de 2020, nas quais pode-se destacar os processos de aquisição de:

- Conclusão do processo de Terceirização do Service Desk e Serviços Especializados;
- Serviços de telefonia via satélite para as Varas do Interior;

- Licenças de software Windows CAL;
- Ampliação de Storages;
- Servidores - Blades;
- Firewall de pequeno porte.

Tarefas Operacionais:

- Supervisão, acompanhamento e gestão do Plano de Capacitações de TIC - 2020;
- Revisão, apoiada pela Seção de Apoio Administrativo e Gestão de Contratos, do Manual do Processo de Contratações para refletir o fluxo atual do processo de contratação.

Seção de Apoio Administrativo e Gestão de Contratos

Principais Ações e Projetos

Ação Tática:

Elaboração do Plano de Contratações anual e ajustes em conjunto com a Diretoria e Núcleo de Planejamento e Gestão de TIC.

- Investimentos – R\$3.060.857,60;
- Outras despesas correntes – R\$4.623.185,48;
- Montante administrado pela Secretaria - R\$7.684.043,08.
- Cadastramento da POP no SIGEO, baseado no Plano de Contratações de TIC anual.

Tarefas Operacionais:

- Verificação diária do Malote Digital da SETIC (recebimento e envio de respostas ao malote, quando necessário).
- Verificação diária de e-mails do apoio administrativo e contratos de TIC.
- Verificação e respostas de registros eSAP da SETIC.
- Verificação de prazos dos contratos a vencer no exercício.
- Manter planilhas gerenciais de contratos atualizadas.
- Envio das faturas e Notas Fiscais referentes aos contratos de TIC para pagamento.
- Apoio nos procedimentos de contratação/renovação das Matérias Administrativas.
- Aplicabilidade das verbas da área de TIC descentralizadas pelo CSJT, bem como de recursos próprios, em seus respectivos processos de MA.
- Abonos de registros de ponto dos servidores da SETIC, conforme autorização das chefias imediatas (procedimento feito até o período anterior ao distanciamento social - 20/03/2020 - provocado pela pandemia de Covid-19).

Seção de Governança de TIC

Principais Ações e Projetos

Ações Estratégicas:

- Planejamento Estratégico de TIC 2021-2026
- Estudos de atualização referentes a técnica BSC – Balanced Scorecard – Referência bibliográfica – A Estratégia em Ação, autores Kaplan e Norton.
- Pesquisa no site do CNJ sobre documentação de planejamento estratégico, metodologia e

planos estratégicos na justiça do trabalho.

- Proposição de metas para o PETIC 2021-2026, entre elas: redução de custos de impressão, emprego da inteligência artificial, resolução de vulnerabilidades de segurança da informação, atualização tecnológica, processos de trabalho e total de projetos implementados. A ação foi necessária em decorrência do final da vigência da ENTIC-JUD 2015-2020.
- Duração: 05 meses.
- Conformidade à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)
- Participação em congressos, simpósios, palestras e lives sobre LGPD;
- Estudos para promover conformidade à LGPD – Referência bibliográfica – LGPD/Manual de Implementação – autora Viviane Maldonado;
- Relatório Nº 02/2020/SETIC - DP 8737/2020 – relatório final para implementação da LGPD. O relatório informa sobre as medidas necessárias para implementação da LGPD em atenção à Recomendação Nº 73/2020 CNJ. Aborda a definição dos papéis de controlador e encarregado, o Data Protection Officer (DPO), análise dos dispositivos da LGPD, macro-processo de requisição do titular de dados, gestão do consentimento, plano de resposta a incidentes de segurança da informação e plano de ação para adotar as medidas necessárias à conformidade à LGPD.
- DP 8737/2020 - duração: 02 anos.
- Elaboração da prestação de contas da SETIC referente ao ano de 2019 no formato da estrutura internacional para o relato integrado. A prestação informou sobre o modelo de governança, normas legais, orçamento da TIC, iniciativas e resultados por cadeias de valor do Tribunal, segurança da informação, desafios e ações futuras.

Prestação de contas solicitada no Memorando Circular no. 001/2020-DG – duração: 01 mês.

Ações Táticas:

- Levantamento para resposta a auditorias de TIC
- Auditoria da CACI - interna

Documento: RDIM 074/2020 – Auditoria de contratos, serviços e processos de TIC referentes ao exercício 2019

Tarefa: levantamento das evidências de auditoria solicitadas pela auditoria interna – CACI, documentação comprobatória das deliberações atendidas, justificativas para as não atendidas, análise das manifestações anteriores. DP 12464/2020 - duração: 02 meses.

- Auditoria do CSJT - externa

Documento: Of. circular CCAUD Nº 115/2019 - Auditoria referente ao controle efetivo do uso de bens e serviços de TIC com recursos do CSJT

Tarefa: elaboração do Relatório 01/2020/SETIC – Registro do cumprimento de determinações da auditoria do CSJT referente a distribuição de equipamentos novos, abstenção de reservas técnica com estes, monitoramento de dados da Rede-JT, incluindo gráficos de utilização e cálculo automático da disponibilidade mensal. DP 18419/2019 - duração: 02 meses.

- Gestão tributária dos contratos de TIC
- Realizado treinamento sobre gestão Tributária de contratos e convênios no período de 18 a 20 de março de 2020. O escopo do treinamento foi a regulamentação de tributos incidentes nos contratos do Tribunal: INSS, ISS, IR e contribuições federais;
- Elaboração do Relatório Nº 01/2020/SEGOVTIC/SETIC para disseminar no âmbito da SETIC

o conteúdo ministrado no treinamento e analisar a retenção tributária de todos os contratos de TIC. DP 5855/2020 – duração: 01 mês.

- Organização das reuniões do Comitê de Gestão, de ordem da ENTIC-JUD 2015-2020, com definição de pauta, agendamento, preparação de slides, apresentação da reunião e elaboração das atas. Realizadas 07 reuniões em 2020. De ordem da Política de Governança de TIC – duração: 07 meses.

Tarefas Operacionais:

- Atualização do Portal da Governança;
- Respostas de documentos no eSAP;
- Gestão do contrato de direitos autorais da Rádio Onze.

Projeto:

- Sistema para abertura de chamados de TIC – OTRS.

O sistema permite abertura de chamados para a central de serviços, para públicos interno e externo, escalonamento das requisições para outros setores, elaboração de relatórios de chamados e futura implementação automatizada de processos de gerenciamento de serviços de TIC. O escopo do projeto incluiu desde treinamento via internet, estudos para utilização da tecnologia, análises para implantação no ambiente de produção e reuniões com a empresa contratada para o service-desk que utilizará o sistema. Duração: 01 ano.

Coordenadoria de Operação e Suporte de TIC

Coordenadoria de Operação e Suporte de TIC incumbe o apoio técnico à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, através do acompanhamento da evolução tecnológica, seleção de equipamentos, programas e serviços, definição de normas e padrões, assessoramento na elaboração de editais técnicos de licitação, bem como atuar nas atividades de capacitação e aperfeiçoamento de técnicos da Secretaria e treinamento de usuários e realizou as seguintes atividades no ano de 2020 por meio de suas seções:

Seção de Arquitetura e Monitoramento de Serviços

Principais Ações e Projetos

Tarefas Operacionais:

- Manutenções evolutivas e preventivas na infraestrutura do PJe e demais sistemas do TRT11, principalmente, relacionados ao uso de Docker e Kubernetes;
- Manutenções necessárias ao bom funcionamento dos bancos de dados dos sistemas do Tribunal, como melhorias no processo de backup;
- Verificações preventivas e corretivas na Sala Cofre para assegurar seu bom funcionamento;
- Serviço de suporte aos sistemas e serviços disponibilizados pelo Egrégio para mantê-los dentro de seus parâmetros de disponibilidade, capacidade e continuidade previstos nas políticas, assegurando bons parâmetros de segurança, como por exemplo, atualizações e ajustes relacionados aos novos certificados digitais adquiridos.

Seção de Segurança da Informação

Principais Ações e Projetos

Ações Táticas:

- Continuidade do Projeto Site Backup, com a Migração do Chassi DELL para o Site Backup (FTM);
- Finalização da migração das VMs (Máquinas Virtuais) do Chassi DELL para o Chassi HP;
- Implementação de novo sistema de Análise de Vulnerabilidade nos Ativos de TI para Gestão de Riscos, em substituição ao Risk Manager;
- Prova de Conceito da Ferramenta de Segurança CloudGuard Saas GSuite para proteção dos emails institucionais;
- Prova de Conceito do Appliance F5, Firewall de Aplicação.

Tarefas Operacionais:

- Limpeza e organização do Microsoft Active Directory;
- Atualização de Versões de Antivírus e Atualizações de Windows em Servidores/Estações;
- Preparação de Imagens atualizadas deploy em Estações de trabalho;
- Atualização dos Servidores Windows para a versão 2019, adquirido;
- Apoio às operações em datacenter (Sala Cofre, Site Backup) / acompanhamento da manutenção na Sala Cofre (MA 612/2017);
- Apoio a ajustes e configurações em Firewall.

Seção de Comunicação de Dados e Telefonia

Principais Ações e Projetos

Ações Táticas:

Apoio e acompanhamento da aquisição dos firewalls de pequeno porte, para a continuidade da implantação do Projeto Conecta11, e realização das capacitações conforme a DP 396/2020.

- Apoio, análise e acompanhamento para contratações, dentre elas:
- Contratação de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de circuito fechado de TV (CFTV) e infraestrutura de rede metálica e óptica do TRT11 (DP 11429/2020);
- Contratação de Serviços de Conectividade IP para Acesso à Internet (DP 983/2019);
- Aquisição de equipamentos e serviços para a renovação da rede LAN do TR11 (DP 11422/2020);
- Contratação de serviços de Comunicação de Voz com Minutagem Telefônica para composição de Solução de Comunicação Unificadas, Telefonia IP, Mensageria (DP 133/2020).
- Tarefas Operacionais:
- Apoio para manutenções corretivas na gerência e ajustes de configurações do firewall Checkpoint, com apoio da empresa contratada NTSEC (conforme chamados 7192, 3983, 3868 e 1938);
- Acompanhamento de manutenções preventivas e corretivas na sala cofre e sala UPS (DP 612/2017);
- Acompanhamento dos chamados relativos aos links com as VTs do Interior e FTBV (DP 296/2018);

- Gestão e fiscalização de contratos, conforme Portaria nº 48/2020/DG;
- Realização e ajustes de redirecionamentos de ligações para os ramais, intensificado pela ampla adesão ao teletrabalho em decorrência da pandemia;
- Foram feitas manutenções corretivas, preventivas e evolutivas na infraestrutura de rede do TRT11, dentre elas:
- Interligação dos switches core da Sede e do FTM por meio de empilhamento via fibra óptica com caminhos redundantes;
- Interligação da rede do prédio Anexo por meio de link aggregation via fibra óptica com caminhos redundantes;
- Acompanhamento de manutenções na rede elétrica da Sede do TRT11, em especial no no-break para estabilização dos switches de acesso, sendo necessário a instalação de no-breaks de pequeno porte para contingência na alimentação desses ativos.

Seção de Central de Serviços

A Central de Serviços da SETIC atuou como ponto único de atendimento das requisições de serviço e do tratamento de incidentes de TIC, de acordo com seu papel no compêndio de boas práticas ITIL.

Principais Ações e Projetos

Ações Táticas:

- Participação de reuniões e tomada de decisão sobre a terceirização da Central de Serviços da SETIC.
- Elaboração do fluxo de atendimento da SETIC no período da pandemia, em conjunto com a SETIC.
- Participação nas reuniões do Comitê Gestor do PJe.
- Colaboração na implantação do sistema OTRS, na atualização do catálogo de serviços, no treinamento da ferramenta e na elaboração de diversos manuais para usuários deste Egrégio.

Tarefas Operacionais:

- Cadastramento de 651 usuários nas ferramentas de acesso remoto;
- Atualização de token e do assinador Shodo;
- Configuração de ambientes de tecnologia da informação;
- Auxílio no uso de sistemas internos e externos tais como PJe, eSAP, PJeCor, Malote Digital, SCMP, GPPEC, DEJT, GARIMPO dentre outros;
- Atendimento de cerca de 3.000 ocorrências em primeiro nível e escalonamento de cerca de 1.500 chamados advindos de e-mail, ligações e aplicativos de mensagens instantâneas;
- Gestão das licenças Gsuite, realizando cadastro de usuários, grupos, exclusão de contas e auditoria de e-mails.
- Participação nas atualizações e homologação de novas versões do PJe, Shodo, Aud4 e SIF (Alvará Eletrônico).
- Gestão regional no sistema PJe-COR;
- Auxílio nos cadastros do sistema garimpo e suporte remoto durante treinamento realizado.

Seção de Suporte de TIC de 1º e 2º graus

A Seção de Suporte compete realizar o atendimento presencial em 1º e 2º nível, instalar e configurar computadores, impressoras, scanners, equipamentos de tecnologia da informação, gerenciar serviços de atendimento de: gabinetes de desembargadores, varas do trabalho no interior do Amazonas, varas do trabalho do estado de Roraima, áreas administrativas (anexo, sede), escola judicial e centro de memória. Realizar manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de tecnologia da informação e escalonar incidentes ou requisições de serviços para o 3º nível.

Principais Ações e Projetos

Tarefas Operacionais:

- Atendimento de cerca de 4.080 demandas de serviços de TIC de 1º e 2º graus, somente no registro interno do Trello chegaram a 1.007 chamados, com gerenciamento dos mais diversos chamados recebidos por e-mail, ligações internas e registros no sistema;
- Suporte técnico a Lives institucionais;
- Suporte técnico às reuniões, por videoconferência na plataforma Google Meet, com desembargadores, juízes, servidores, EJUD, e ASCOM, totalizando cerca de 419 demandas atendidas com êxito;
- Suporte técnico de TIC no âmbito do Egrégio: Prédio-Sede, Anexo Administrativo, FTM, Prédio-Anexo, 10 varas no interior do Amazonas e 3 varas no FTBV;
- Substituição de 313 computadores pessoais no Prédio-Sede e Varas do Trabalho do interior do Amazonas, com a instalação e configuração dos novos modelos PCS mini, marca Positivo;
- Substituição de 78 nobreaks defeituosos no Prédio-Sede e Varas do Trabalho;
- Atualização de drives de tokens de diversos padrões;
- Atualização do assinador Shodo e drivers de impressoras;
- Instalação de Kits Multimídia com webcam no FTM, FTBV e varas do interior, juntamente com os prédios Sede, Administrativo e Anexo.

Seção de Logística e Manutenção de Bens de TIC

Principais Ações e Projetos

Tarefas Operacionais:

- Organização do depósito do Prédio-Anexo, do FTM e da Seção de Logística com inventário catalogado no SCMP, para o melhor controle pelo número de acervo e localidade;
- Digitalização de todos os documentos da Seção de Logística, i.e. cautelas, para uma resposta mais rápida;
- Manutenção, preparação e configuração de computadores e notebooks do TRT11, capital, interior do Amazonas e Boa Vista/RR;
- Colocação de lacre de segurança em todos as máquinas do Egrégio e atualização de todos os aplicativos;
- Gestão do contrato de outsourcing de impressão;
- Organização e fiscalização de chamados de assistência técnica de serviços de impressão, computadores e notebooks em garantia contratual;
- Controle, logística e solicitação de transporte de equipamentos de informática e técnicos

da SETIC na capital, interior do Amazonas e Boa Vista/RR;

- Controle de material do sistema CFTV.

Núcleo de Desenvolvimento de Sistemas de Informação

Ao Núcleo de Sistemas da Informação compete a coordenação, orientação e o controle na execução das atividades de análise, especificação, desenvolvimento, implantação, manutenção e documentação dos sistemas baseados na Política de Desenvolvimento de Softwares do Tribunal.

Principais Ações e Projetos

Projetos

- Desenvolvimento do Sistema Pauta Temática, que permite o cadastro e agrupamento de processos do PJe por assunto, de forma a facilitar a montagem da pauta nas varas do trabalho;
- Desenvolvimento de nova versão do sistema e-Transporte, com novas funcionalidades para controle de motoristas, rotas, viagens, combustível e quilometragem dos veículos e design atualizado, gera relatórios e estatísticas, além de permitir o acesso web e mobile;
- Desenvolvimento do Sistema Hórus Corregedoria, entrega informações de Business Intelligence (BI) para análise e diagnóstico dos resultados estatísticos das varas do trabalho;
- Desenvolvimento do Painel COVID-19, entrega informações de Business Intelligence (BI) coletadas da Secretaria de Saúde dos Estados do Amazonas e Roraima, integrando com as fases de liberação de atividades reguladas por atos conjuntos do Regional;
- Implantação e configuração do Sistema Garimpo, que permite identificar e relacionar contas de depósitos judiciais aos seus respectivos processos;
- Implantação de novas funcionalidades no sistema eSAP, como distribuição de processos administrativos, busca aprimorada e interface para edição de documentos atualizada.

Tarefa Operacional

- Manutenção dos sistemas eSAP, Portal do TRT11, Portal da Corregedoria, Portal da Transparência, Biblioteca Digital.

Comitês

Atividades do Comitê de Gestão de TIC

Atribuições previstas na Política de Governança de TIC, Ato Nº 26/2018/SGP.

Principais Ações e Projetos

Ações Táticas:

Foram realizadas 07 reuniões durante o ano de 2020, cujas atas encontram-se na DP 9562/2020, as quais deliberaram sobre:

- Aprovação de mudanças na infraestrutura de TIC, à luz do processo ITIL Gerenciamento de Mudanças. Exemplos: migração da base de dados do Oracle, instalação do sistema operacional Windows Server 2019 nos servidores de redes, implantação da ferramenta de backup do PJe;
- Definição das matérias a serem apreciadas pelo Comitê de Governança de TIC. Exemplos: demandas de projetos de TIC, Plano de contratações ano 2021, aquisições de hardware e

software;

- Discussão sobre demandas de projetos de TIC. Exemplos: suporte a assinaturas múltiplas no eSAP, Site Backup, Conecta 11, atualização do e-Transporte, Sistema Hórus - painéis de indicadores das varas, sistema OTRS;
- Definição das matérias a serem apreciadas pelo Comitê de Segurança da Informação. Exemplos: discussão sobre privacidade de dados – fotos de magistrados publicadas no portal, vídeos demonstrativos sobre procedimentos para verificar segurança de sites, atualização da cartilha de segurança da informação;
- Implantação da nova ferramenta para gestão de riscos de TIC;
- Gestão de vulnerabilidades de segurança da informação;
- Discussões sobre softwares de segurança da informação para serviços em nuvem, exemplo: serviço de e-mail;
- Diretrizes para implantação da LGPD;
- Discussões sobre aquisições de software: pacote Office, software para o site backup, sistema Teamviewer, certificados digitais, plataformas em nuvem.

Atividades do Comitê de Governança de TIC

Atribuições previstas na Política de Governança de TIC, Ato N° 26/2018/SGP

Não foram realizadas reuniões em 2020.

Atividades do Comitê de Segurança da Informação

Atribuições previstas na Política de Governança de TIC, Ato N° 27/2018/SGP

Não foram realizadas reuniões em 2020.



DIRETORIA-GERAL

Competências

As competências da Diretoria-Geral (DG), além daquelas definidas em Atos específicos da Presidência e também do Tribunal Pleno, prioritariamente, envolvem coordenar, orientar as unidades subordinadas e acompanhar o cumprimento dos projetos e ações concernentes ao planejamento estratégico. Competem-lhe, ainda, o gerenciamento e a coordenação de ações voltadas à garantia da gestão eficiente dos recursos humanos, administrativos, orçamentários e financeiros dos contratos, convênios e dos atos negociais, do patrimônio, do material, dos transportes, da tecnologia da informação e da infraestrutura operacional.

Exerce, em adição, o assessoramento à Presidência do Tribunal na definição de diretrizes, quando consultado, e na implementação de ações relativas à sua área de competência administrativa.

Responsável em viabilizar medidas que visem ao cumprimento das recomendações da Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno deste Tribunal, em matérias de sua competência e das unidades que lhe são subordinadas direta ou indiretamente.

Nesta mesma linha, viabiliza medidas visando ao cumprimento de Resoluções, recomendações e determinações do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Superior de Justiça do Trabalho, do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal de Contas da União, em matérias de sua competência.

Pratica atos diversos da área administrativa, tais como aquisições de bens materiais, contratações de serviços, incluindo os de engenharia, com apoio da área específica, bem como decisões junto à Presidência do Tribunal com apoio das áreas técnicas, sobre locação de recursos, orçamento e pessoal.

Estrutura Administrativa da Diretoria-Geral

Integram a estrutura macro da Diretoria-Geral, o Gabinete de Apoio, as Secretarias de Administração, de Orçamento e Finanças, de Gestão de Pessoas, de Tecnologia da Informação e Comunicação, além das Seções de Gestão Socioambiental, de Deslocamento e de Apoio às Varas.



Fonte: Elaborado pelo Gabinete da DG.

Atribuições do Gabinete da Diretoria-Geral

Dentre as principais atribuições do Gabinete de apoio, destacam-se: organizar internamente a unidade; organizar escalas de férias e compensações de recesso dos servidores lotados na Unidade; elaborar pedidos de materiais e bens; minutar despachos e pareceres para análise e deliberação do Diretor-Geral; dar prosseguimento nas demandas encaminhadas diariamente por meio eletrônico à DG (seja por e-sap, por e-mail ou por malote digital); elaborar ofícios, memorandos ou qualquer expediente interno requeridos pelo Diretor-Geral; elaborar o controle de agenda do Diretor-Geral; realizar publicações de responsabilidade da DG; elaborar portarias a serem assinadas pelo Diretor-Geral; controlar e distribuir processos administrativos eletrônicos e demais documentos encaminhados à DG; enviar informações aos órgãos solicitantes; digitalizar documentos; elaborar relatórios de atividades; coordenar a elaboração do Relatório de Gestão, coletando e avaliando se todas as peças exigidas nos normativos editados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para o exercício em referência, se mostraram presentes e demais atividades administrativas da Unidade.

Abaixo estão demonstrados os quantitativos de expedientes, despachos proferidos em documentos e matérias administrativas eletrônicas, sem contar com inúmeras correspondências emitidas ou respondidas por meio eletrônico:

Portarias expedidas	261
Ofícios expedidos	120
Ofícios Circulares expedidos	01
Memorandos expedidos	43
Memorandos Circulares expedidos	11
Expedientes que tramitaram na Diretoria-Geral – de pessoal, licitações, administrativos adesões, aplicações de penalidades, autorização de prorrogações contratuais e convênios, compras diretas, suprimento de fundos e outros advindos do sistema eletrônico e-sap.	4.133
Documentos Criados pela DG	5.857

Fonte: Dados coletados pelo Gabinete da DG.

Atribuições da Seção de Gestão Socioambiental

A Seção de Gestão Socioambiental - SGSA tem por finalidade desenvolver e implantar ações de sustentabilidade, visando à construção de uma sociedade mais consciente e atuante no que diz

respeito às questões socioambientais, competindo, dentre outras: planejar, organizar, dirigir e coordenar a execução de ações que propiciem a conscientização e adoção de comportamento social e ambientalmente responsáveis, através do desenvolvimento de projetos voltados para educação ambiental, sensibilização e incentivo ao comportamento proativo em relação à preservação do meio ambiente; coordenar as campanhas de divulgação de conceitos relacionados à sustentabilidade e ações de inclusão social; realizar levantamentos e visitas in loco para acompanhar a situação das unidades nas questões de cunho socioambiental, e definir ações preventivas e/ou corretivas decorrentes das análises realizadas e demais atividades afins.

Principais Projetos e Ações Socioambientais Realizadas em 2020

- Implantação da atualização do Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRT11: possibilitando a atuação planejada na busca do uso sustentável de recursos naturais e dos bens públicos. O PLS tem como objetivo implantar projetos que estabeleçam práticas de sustentabilidade, racionalização de gastos e de processos, conduzindo as atividades jurisdicionais com qualidade de vida no trabalho e gerando o mínimo de impacto no meio ambiente. A inserção de dados no sistema PLS JUD, do Conselho Nacional de Justiça, nos prazos previstos na Resolução 201/2015 fazem parte do Sistema Justiça em Números e os resultados apresentados anualmente vêm se mostrando satisfatórios para o Tribunal.
- Coleta Seletiva: Ampliação do Projeto Valente - Valorização do Meio Ambiente (2ª etapa): Atualmente, o TRT11 realiza a separação de papéis, plásticos e metais, todo o material coletado é pesado mensalmente e destinado às cooperativas de catadores credenciadas, que são responsáveis por sua reciclagem. O Tribunal também realiza o tratamento correto de lâmpadas fluorescentes, suprimentos de impressão, eletrônicos, pilhas, resíduos sólidos de saúde e de obras.
- Elaboração do calendário de palestras e sensibilização sobre temas ambientais para servidores e terceirizados;
- Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos: realização de palestras para os colaboradores terceirizados da limpeza sobre a importância da destinação correta dos resíduos e rejeitos sólidos, incentivando os participantes a atuarem como agentes multiplicadores, replicando as informações recebidas nos setores onde trabalham;
- Campanhas de Sensibilização: publicação de matérias nos veículos de comunicação do TRT11 sobre os procedimentos para a coleta seletiva, práticas de sustentabilidade, racionalização de gastos e de processos e qualidade de vida no trabalho;
- Política de Impressão: encaminhamento de toners para descarte ambientalmente correto, por meio do contrato de outsourcing de impressão com a empresa BRANDOK, tornamos desnecessária a contratação de empresa especializada para realizar o descarte do material;
- Contingenciamento do uso de veículos do Tribunal: redução da frota e estipulação de horários fixos para uso de veículos do Tribunal na rota entre os prédios do Tribunal;
- Adesão à campanha "Outubro Rosa": conscientização sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama e de colo de útero;
- Capacitação em temas Socioambientais: capacitação contínua de servidores em cursos com certificação em construções sustentáveis; participação no Encontro de Gestão da Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho e no VII Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário, promovido pelo Superior Tribunal de Justiça;
- Projeto "Gestão Aprimorada de Contratos e Aquisições": participação na Reunião Nacional sobre Guia de Contratações Sustentáveis – 3ª edição e realização de reuniões internas com setores envolvidos, incentivando à Gestão Sustentável de Custos e Contratos e incentivando a inclusão de cláusula de destinação ambientalmente correta (logística reversa)

em todos os novos contratos.

Atribuições da Seção de Deslocamento

Constam como principais atividades desta seção: realizar cotação, reserva e emissão dos bilhetes de passagens; viabilizar a realização de cálculo das diárias; confeccionar as minutas de portarias de deslocamentos e diárias, providenciando o seu encaminhamento para assinatura e publicação; realizar todas as atividades gerenciais de apoio à Justiça Itinerante, tais como, emissão de passagens, locação de transportes, acompanhamento dos trâmites, comunicação com a Vara do Trabalho até o pagamento de diárias e outras atividades inerentes às responsabilidades da seção.

Durante o exercício de 2020, foram autorizadas a expedição de 131 passagens aéreas e solicitado reembolso de 40 à empresa contratada para tal. Este último fato deu-se em razão da paralisação das atividades presenciais em praticamente todo Judiciário Trabalhista a partir de março, em razão da Pandemia ocasionada pelo COVID-19.

Segundo informações da área orçamentária deste Regional, a dotação inicial planejada para despesas com passagens foi de R\$ 390.399,96. Em razão da pandemia, foi reprogramada para R\$ 144.644,11 e liquidado R\$ 124.343,76.

Realizando um comparativo entre o exercício de 2019 e 2020, constatou-se que o desembolso com passagens em 2020 correspondeu a 25,53% do valor gasto em 2019.

Atribuições da Seção de Apoio as Varas

Compete prioritariamente assessorar o desempenho das atividades das Varas do Trabalho, principalmente as Varas do Trabalho do Interior, destacando as atividades de logística, de manutenção, de suprimento, de conservação e de zeladoria; desenvolver atividades características de apoio técnico, logístico e administrativo; desenvolver outras atribuições de natureza transitórias delegadas pela autoridade competente.

Foram disponibilizados os seguintes Suprimento de Fundos para o exercício de

2020:

- Pessoa Jurídica elemento de despesa 339039, modalidade fatura R\$ 3.000,00
- Pessoa Jurídica elemento de despesa 339039, modalidade saque R\$ 14.000,00
- Elemento de despesa 339030, modalidade fatura consumo R\$ 34.000,00
- Elemento de despesa 459052, modalidade fatura permanente R\$ 10.000,00

Em face da pandemia que assolou o mundo em 2020, a Seção de Apoio às Varas tem executado um trabalho de apoio essencial no encaminhamento, aviamento de insumos materiais e equipamentos para uso na prevenção e combate ao coronavírus para todas as Varas do Trabalho do interior do Estado.

Exerce atividades de fiscal de contrato na área de limpeza e conservação dos prédios anexo e das varas do interior do Estado.

Também é responsável pelo gerenciamento do contrato de fornecimento de energia elétrica para varas localizadas no interior do Estado, atendidas pela empresa Amazonas Energia S.A.

Participação em Comissões/Comitês

A Diretoria Geral, por meio do Diretor Geral ou servidores designados, participa como membro de vários Comitês no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região:

- **COMITÊ DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO MORAL:** instituído pela Resolução Administrativa Nº 127/2019. O Comitê, no exercício de 2020, reuniu-se uma única vez para solicitação de alteração das atribuições da Política de Prevenção ao Combate ao Assédio Moral, sugerindo que fosse retirada da Resolução a atribuição de receber denúncias, ficando unicamente a atribuição de desenvolvimento de políticas para prevenção e combate ao assédio moral.
- **COMITÊ DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES:** instituída pela Portaria Nº 385/2019/SGP. Apesar de não compor o Comitê, a Diretoria Geral, por meio de seu Diretor, compareceu como convidado para tratar do formato e conteúdo da SEMANA DE SAÚDE DO TRT DA 11ª REGIÃO, conforme consta da ATA DE REUNIÃO do CAIS em 25/09/2020, que teve início às 10h e término às 12h.
- **COMITÊ DE GESTÃO DE PESSOAS:** instituído pelo Ato TRT 11ª Região Nº 233/2015/SGP, Resolução Administrativa Nº 22/2020. No exercício de 2020, realizaram-se 2 (duas) reuniões, nos dias 31/01/2020 e 25/09/2020. A primeira foi para deliberar o calendário de reuniões do Comitê em 2020, que não se concretizou por completo em razão da pandemia de COVID19, e a segunda foi para tratar da divulgação do Plano de Retomada das Atividades Presenciais (ATO CONJUNTO Nº 9/2020/SGP/SCR), monitoramento do cumprimento da Política de Gestão de Pessoas e também foi analisada e aprovada a minuta que altera a Resolução Administrativa Nº 164/2014.
- **COMITÊ GESTOR REGIONAL DO SISTEMA SIGEO-JT:** instituído pela Portaria Nº 227/2020/SGP, tem como representante da Diretoria Geral o servidor Rômulo Rogério Cyrino Barbosa. No exercício de 2020, não foram realizadas reuniões.
- **COMITÊ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO:** instituído pela Portaria Nº 80/2019/SGP, o Diretor Geral compõe o Comitê na qualidade de membro. No exercício de 2020, não ocorreram reuniões em razão da pandemia de COVID 19.
- **COMISSÃO DE SEGURANÇA PERMANENTE:** instituída pela Portaria Nº 235/2020/SGP, o Diretor Geral compõe a comissão na qualidade de membro, cuja presidência está sob a responsabilidade do Desembargador do Trabalho Jorge Álvaro Marques Guedes. A Comissão, durante o exercício de 2020, não realizou reuniões, tendo apenas apresentado manifestações quando provocada por situações que dizem respeito à segurança institucional física e pessoal (magistrados e servidores) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

Principais ações realizadas/viabilizadas em 2020

Dentre as principais ações viabilizadas, implementadas, desenvolvidas e executadas no ano de 2020 pela Diretoria-Geral, com a parceria das Unidades que compõem a sua estrutura administrativa, podem ser destacadas:

Acordos/Convênios e Termos de Cooperação Técnica firmados no exercício

ACORDO/CONVÊNIO FIRMADOS 2020	PROCESSO	OBJETO
Acordo de cooperação técnica n.03/2020 Com o banco do Brasil	MA-192/20	Estabelecer a mútua cooperação entre PRF 1 e o TRT 11, visando a adoção da rotina conciliatória envolvendo as reclamações trabalhistas que sejam partes as autarquias e fundações públicas federais, no âmbito dos Estados do Amazonas e Roraima

Acordo de cooperação técnica n.04/2020/Trt11 com a Procuradoria Regional da União da 1ª região – PRU 1	MA-1230/19	Implantação do software SisconDJ p/permitir o intercâmbio de dados entre o BB e o TRT11.
Convênio n.04/2016/ TRT11 - anoreg/AM	MA-763/15	Implantação do SCMP – sistema de controle de material e patrimônio.
Convênio n.02/2020 - Banco Daycoval	MA-1155/19	Desconto em consignação em folha de pagamento.
Convênio n.03/2020 - Cooperativa de crédito, poupança e investimento vale do cerrado - Sicredi vale do cerrado.	MA-1391/19	Desconto em consignação em folha de pagamento.
Convênio n.07/2020 - Banco cef	MA-671/20	Desconto em consignação em folha de pagamento.
Protocolo de intenções e realizações com a Amazonas Distribuidora de Energia S/A	MA-1025/13	Convênio para acesso sistema computacional CEF – internet e extranet.

Fonte: Dados coletados pelo Gabinete da DG.

Investimentos em obras/reformas implementadas/retomadas:

Por intermédio da Secretaria de Administração e demais unidades técnicas a ela subordinadas, ações foram desenvolvidas visando à continuidade das obras de reforma do Centro de Memória Judicial, com 16,50% executado até dezembro de 2020.

Serviços comum de engenharia foram implementados com vistas à aplicação de piso tátil e sinalização visual nas escadas de emergência do Fórum Trabalhista de Manaus, com 94,33% executado até dezembro de 2020.

Nesta mesma linha de ação foram realizados serviços de melhoria na Vara do trabalho de Lábrea/AM, com 30% do valor executado até dezembro de 2020.

- Adoção de medidas de redução de despesas: Reunião com empresas contratadas, prestadoras de serviços, com o objetivo de reduzir custos, bem como elaboração de normativos internos com vistas à adequação dos gastos ao orçamento disponível e às reais necessidades do Tribunal.
- Elaboração de respostas da Administração em relação aos achados de auditoria:
- Em parceria com as unidades técnicas, subordinadas diretamente ou indiretamente, atende os relatórios de auditoria emitidos pelo órgão de auditoria e controle interno do Tribunal ou de órgãos externos, bem como realiza o monitoramento do cumprimento das recomendações pelas unidades, contidas nos relatórios de auditoria e no Relatório de Gestão.
- Monitoramento do cumprimento das recomendações e determinações dos Conselhos Superiores e do Tribunal de Contas da União: Ao receber acórdãos, ofícios emanados dos órgãos acima citados, viabiliza suas respostas, implementa ações com vistas ao seu aten-

dimento, submetendo-as à análise da Presidência, se assim for necessário.

Editais de Desfazimento de Bens em 2020

O desfazimento de bens materiais representa parte da responsabilidade social deste Tribunal, beneficiando obras sociais e promovendo a sustentabilidade na destinação final do bem público, bem como propiciando uma melhor organização do espaço do nosso depósito, criando um ambiente mais salutar, seguro para os servidores que lá desenvolvem suas atividades diárias.

Coordenado e executado pela Coordenadoria de Material e Logística e suas subunidades, com a finalidade de proceder à alienação de bens classificados como inservíveis para este Regional, foi elaborado no exercício de 2020, o Edital de Chamamento Público nº 01/2020 e o Aviso de Desfazimento de Bens nº 01/2020, objeto da MA-362/2020. Vinte e quatro Instituições manifestaram interesse em compor o cadastro reserva para doação de bens.

Após análise da manifestação de interesse com a indicação dos lotes e considerando os critérios estabelecidos no Edital de Chamamento público nº 01/2020 e Aviso de Desfazimento nº 01/2020, foram beneficiadas 09 (nove) Instituições com o recebimento de lotes de bens sendo elas:

- Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas – CBMAM
- Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul – SUSAM
- Maternidade Municipal Dr. Moura Tapajós– SEMSA
- Município de Manacapuru
- Associação das Donas de Casa do Morro da Liberdade – ADCML
- Associação Pestalozzi de Manaus
- Centro Esportivo Cultural de Planaltina -DF
- Grupo de Apoio a Portadores de Doenças Onco-Hematológicas - Raio de Sol:
- Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Manaus- Aliança

Investimentos em Equipamentos/Material Permanente

Dentre os investimentos em equipamentos e soluções de tecnologia da informação, destacam-se como mais relevantes:

- Aquisição de 164 novos notebooks (2020):Com as restrições impostas pela pandemia à execução das atividades presenciais, o TRT11 realizou a aquisição de computadores portáteis (notebooks), com especificação técnica capaz de atender todas as demandas relacionadas às atividades laborais de magistrados e servidores, para que o Tribunal continuasse a desempenhar suas ações em prol da promoção da justiça social.
- Aquisição de equipamentos para expansão da área de armazenamento (storages):Como é de amplo conhecimento, nossa prestação jurisdicional possui enorme dependência dos serviços de TIC, e tais serviços geram e consomem enorme volume de dados, que demandam uma área de armazenamento segura, rápida e com capacidade de evolução. Foi com foco nessas premissas, que o TRT11, com apoio do CSJT, fez um vultoso investimento para ampliação da área de armazenamento de dados do Regional.
- Aquisição de 12 Firewalls de pequeno porte para segurança de rede do Tribunal:
- Com o aumento significativo da busca pelos serviços digitais providos pelo TRT11, tivemos que aumentar nossos cuidados e precauções com a segurança das informações. Assim, para aprimorar a robustez das nossas ferramentas de segurança digital, o Tribunal, com apoio do CSJT, realizou a aquisição de 12 Firewalls de pequeno porte, voltados para

uso nas Varas do Trabalho localizadas em Boa Vista/RR e nos 10 municípios do interior do Amazonas onde o Tribunal possui uma unidade judiciária.

- Na área da saúde, é interessante destacar:
- Aquisição de novo compressor de ar odontológico com duplo motor: O atendimento desta demanda vem sanar as interrupções nos atendimentos nos gabinetes odontológicos por defeito ocasionados nos equipamentos mais antigos.
- Aquisição de 2 cadeiras de rodas modernas para os odontólogos: Promove melhoria de qualidade dos serviços de assistência prestados pelos odontólogos, por serem adequadas e propiciarem qualidade de vida a esses profissionais no exercício da atividade. Por meio da Secretaria de Administração e unidades a ela diretamente vinculadas foram atendidas algumas demandas reprimidas que beneficiarão diversas unidades administrativas e judiciárias de todo o regional. Dentre elas, vale a pena citar:
- Aquisição de cafeteiras, geladeiras, fornos microondas, fragmentadoras, cadeiras fixas e giratórias.

Ações mais Impactantes Implementadas para Promover o Trabalho Remoto

Neste segmento vale ressaltar as principais ações realizadas pela área de tecnologia da informação para consecução deste fim, tanto na capital, Boa Vista/RR e Varas do Trabalho, localizadas no interior do Estado, sendo elas:

- Redirecionamentos dos ramais do Regional para os telefones dos servidores: Esta ação permitiu que os servidores continuassem a prestar informações e esclarecimentos aos usuários que entrassem em contato com a unidade (judiciária ou administrativa) durante a pandemia.
- Disponibilização de acesso remoto a rede do tribunal, através de rede virtual privada (VPN) e cadastramento de 651 usuários nas ferramentas de acesso remoto: Possibilitou a magistrados e servidores acesso aos arquivos, sistemas e serviços de TIC que só podem ser acessados na rede de dados do Tribunal.
- Realização de suporte técnico às Lives e eventos institucionais: De forma muito rápida, a equipe da SETIC viabilizou e prestou todo o suporte necessário às áreas do Regional que precisaram realizar lives e transmissão pelo canal institucional na plataforma de vídeos Youtube.
- Estabelecimento de protocolo para disponibilização das salas virtuais pela plataforma Google Meet: Com o apoio das áreas jurídicas e administrativas do Tribunal, foi possível estabelecer de maneira muito rápida, um protocolo para a criação das salas virtuais, com possibilidade de gravação, para realização de audiências, sessões e reuniões por videoconferência, evitando a solução de continuidade dessas atividades durante a pandemia.
- Disponibilização de emissão de alvará eletrônico para pagamento remoto, pela Caixa Econômica Federal, sem necessidade de deslocamento a agência do Tribunal: Tal iniciativa viabilizou a emissão de guias de depósitos judiciais e de alvará de levantamento de valores de forma eletrônica, direto do próprio PJe, deixando o processo mais rápido, prático e seguro, o que beneficia magistrados, servidores e, em especial, jurisdicionados.
- Disponibilização do sistema Aud v4: Ação que permitiu elaborar atas de audiência de forma remota e totalmente integrada ao PJE.

Ações de Ordenança

O Diretor-Geral atua, mediante delegação de competência emanada do Desembargador Presidente, na ordenação de despesas, na autorização para realização de contratações por meio de dispensa de licitação em razão do valor e, excepcionalmente neste ano, com a edição da Lei nº.

13.979/2020 e do Decreto Legislativo nº. 6/2020, tornou-se possível a dispensa de licitação para compras emergenciais relacionadas ao combate à pandemia do coronavírus, no entanto seguindo critérios definidos nas normas editadas.

Atua também nas contratações por meio de dispensa e inexigibilidade de licitação, cujos valores situam-se dentro das hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, fundamentadas no art. 24, Incisos II em diante e 25 da Lei Nº. 8.666/93. Nas autorizações para instauração de processos licitatórios, nas autorizações para realização de despesas por meio de Ata de registro de Preços deste Regional, nos termos da legislação em vigor, nas aplicações de sanções às contratadas, nas concessões de diárias e passagens, verificação de processos relativos à concessão e quitação de suprimentos de fundos, pagamento de ajuda de custo, ressarcimento de despesas, autorizações para emissão de notas de empenho, emissão de ordens bancárias, dentre outros.

Gestão Orçamentária e Financeira

No exercício de 2020, a Lei Orçamentária Anual - LOA Nº 13.978/2020 disponibilizou recursos no montante de R\$ 492.170.139,00, para o TRT 11ª Região, para desempenho de sua missão institucional. Atualizada posteriormente para R\$ 516.958.429,79.

Os recursos ordinários contemplados pela LOA acima citada foram distribuídos de acordo com a seguinte estrutura de gastos: despesas com pessoal e encargos sociais, despesas de custeio e despesas de investimento, conforme ilustração abaixo:

DOTAÇÃO ATUALIZADA	R\$516.958.429,79
Despesas com Pessoal Encargos Sociais	R\$441.711,318,28
Despesas com Benefícios	R\$ 19.007,781,68
Despesas de Custeio	R\$ 48.081.980,02
Despesas com Investimentos	R\$ 2.560.069,62

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças

No exercício financeiro de 2020, foi inscrito e reinscrito o volume de R\$ 559.937,55 em restos a pagar (RP), relativamente a esta Unidade Orçamentária, representando um decréscimo de R\$ 1.525.149,17, correspondente 272,4%% em relação à inscrição ocorrida no exercício de 2019. Os recursos inscritos e reinscritos foram assim distribuídos por grupos de despesas: R\$ 153.387,73, em despesas de custeio, R\$ 60.548,56 em despesas de investimentos e R\$ 346.001,26 em despesas de pessoal (dados fornecidos pela SOF).

Após a EC nº 95/2016, que instituiu o novo regime fiscal, regulamentado no âmbito da justiça do trabalho pelo Ato Conjunto TST. CSJT nº. 5/2019, os limites de pagamento para cada órgão deverão observar os restos a pagar pagos no exercício, isto é, os RP pagos no exercício concorrem com os pagamentos do próprio orçamento.

Em razão da pandemia de covid-19 que assolou o Brasil e o mundo, a gestão orçamentária e financeira relativa ao exercício de 2020 não ocorreu de acordo com o planejado. Foram autorizados alguns remanejamentos com o objetivo de otimizar a aplicação dos recursos disponibilizados em outras ações, bem como ocorreram mudanças de planos orçamentários e de grupos de despesa.

Ações Implementadas no Combate a Pandemia no âmbito do TRT11

As ações realizadas por este Tribunal para prevenção e combate ao COVID-19 foram viabilizadas e implementadas por meio de contratações e aquisições, amparadas na Lei nº. 13.979/2020 e no Decreto Legislativo nº. 6/2020. Esta espécie normativa reconheceu, para os fins do art. 65

da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, e aquela dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, criando hipótese de dispensa de licitação específica para as aquisições de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos no atendimento da situação de crise desencadeada pela Covid-19.

Dentre essas compras diretas podemos ressaltar: aquisição de insumos, materiais e equipamentos para uso na prevenção e combate ao coronavírus, tais como máscaras de tecidos descartáveis, luvas, álcool em gel a 70%, aventais, toucas, sapatilhas descartáveis, protetores faciais (face shield), termômetros, tapetes sanitizantes, barreiras de acrílico e totens com pedal dispensadores para álcool em gel;

A aquisição de demais insumos e equipamentos específicos da área de saúde como oxímetros, aventais e sacos plásticos para resíduos e de termômetros digitais infravermelhos necessários para a testagem de temperatura das pessoas que acessam os prédios do TRT também foi realizada.

Foram contratados serviços de infectologistas para efetuar análises técnicas e auxiliar na tomada de decisões do Tribunal.

Aditivaram-se contratos administrativos para execução de serviços de limpeza, manutenção preventiva periódica e mais frequente nos condicionadores de ar no âmbito do TRT11.

Foram disponibilizadas máscaras e EPIs pelas empresas contratadas aos colaboradores, os quais receberam orientações acerca dos cuidados e do uso dos equipamentos para prevenir a disseminação do coronavírus.

Foram e estão sendo implementadas ações para garantir o retorno seguro às atividades presenciais, estabelecidas no Ato Conjunto nº. 9/202-SGP/SCR. Dentre elas citamos:

- os ambientes estão sendo adaptados para respeitar o distanciamento social entre pessoas;
- nos locais propícios à formação de filas estão sendo efetuadas marcações de piso para o fluxo de pessoas;
- nas salas de audiências e conciliações, o plenário, as salas das turmas, da distribuição de feitos, dos oficiais de justiça, de recepções, de tomada de reclamações foram instaladas barreiras em acrílico;
- foram instalados dispensadores para álcool em gel em todos os andares dos prédios, elevadores, bem como disponibilizados frascos de álcool em gel para todas as unidades administrativas e judiciárias do TRT.

Com a suspensão das atividades presenciais, as atividades da Seção de Saúde foram prestadas de forma remota, como forma de orientar e encaminhar servidores com suspeita de contaminação pelo vírus, além de orientar sobre cuidados preventivos com a saúde, especialmente a saúde física e mental, esta última realizada pelos serviços de psiquiatria e psicologia.

Foram publicados na página do TRT vários artigos, comunicados sobre a pandemia, bem como bate-papo pelo google meet sobre temas diversos, além da realização da semana da saúde em modo virtual.



SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

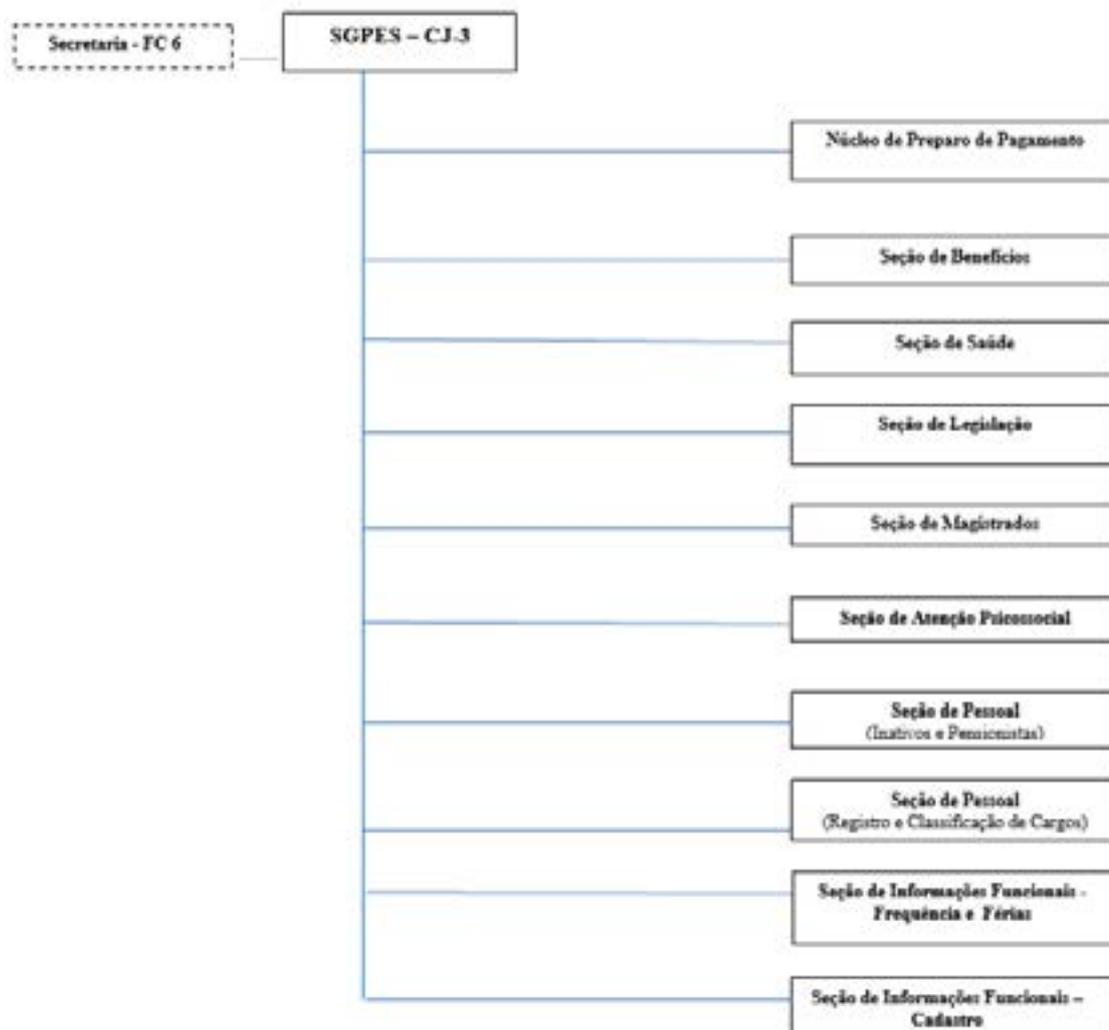
Apresentação

Este Relatório registra as atividades da Secretaria de Gestão de Pessoas realizadas no ano de 2020, com o objetivo de demonstrar o cumprimento das atribuições regimentais, primando pela observância da legislação aplicável à gestão de pessoas, sem descuidar do desenvolvimento e da distribuição da força de trabalho do Tribunal.

Competências regimentais

As competências da Secretaria de Gestão de Pessoas – SGPES estão definidas na Seção VIII, artigos 90 a 99, do Capítulo VII do Regulamento Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

Estrutura da Secretaria de Gestão de Pessoas



Recursos Humanos da Secretaria

A composição da força de trabalho da Secretaria ainda se apresenta insuficiente para as demandas internas. São 33 servidores distribuídos nas várias seções responsáveis pela operacionalização dos registros cadastrais e preparação da folha de pagamento do corpo funcional, composto por magistrados e servidores (ativos e inativos), de estagiários e pensionistas. Segundo a Resolução Administrativa n. 28/2018, que fixou o parâmetro para alocação de pessoal na área, seria necessário um quadro de 47 servidores para atendimento de 1.672.

Tem-se, também, 18 servidores lotados nas duas unidades de saúde do Tribunal. Desses, sete são médicos, dois odontólogos, um psicólogo, três enfermeiros e cinco servidores para suporte administrativo.

Ao longo de 2020 não houve acréscimo da força de trabalho da Secretaria, visto que as lotações ocorreram sempre por permuta, e, diante da necessidade de isolamento para conter a proliferação da Covid19, desde março, os servidores encontram-se atuando majoritariamente em trabalho remoto, mas existe uma parte que atual presencialmente e outra afastada para compensação futura, visto que, ou não possuem habilidade para o trabalho remoto ou a natureza de suas atribuições não permite o trabalho à distância. Assim, tem-se o gráfico abaixo:



Ainda sobre a força de trabalho da Secretaria, o cenário é de redução acentuada, haja vista que existem processos de aposentação de servidores, ainda que sobrestados, não havendo, por ora, indicativo de reposição das aposentadorias.

Diretoria da SGPEs

A Diretoria da Secretaria de Gestão de Pessoas - SGPEs tem como atribuições planejar, organizar, dirigir, monitorar, avaliar e orientar as atividades relacionadas à gestão de pessoas do Tribunal, cujas atribuições encontram-se definidas na Seção VIII, artigos 90 a 99, do Capítulo VII do Regulamento Geral deste Tribunal.

Embora as atribuições desta Diretoria sejam menos operacionais que as das unidades subordinadas a ela, alguns projetos novos ficam nesta área até que se estabilizem os procedimentos adotados. É o caso do Projeto de Gestão por Competências, do Plano de Contribuições, do Plano de Gestão e Certificação Digital.

Ao longo de 2020, a Secretaria prosseguiu com a implantação das ações do Plano de Gestão para o biênio 2019/2020, distribuídas em dois projetos Mais Saúde e Servidor em Foco, cujas iniciativas foram: educação e conscientização sobre doenças crônicas e ocupacionais, combate ao sedentarismo, melhoria da saúde odontológica, controle da duração de licenças médicas, análise de ambientes de trabalho, resolução de conflitos, mapeamento das ocupações críticas do Tribunal, política de desenvolvimento de sucessores, projeção de aposentação para os próximos cinco anos, identificação dos motivos das movimentações internas

Merece destaque também a quantidade de processos recebidos de diversas fontes por meio do sistema de processos eletrônicos, eSap. Foram 7.842 processos, com tempo médio de resposta de 25 horas, conforme abaixo:

Entraram	Sairam	Tempo médio de espera no setor
7842	7818	25 horas

O principal sistema da Secretaria é o Sigep, onde constam todas as informações funcionais de servidores, magistrados e estagiários, seja no módulo principal de cadastro, seja no módulo folha web. Além deste e do sistema e-Sap, tem-se também os sistemas e-Ponto, e-Pessoal, Elocumprimento, Progecom e a gestão de publicações no Portal Transparência do Tribunal das informações relacionadas à gestão de pessoas.

O ano de 2020 apresentou novos desafios para gestão de pessoas, os mais relevantes decorrentes da Pandemia covid19 que assolou o mundo e afetou de maneira muito brutal o Estado do Amazonas, visto que foi o primeiro Estado brasileiro a ter o sistema de saúde colapsado pelos altos índices de contaminação apresentados no primeiro semestre de 2020.

Em março de 2020, com a publicação do Ato TRT n. 15/2020, a maioria dos servidores passou para o regime de trabalho remoto. No âmbito da Secretaria de Gestão de Pessoas, foi necessário construir planos de trabalho para todos os servidores e adequar os equipamentos de informática deles para uso de sistemas aos quais o acesso era, até então, impossível fora das dependências do Tribunal, de modo que aproximadamente 80% da força de trabalho da Secretaria atuou nesta modalidade de trabalho, 10 % ficou em trabalho presencial e 10% afastado para compensação futura.

Neste contexto, foi necessário também adaptação dos modelos de gestão, visto que o trabalho remoto era vedado aos gestores e tal regra foi flexibilizada após a edição do Ato 15/2020. Assim, os gestores precisaram desenvolver ferramentas de distribuição, controle e compartilhamento de informações e tarefas com os subordinados de cada unidade, de modo a permitir a continuidade dos serviços prestados pela Secretaria. Também foram adequados os meios de contato das unidades com o corpo funcional, já que as demandas chegam à Secretaria por telefone, e-mail, malote digital, e-Pessoal e, principalmente, e-Sap. Neste contexto, para manter o contato telefônico pela via institucional, os ramais das unidades foram redirecionados para atendimento pelo celular do chefe da unidade, ou por servidor designado, de modo a manter o nível deste atendimento. Outra importante ferramenta, que se popularizou com a pandemia, como instrumento de trabalho, foram as reuniões virtuais internas, regionais ou nacionais. Também merece destaque a intensificação do uso do WhatsApp com mecanismos para agilizar a resolução de assuntos de trabalho.

No âmbito externo da Secretaria, a situação vivenciada pelo Tribunal e pelo corpo funcional gerou demandas excedentes, visto que a Secretaria participa ativamente do Gabinete de Emergência Covid19, o qual é responsável pelo acompanhamento da pandemia e pela proposição de medidas de controle, prevenção e adequação do Regional ao cenário vivenciado. Além da participação na construção do Plano de Retomada às Atividades Presenciais, a Secretaria também foi responsável pela identificação de equipamentos de proteção individual, especialmente os destinados à unidade de saúde. Atuou, ainda, na identificação dos grupos de risco composto por magistrados e servidores do Tribunal, de modo a registrar quem terá ou não possibilidade de retorno ao trabalho presencial, entre muitas outras demandas decorrentes da situação especialíssima daquele ano.

Importante registrar as inúmeras perdas vivenciadas ao longo do ano de 2020. Foram muitas pessoas contaminadas e muitos óbitos de servidores (23 registros) e seus familiares (37 registros), que influenciaram negativamente o clima organizacional, em face do luto, que gerou uma demanda grande por atendimento psicológico e psiquiátrico, demonstrando o adoecimento direta e indiretamente causado pelo covid19 no corpo funcional. Ao longo do ano, a Secretaria deu variado suporte aos demandantes, desde meras orientações sobre registros funcionais decorrentes de óbitos (pensão, auxílio-funeral, exclusão de benefícios e etc...), intervenções juntos aos planos de saúde para agilizar atendimentos, vaquinhas para ajudar nas despesas e etc...

A Secretaria também desenvolveu, em parceria com outras unidades, a campanha TRT Solidário, que angariou fundos para distribuição de cestas básicas e máscaras para ajudar pessoas mais fortemente atingidas pela retração do mercado de trabalho. Foram beneficiadas duas associações de catadores de lixo, uma entidade de apoio ao idoso, uma entidade de amparo à criança e um pequeno ateliê de costura (pela aquisição de máscaras de tecido).

Chegamos ao final do exercício de 2020 sem ter o que comemorar, em face de tantas perdas, mas certos de que não faltou comprometimento para vencer os desafios apresentados no espaço institucional, o qual se misturou com o espaço particular de cada estação de trabalho espalhadas pelos lares de magistrados, servidores e estagiários vinculados ao TRT11. Normalmente, diante de novos desafios, buscamos paradigmas em casos anteriores para construir soluções, mas, para as ocorrências do ano de 2020, não havia paradigma, e foi preciso utilizar a criatividade.

dade para vencer distâncias e construir um novo espaço de trabalho que repercutirá por longos anos positiva e negativamente em nossa história pessoal e institucional.

Estrutura Interna da Secretaria de Gestão de Pessoas

A Secretaria de Gestão de Pessoas atua sob três eixos de intervenção, para os quais existem unidades vinculadas, cujas atribuições são definidas pelo Regulamento Geral – RG deste Tribunal, nos artigos abaixo individualizados. A Secretaria conta com uma Seção de Legislação, cujas competências encontram-se no artigo 92 do Regulamento Geral, que presta informações de cunho legal nos processos instruídos, relativamente às seguintes funções:

- recrutamento, alocação e desenvolvimento: unidades responsáveis pelas funções de recrutamento, seleção, alocação e distribuição da força de trabalho, e respectivos registros dos dados nos sistemas disponíveis, especialmente Sigep, ePonto e eSap, para subsidiar decisões e apoio logístico nos assuntos relacionados à área;
- Seção de Magistrados, com atribuições definidas no artigo 98 do RG;
- Seção de Pessoal Inativo e Pensionistas, com atribuições definidas no artigo 97 do RG;
- Seção de Pessoal Registro e Classificação de Cargos, com atribuições definidas no artigo 96 do RG;
- Seção de Informações Funcionais – Férias e Frequência, com atribuições definidas no artigo 93 do RG;
- Seção de Informações Funcionais – Cadastro e Identificação, com atribuições definidas no artigo 93 do RG;
- pagamento de pessoal, responsável pelo preparo da folha de pagamento a ser creditada aos servidores e magistrados pela Secretaria de Orçamento e Finanças;
- Núcleo de Preparo de Pagamento, com atribuições definidas no artigo 91 do RG;
- qualidade de vida, responsável pela gestão de benefícios e ações relacionadas à saúde de magistrados e servidores;
- Seção de Benefícios, com atribuições definidas no artigo 94 do RG;
- Seção de Saúde, com atribuições definidas no artigo 95 do RG;
- Seção de Atenção Psicossocial, com atribuições definidas no artigo 99 do RG;

A principal ferramenta de tramitação processual é o eSap, onde se percebe a quantidade de demandas encaminhadas a esta Secretaria em 2020, por área:

	Qualidade de Vida				Recrutamento, Alocação e Desenvolvimento						Pagamento		Diretoria	
	SB	SS	Spicio	Total	SM	SIF-P	SIF-C	SPI	SRC	Total	NPP	SL	DIR	
	Entradas	Entradas	Entradas	Entradas	Entradas	Entradas	Entradas	Entradas	Entradas	Entradas	Entradas	Entradas	Entradas	
Servidores lotados	625	935		1.560	838	1.919	2.820	1.041	562	7.278	1.829	1.295	7.833	
Média/proc/serv	2	5			3	5	4	2	1		7	3	3	
Média/proc/serv	313	187			279	384	733	521	184		233	432	2.613	
Média/proc/serv	1,32	0,79			1,18	1,62	3,09	2,30	0,78		0,98	1,87	11,05	
Prazo atend.	2 dias	17 dias			2 dias	21 horas	2 dias	11 dias	3 dias		12 dias	4 dias	10 horas	
Prazo Médio da SGPEs (excluídos o maior e o menor prazo)/# unidades)													4,6 dias	
Quantidade de processos recebidos na SGPEs em 2020													19.601	
Média de processos por servidor lotado (exceto médicos, enfermeiro, odontólogo e psicólogo), por ano.													530	
Média de processos por servidor lotado (exceto médicos, enfermeiro, odontólogo e psicólogo), por dia útil.													2	
	Qualidade de Vida				Recrutamento, Alocação e Desenvolvimento						Pagamento		Diretoria	
	SB	SS	Spicio	Total	SM	SIF-P	SIF-C	SPI	SRC	Total	NPP	SL	DIR	
	Créditos	Créditos	Créditos	Créditos	Créditos	Créditos	Créditos	Créditos	Créditos	Créditos	Créditos	Créditos	Créditos	
Servidores lotados	680	2.310		2.999	1.620	4.958	6.283	2.828	523	14.787	4.438	1.568	8.647	
Média/proc/serv	2	5			3	5	4	2	1		7	3	3	
Média/proc/serv	340	461			502	991	1.316	1.363	174		678	461	2.882	
Média/proc/serv	1,41	1,96			2,14	4,18	5,55	5,38	0,74		2,67	1,95	12,16	
Quantidade de documentos criados no eSap pela SGPEs em 2020													32.257	
Média de documentos criados por servidor lotado (exceto médicos, enfermeiro, odontólogo e psicólogo), por ano.													872	
Média de documentos criados por servidor lotado (exceto médicos, enfermeiro, odontólogo e psicólogo), por dia útil.													4	

Cada demanda recebida por e-Sap, ou outros meios, resulta em instrução processual, decisões e vários registros nos sistemas internos, como o Sigep-JT.

Recrutamento, Alocação e Desenvolvimento

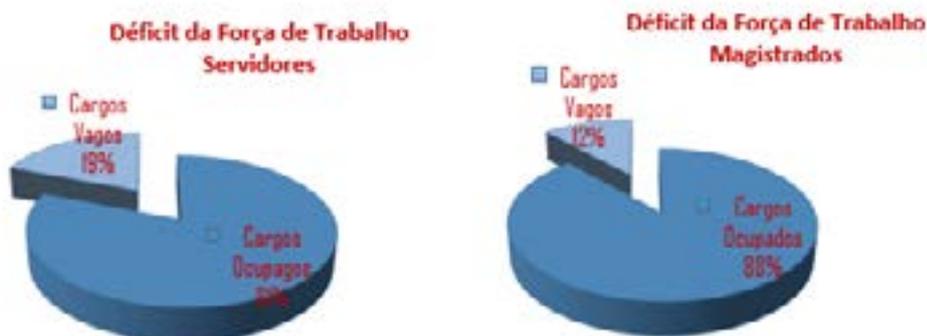
Composição da força de trabalho do Tribunal

A força de trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, ao final de 2020, totalizava 887 servidores (efetivos e oriundos de outros órgãos) e 69 magistrados.

Em comparação com os anos de 2018 e 2019, cuja força de trabalho era de 1.021 e 979 servidores, houve redução da força de trabalho do Regional em 2020, de 9,40% e 13,12%, respectivamente, declínio este verificado ao longo dos últimos cinco anos, em virtude da falta de reposição que ocorre por limitações orçamentárias impostas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Em relação aos magistrados, que nos dois últimos anos apresentava quantidade de 61 e 70, respectivamente, percebe-se crescimento de 13,11% em relação ao ano de 2018 e decréscimo de 1,43%, em relação a 2019, o que se deve à autorização de nomeação de 12 magistrados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho em 2019.



Sob a ótica da quantidade total de cargos autorizados, têm-se 1.049 cargos de servidores e 78 cargos de magistrados, cuja ocupação reduz-se a 849 servidores e 69 magistrados, gerando déficit de ocupação de 200 cargos de servidores e 9 de magistrados.



Distribuindo-se a força de trabalho por gênero e situação funcional, observa-se 504 do gênero masculino e 442 do gênero feminino, observando-se a prevalência da quantidade de homens no quadro funcional, com 53%.

Força de Trabalho por Gênero



Dentre os cargos em comissão e funções comissionadas providos, quando analisados pelo gênero de seu titular, é possível observar que a maioria (349) é ocupada por mulheres. Este fato também se repete em cada nível de escalonamento, desde o menor (FC-01) ao maior (CJ-04). É possível inferir, portanto, que embora a força de trabalho do Tribunal seja predominantemente masculina, são as mulheres que ocupam os mais altos cargos e funções do órgão.



Dos 956 servidores e magistrados, há 25 pessoas com deficiência, o que exige atenção especial para adoção de medidas de inclusão para remoção de barreiras físicas e sociais, situação esta monitorada pela Comissão de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal. Tem-se abaixo a distribuição dessas pessoas, por gênero.

PCD por Gênero



Recrutamento e alocação de pessoas

O Regional vivencia um contexto em que a demanda por servidores se apresenta significativamente maior que a efetiva entrada de novos servidores públicos.

O elevado número de aposentadorias nos últimos cinco anos, bem como as exonerações e vacâncias, aliadas às restrições orçamentárias dos últimos cinco anos, são alguns dos fatores que ensejaram a adoção de medidas que minimizassem os efeitos do déficit de servidores, como a utilização de teletrabalho, já que essa modalidade prevê incremento de produtividade, em relação ao trabalho presencial.

Enquanto no ano de 2017 o número de servidores admitidos no Tribunal foi de 68, em 2018

foi de 31; em 2019 foi de 17 e, em 2020, reduziu-se a apenas 10 servidores, cujas vacâncias decorrem de exonerações e óbito sem pensão, haja vista que as vacâncias de aposentação não podem ser providas por determinação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Em decorrência disso, o déficit de servidores tem crescido substancialmente, como se observa abaixo, situando-se em 19% em 31/12/2020.



Verifica-se que o quadro de pessoal continua deficitário em 19%, embora o Tribunal tenha concurso em vigor (C-076), cuja vigência iria até 21/08/2021, mas, com decurso do prazo de validade do suspenso, com base no Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, como meio de mitigar o impacto decorrente das medidas de combate à contaminação causada pela COVID-19, estender-se-á para além desta data.

As lotações e movimentações têm como referências as necessidades da Administração, as atribuições a serem desempenhadas, as competências requeridas e o perfil profissional do servidor, em comparação às dos postos de trabalho de acordo com o mapeamento de competências, tendo em vista que o Tribunal já concluiu o mapeamento e avaliação dos ocupantes de todos os postos de trabalho, estando o projeto da gestão por competências na fase de capacitação sob a coordenação da Escola Judicial.

No que se refere à fixação de parâmetros para distribuição da força de trabalho, o Tribunal segue o disposto na Resolução CNJ n.219/20016, observando a lotação paradigma das unidades judiciárias, a qual se encontra compatível com a lotação efetiva de cada vara e gabinete, conforme se observa no relatório publicado na aba transparência, sob os títulos: Tabela de Lotação de Pessoal e Servidores por Unidade.

Ainda sob a ótica da alocação da força de trabalho, as unidades de gestão de pessoas e de tecnologia da informação têm parâmetros específicos para lotação. Para a gestão de pessoas, têm-se a quantidade de pessoas atendidas pela Secretaria, na proporção de um servidor lotado para cada 37 pessoas atendidas, conforme Resolução TRT n. 24/2018.

Para a área de tecnologia da informação, adota-se o público interno e externo atendido, conforme disposto na Resolução Administrativa do Conselho Nacional de Justiça de n. 211/2015.

A lotação inicial de servidores ingressos no Tribunal tem por base o currículo apresentado, as atribuições e perfil do posto de trabalho e ocorre nos claros de lotação existentes, priorizando as atividades fins e a reposição para a unidade que originou a vacância.

Além do instituto da remoção, foi disponibilizada outra importante modalidade para seleção de pessoas: o Banco de Talentos, que consiste em uma ferramenta de informática onde são registrados todos os perfis dos postos de trabalho do Tribunal, para os quais os servidores podem se candidatar, registrando seus currículos. A partir daí, o Banco fica à disposição de todos os

gestores das unidades, que podem demandar as remoções pretendidas.

Os perfis cadastrados são os definidos pela gestão por competências.

O programa de ambientação de novos servidores foi reformulado, seguindo as diretrizes da Resolução Administrativa do Conselho Nacional de Justiça número 240/2016, para se tornar mais curto e dinâmico, inclusive com a elaboração de manual de ambientação, onde constam direitos e obrigações dos servidores. Em 2020, apenas 10 novos servidores participaram do processo de ambientação, o qual foi adaptado para ocorrer em regime misto presencial e remoto, em face da pandemia covid19. A ambientação aborda também os seguintes assuntos: estrutura organizacional, intranet, webmail, avaliação de desempenho, adicional de qualificação e treinamento, frequência, plano de saúde, previdência, responsabilidade ambiental, código de ética, execução trabalhista, dentre outros.

Desenvolvimento

A progressão e promoção nas carreiras de servidores, assim como a manutenção de nomeações e designações para cargos e funções comissionadas, tem por base a Avaliação de Desempenho Funcional dos servidores do Tribunal, que é regulamentada pela Resolução Administrativa 194/2016, a fim de permitir a aferição dos resultados dos trabalhos desenvolvidos e a identificação das potencialidades e deficiências de cada servidor, o que é feito em ciclos anuais. Compõe a avaliação um plano de ação para o desenvolvimento do servidor que é preenchido, obrigatoriamente, na presença de nota mínima, e, facultativamente, nos demais casos.

A avaliação serve, também, para progressão e promoção, além de apresentar requisito de nota mínima para ocupação de funções e cargos comissionados. Estão sujeitos à avaliação todos os servidores do Tribunal.

No que se refere à avaliação durante o estágio probatório, são realizadas quatro avaliações, no decorrer de 3 anos, cujos resultados são tabulados, considerando-se satisfatória a nota superior a 140 pontos para aprovação, que equivale a 70% da pontuação possível. A seguir o gráfico dos servidores em estágio probatório e dos que ganharam estabilidade nos anos de 2019 e 2020.



Além da avaliação de desempenho convencional, o Tribunal aplica a avaliação do modelo de gestão por competências, que é regulamentado pela Resolução CSJT n. 92/2012, com o objetivo de identificar e tratar as lacunas de competências dos postos de trabalho.

Ao decorrer do ano de 2019 foram cadastradas as matrizes de competências, os perfis e funções de todo o Regional no sistema PROGECOM. Em seguida foram disponibilizadas as avaliações, que foram realizadas no modelo 360 graus tendo como fontes: os subordinados, os superiores hierárquicos e a avaliação do próprio servidor.

A adesão foi de 87% dos avaliados, computado a partir da realização da autoavaliação. Os dados são compilados pelo próprio sistema onde podem ser consultados o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e o Plano de Desenvolvimento Gerencial (PDG) dos avaliados.

Após a conclusão das avaliações, foi gerado o relatório de lacunas (gap's) nas entregas das competências comportamentais, e nas entregas das competências técnicas. Estes relatórios serão base para que a Escola Judicial realize a última etapa do processo, que é a aplicação da trilha de aprendizagem, a qual deveria ter sido integralmente aplicada em 2020, mas foi prejudicada pela situação de pandemia covid19.

Para essa nova avaliação, foram reformuladas as matrizes e perfis de cargo do Tribunal.

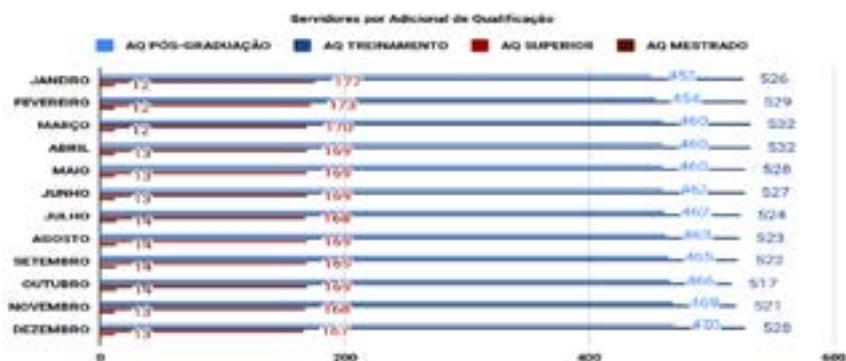
No que concerne aos magistrados, o cargo de entrada na carreira é o de Juiz do Trabalho Substituto, podendo ser promovido, alternadamente, por merecimento ou antiguidade, ao cargo de Juiz do Trabalho Titular de Vara e este ao cargo de Desembargador do Trabalho, pelos mesmos critérios, com base na lista de antiguidade publicada anualmente. Quanto aos cargos diretivos, o acesso ocorre por eleição do Tribunal Pleno a cada dois anos.

Compõe a estrutura remuneratória dos magistrados a Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição – GECJ, que foi regulamentada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho por meio da Resolução Administrativa n. 155/2015, sendo devida ao magistrado que acumular juízo ou acervo superior a 1500 processos, na razão de um terço do subsídio mensal, abatido o teto constitucional, verificando-se, no curso de 2020, pagamento de acúmulo de acervo apenas nas varas de Boa Vista (RR) e pagamentos por acúmulo de jurisdição para os demais magistrados, quando responsáveis por mais de uma unidade judiciária.

Além dessas verbas, em 2020, houve pagamento da conversão de um terço de férias aos magistrados que a solicitaram, com base na Resolução 293/2019 do Conselho Nacional de Justiça.

Para os servidores, a estrutura remuneratória é mais complexa, destacando-se os aumentos salariais decorrentes dos institutos da progressão e da promoção, cujo acesso tem como requisito a aprovação em sistema avaliativo; os adicionais de qualificação, cujos percentuais são pagos quando cumprida carga horária mínima de capacitação ou conclusão de curso de pós-graduação, sempre dentro das áreas de interesse do Tribunal.

O gráfico abaixo representa a movimentação dos adicionais de qualificação no exercício de 2020, onde se percebe que 483 servidores possuem especialização ou mestrado que, acrescido dos 167 servidores de nível médio com formação superior, totaliza 650 servidor com graduação de nível superior, refletindo-se na qualidade dos serviços prestados pelo Tribunal. Quanto ao adicional de treinamento, que representa qualificação continuada dos servidores, visto que as capacitações têm prazo de validade, são 528 pessoas, representando 60,2% da força de trabalho.



Observa-se também que 78,7% dos servidores têm formação de nível superior, independente do cargo ocupado.



No que concerne à igualdade de oportunidade para acesso aos cargos e funções comissionadas, no Tribunal, tem-se relação favorável entre esses e a quantidade de servidores lotados. São 694 cargos ou funções comissionadas para uma força de trabalho de 877 servidores, resultando em 79% a possibilidade de acesso a uma função ou cargo comissionado. Na área administrativa esta relação é de 65% e na área fim é de 86%. Dentro da área fim, é de 82% para o primeiro grau e 98% para o segundo grau.

O percentual de servidores de outros quadros funcionais é de 5% ocupando cargos ou funções comissionadas, portanto, 95% desses cargos são ocupados por servidores efetivos do Tribunal, ou das carreiras judiciárias.

Quanto à ocupação de cargos e funções comissionadas por gênero, têm-se 53% de servidoras e 47% de servidores.



Além da avaliação curricular e de perfil para ocupação dos postos de trabalho, as vagas para ocupação de funções ou cargos comissionados são ofertadas na rede interna para habilitação de quaisquer interessados, os quais se submetem à seleção, que pode ser realizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas, quando demandado pela unidade de lotação da função ou cargo comissionado.

Gestores e servidores podem, ainda, recorrer ao Banco de Talentos, tanto para se candidatar a uma vaga, quanto para identificar o melhor servidor para ocupar determinado posto de trabalho.

O Tribunal dispõe também de concurso de remoção interna, com a finalidade de ajustar as expectativas institucionais e as pessoais dos servidores, permitindo igualdade de concorrência para ocupação de postos de trabalho nas unidades mais desejadas.

Registre-se, também, que a continuidade do servidor no cargo ou função comissionada exige que ele mantenha pontuação superior a 140 pontos na avaliação de desempenho funcional.

No contexto remuneratório, tem-se o pagamento da Gratificação de Atividade de Segurança, que é destinada aos ocupantes de cargos efetivos da área de segurança, pelo desempenho efetivo das atividades do cargo, e da Gratificação de Atividade Externa destinada aos oficiais de

justiça avaliadores, paga em decorrência das atribuições do cargo efetivo. Em ambos os casos, não pode haver sobreposição com cargo ou função comissionada e o percentual é de 35% sobre o vencimento do servidor.

Pagamento de Pessoal

O Núcleo de Preparo de Pagamento é responsável pela gestão da folha de pagamento do Tribunal, e atua na preparação de todos os cálculos que resultam em pagamento aos servidores e magistrados e seus pensionistas. Com base no princípio da segregação das funções, os registros cadastrais que resultam no pagamento são feitos pela área de cadastro do Tribunal, cabendo ao Núcleo o controle de sua repercussão financeira. Após a confecção dos relatórios de pagamento, estes são encaminhados à Secretaria de Orçamento e Finanças, que providencia o efetivo crédito nas contas dos beneficiários, também em respeito ao princípio da segregação de funções.

Para elaboração da folha de pagamento, que concentra 1.676 pessoas, utiliza-se a legislação aplicável aos servidores e magistrados, sobretudo, as leis nº 11.416/2006 - esta atualizada pela Lei nº 13.317/2016 - e 13.091/2015, além dos comandos da Lei nº 8.112/90, Lei Complementar 35/79 e as normas emanadas do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cujas decisões administrativas têm caráter vinculante.

O quadro a seguir resume os gastos com folha de pagamento no exercício de 2020, que totalizaram R\$ 397.740.694,28.

Os pagamentos rotineiros de folha do exercício de 2020 somaram R\$ 395.374.935,10.

	Ativo	Inativo	Pensionista	Subtotais
Despesas Regulares	231.465.264,34	143.474.310,59	20.435.360,17	395.374.935,10
Despesas de Exercícios Anteriores	1.314.017,60	732.493,66	319.247,92	2.365.759,18
TOTAL	397.740.694,28			

Quanto às despesas de exercícios anteriores, houve pagamento de R\$ 2.365.759,18, com R\$ 1.854.235,54 sendo pagos efetivamente em folha de pagamento, portanto, sob controle da Secretaria de Gestão de Pessoas; a diferença refere-se ao ressarcimento às prefeituras que cederam servidores ao TRT da 11ª Região e à contribuição previdenciária patronal decorrente dos pagamentos efetuados, ambos os pagamentos efetuados diretamente pela Coordenadoria de Pagamento da Secretaria de Orçamento e Finanças.

O valor pago de passivos (R\$ 2.365.759,18) é pouco significativo, visto que representou apenas 5,57% do valor total devido em 31/12/2020, que era de R\$ 42.245.914,39, em dezembro de 2020.

O fraco percentual deve-se à Matéria Administrativa nº 1363/2015, que está sobrestada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, conforme Acórdão no Procedimento de Controle Administrativo CSJT-PCA-1000390-64.2019, de 02 de julho de 2020, aguardando validações dos valores calculados pelo Conselho. Por tratar-se de dívidas cujos fatos geradores remontam à longínqua década de 1990, são elevados os valores de correção e juros aplicados mensalmente, fazendo com que o montante dessa matéria somasse R\$ 39.514.718,21 em 31/12/2020.

Por meio do Ato CSJT.GP.SG nº 145/2020, de 21 de dezembro de 2020, o CSJT determinou a Republicação da Resolução 137/2014. Assim, para o ano de 2021, a expectativa é que não haja acúmulo de despesas de exercícios anteriores de pequeno valor, visto que o art. 12 dessa Resolução permite o pagamento de despesas até o valor de R\$ 7.792,30.

Em razão da determinação contida no Ofício Circular CSJT.SG.CCAUD n. 72/2018 (eSap

16147/18), para fazer constar neste Relatório o estágio de desenvolvimento da implantação do Sigepe – Sistema Integrado de Gestão de Pessoas no Tribunal, tem-se que foi concluída a implantação do sistema em janeiro de 2019, estando em uso pleno os módulos operacionais do sistema, com ajustes pontuais internos, inclusive gerando folha de pagamento.

No que concerne às faixas salariais bruta, sem o abate-teto, tem-se o seguinte cenário de distribuição, abrangendo servidores e magistrados, ativos ou inativos, e pensionistas:

Folha Salarial por faixas - 2020		
De	Até	%
0,00	10.000,00	10,74
10.000,01	20.000,00	56,46
20.000,01	30.000,00	22,86
30.000,01	40.000,00	7,63
40.000,01	50.000,00	1,66
50.000,01		0,63

Qualidade de Vida

As ações de qualidade de vida são desenvolvidas no Tribunal de acordo com o disposto na Resolução Administrativa n. 329/2019, que atualizou o Programa de Qualidade de Vida, o qual havia sido instituído pela Resolução Administrativa deste Regional de número 190/2016.

As ações têm como foco a construção de um ambiente de trabalho saudável, pautado pela conduta ética, de respeito à diversidade e promotor da acessibilidade e inclusão.

Algumas ações e programa merecem destaque, especialmente em razão da abrangência:

Programa de Assistência à Saúde

O Programa de Assistência à Saúde, regulamentado pela Resolução Administrativa nº 181/2014, tem por objetivo assegurar aos magistrados, servidores ativos e inativos, pensionistas e dependentes, definidos no art. 9º, § 1º da citada Resolução, o ressarcimento/reembolso parcial das despesas realizadas com o custeio de plano e/ou seguro-saúde, no valor máximo de R\$ 215,00, por beneficiário.

Foram beneficiados no programa, no exercício de 2019, 2.392 pessoas, sendo: 1.473 magistrados e servidores e 919 dependentes legais, quantitativo referente ao mês de dezembro/2019.

Para facilitar o acesso ao programa, o Tribunal disponibiliza dois planos de saúde, conforme abaixo:

Plano de Saúde UNIMED FAMA

Contrato firmado para prestação de serviços médicos ambulatoriais e hospitalares com obstetrícia, destinados aos magistrados, servidores ativos e inativos, pensionistas e seus respectivos dependentes, firmado entre neste TRT e a Unimed FAMA, objeto da MA 863/2018.

Insta salientar as dificuldades enfrentadas na realização de procedimento licitatório para contratação dos serviços em comento, uma vez que este Egrégio se encontra em uma região que possui características diferenciadas, pois os serviços devem ser prestados também nos municípios em que estão localizadas diversas Vara do Trabalho. Totaliza 10 municípios, além da cidade de Boa Vista - RR, tornando mais difícil a contratação, tendo em vista que, na maioria dos casos, as operadoras de planos de saúde sequer possuem rede de atendimento nesses municípios.

O plano de saúde registrou em dezembro de 2019, um total de 2.869 usuários, sendo: 999 titulares e 1.870 dependentes; foram ainda solicitadas 142 inativações de beneficiários; 96 segun-

das vias de cartão; 150 novos beneficiários e 36 alterações de plano de beneficiários.

Plano de Saúde UNIODONTO

Contrato, temporário, firmado para prestação de serviços de assistência odontológica, destinados aos magistrados, servidores ativos e inativos, pensionistas e seus respectivos dependentes inscritos objeto da MA 344/2018.

O plano odontológico registrou um total de 194 usuários, sendo: 84 titulares e 110 dependentes; foram realizadas 51 inclusões de novos beneficiários e 9 inativações de beneficiários.

Programa de Assistência Pré-Escolar

O Programa Assistência Pré-Escolar destina-se aos dependentes dos magistrados e servidores deste E. Tribunal, em efetivo exercício, na faixa etária compreendida entre a data do nascimento e os seis anos de idade incompletos, com o objetivo de assegurar os meios necessários ao custeio dos serviços de berçário, maternal, pré-escola ou assemelhado.

O Programa é extensivo aos dependentes dos servidores requisitados, removidos, cedidos, em exercício provisório e dos ocupantes de cargo em comissão, sem vínculo com a Administração Pública, condicionado o pagamento do benefício à existência de disponibilidade orçamentária, cujo valor teto do benefício é de R\$ 719,62, valor atualizado através da Portaria Conjunta nº 1 de 1º de junho de 2018.

O programa atendeu 143 crianças, quantitativo referente ao mês de dezembro/2019.

Programa de Auxílio-Alimentação

O Programa Auxílio-Alimentação tem por objetivo subsidiar as despesas com a refeição de magistrados e servidores deste E. Tribunal, em efetivo exercício, independente da jornada de trabalho.

O Servidor requisitado ou cedido poderá optar pelo recebimento do benefício neste E. Tribunal, devendo manifestar-se, por escrito, apresentando comprovante de que não percebe auxílio semelhante, por seu órgão de origem.

O programa beneficiou, no exercício de 2019, no mês de dezembro, 980 magistrados e servidores, tendo seu valor atualizado através da Portaria Conjunta nº 1 de 1º de junho de 2018, passando a valer R\$ 910,08.

Semana de Saúde

Instituída pelo Ato número 55/2019, para realização no último trimestre de cada ano, a Semana de Saúde concentra ações tendentes a promover a melhoria da saúde dos servidores, magistrados, estagiários e terceirizados, por meio da realização de ações de prevenção e educação.

No ano de 2019, ocorreu no período de 4 a 8 de novembro e contou com serviço de vacinação, exame rápido de urina, massagens, yoga, profilaxia dentária, censo ergonômico, palestras sobre saúde do homem, da mulher e mental, além de abraçoterapia, tendo ocorrido 1.173 atendimentos.

Os resultados do Programa são monitorados duas vezes por ano, cuja última tabulação, em 31/12/2019, apresentou a os seguintes dados:

QVT - SGPEs (dezembro/2020)

RA TRT11 329/2019 = JUNHO COM DADOS PARCIAIS (DE 1/1 a 30/6/2020); DEZEMBRO COM DADOS TOTAIS (1/1 a 31/12/2020)

	AÇÕES		Atendimentos		RESULTADOS DESEJADOS
	2020.1		2020		
ss	PCMSO	Exames periódicos	0	0	Monitorar e prevenir doenças ocupacionais, por meio de ações identificadas a partir dos exames periódicos.
		Materiais ergonômicos	0	0	
		Capacitação	0	0	
ss	PPRA - Prog. de Prevenção de Riscos Ambientais		0	0	Avaliar os riscos ocupacionais físicos, químicos e biológicos e estabelecer medidas de controle, corretivas e preventivas
sb	Benefícios	Auxílio pré-escolar	175	174	Melhorar a qualidade de vida dos servidores, por meio da manutenção da eficiência na concessão dos benefícios legais.
		Programa de Assist. à Saúde	2353	2641	
		Auxílio-transporte	6	6	
		Auxílio-alimentação	969	965	
ss	Semana de Saúde		0	531	Contribuir para melhoria da saúde do corpo funcional
ss	Campanha de vacinação H1N1 - influenza A		0	0	Reduzir do adoecimento dos servidores
dir	PPA - PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA		20	39	Ajudar os servidores e magistrados na preparação para aposentadoria, por meio de ações de suporte psicossocial, capacitação financeira e orientação de saúde e simulação de proventos de aposentadorias.
dir	VEIA - Valorize Esta Idéia de Amor		3	32	Incentivar o voluntariado para coleta de bolsas de sangue, que servirão ao grupo. DP 1348/2018
dir	Rede de Apoio		154	155	Fortalecer a relação entre o servidor e a instituição, favorecer os sentimentos de apoio, segurança e pertencimento.
ss	Análise de ambiental do posto de trabalho		1	2	Analisar se o ambiente de trabalho é seguro e adequado às tarefas desenvolvidas.
s i f SB	Ambientação		4	9	Integrar servidores e estagiários ao ambiente de trabalho, facilitando a adaptação e aumentando a retenção.

dir	Pesquisa de Clima organizacional		0	0	Possibilitar ao TRT uma avaliação do momento atual para respaldar o planejamento de ações para aumentar a motivação e o desempenho dos servidores, em um processo de melhoria contínua.
ss	Outubro Rosa e Novembro azul		0	531	Conscientizar sobre a necessidade de prevenção do câncer de mama, colo de útero e próstata.
ss	Campanha do carnaval		0	0	Alertar para a necessidade de prevenção das DSTs/AIDS e acidentes de trânsito no carnaval.
Sif-F	Causa das movimentações e desligamentos	SIF - exonerações/ demissões	4	13	Identificar os pontos fortes e fracos da gestão que precisam ser trabalhados, na perspectiva do servidor que se desliga do Tribunal. Conhecer que imagem o exonerando leva em relação ao TRT11 e aos colegas de trabalho.
SPI		SPI aposentados	9	9	
Sif-C		Internas SIF-cad	72	182	
ss	Resolução de Conflitos		14	51	Prestar suporte às unidades e aos servidores para resolver conflitos internos nas unidades de trabalho, por meio de assessoramento psicológico
ss	Programa de Promoção e Proteção da Saúde		551	531	Adotar ações de capacitação e informação sobre saúde para servidores e magistrados, notadamente por meio de palestras e informativos eletrônicos.
	Saúde Física - atendimentos	Médico	655	1470	Disponibilizar atendimento especializado, para reduzir os afastamentos por doenças físicas e odontológicas. Atendimento preliminar, de triagem e suporte médico/medicamentoso
		Odontológico	100	152	
		Enfermagem	196	260	
	Saúde Mental - atendimento	Psicológico	313	614	Disponibilizar atendimento especializado, visando reduzir os afastamentos por doenças psicológicas como depressão, ansiedade e síndrome do pânico.
		Psiquiátrico	196	387	
ss	Acessibilidade (para PCDs, pretos e etc...)	Exames periódicos	0	0	Reforçar as ações de acessibilidade relativas ao quadro funcional, incluindo estagiários, pela ambientação desses colaboradores.
Sif-f		Admissão/lotação	1	2	
SB			0	0	
TOTAL ATENDIMENTOS/IMPACTO			5796	8756	Público alvo = 1.595 pessoas (882 servidores lotados (849 + 61 externos - 28 fora do TRT) + 69 magistrados + 63 estagiários + 581 aposentados)
			3,51	5,49	



Para ações que tenha sido foco apenas de divulgação de informativos, adotar 1/3 da público alvo = 531 pessoas impactadas.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Considerações Iniciais

A Secretaria de Administração (SAD) é vinculada diretamente à Diretoria-Geral, à qual presta auxílio na tomada de decisões envolvendo questões de natureza financeira e orçamentária, bem como orienta e monitora as ações de apoio necessárias ao funcionamento do regional, incluindo logística, licitações, contratações e aquisições, transporte, projetos de engenharia, manutenção e conservação predial, acompanhando os resultados alcançados e desenvolvendo ações preventivas, corretivas e planos alternativos quando necessários.

No transcorrer do exercício de 2020, esta Secretaria empreendeu todos os esforços no sentido de cumprir a missão institucional que lhe foi atribuída por meio do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, alinhando suas ações ao Planejamento Estratégico 2015-2020 e Plano de Gestão da Presidência 2018-2020, utilizando-se de sua estrutura administrativa, dotando as áreas fins do Tribunal com os recursos necessários para o bom exercício de suas atribuições, a fim de cumprirem adequadamente sua função pública.

Ademais, o ano de 2020 foi extremamente desafiador, com a pandemia do novo coronavírus e o surgimento da necessidade de providências a serem tomadas em caráter emergencial para aquisições de materiais para fins de combate à propagação do COVID-19, porém, esta Secretaria de Administração envidou esforços para dar a devida urgência aos procedimentos.

Estrutura administrativa

A estrutura da Secretaria de Administração foi definida pela Resolução Administrativa nº 246/2017, do E. Tribunal Pleno, que aprovou o Regulamento Geral de Serviços do TRT11ª Região, e ATO Nº 12/2013/SGP, passando a ser composta pela Divisão de Manutenção e Projetos (DMP), Divisão de Licitações e Contratos (DLC) e Coordenadoria de Material e Logística, além da equipe de assessoramento direto ao secretário composta por 4 (quatro) servidores, sendo 1 (um) Assistente-Chefe de Secretaria (FC-06), 1 (um) Assistente V (FC-05) e 2 (dois) Assistentes de Secretaria (FC-03).

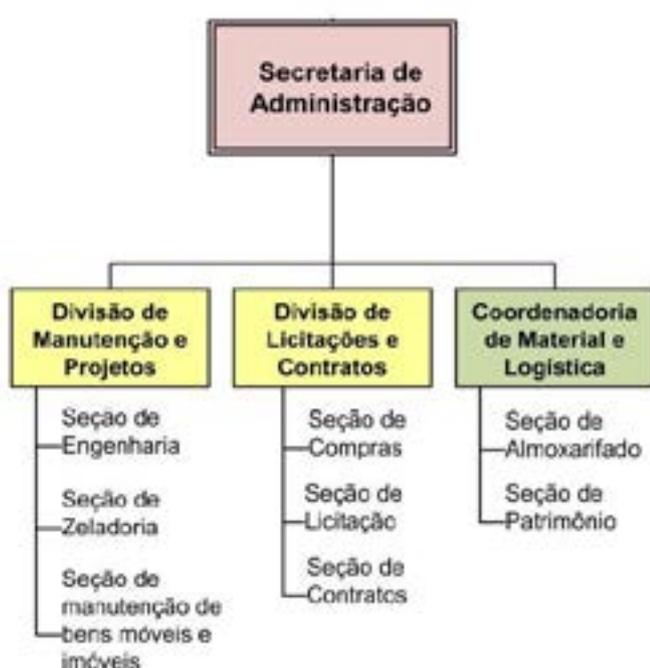


Figura 1 - Estrutura da Secretaria de Administração

Principais Ações Realizações pela Secretaria de Administração

- Ações com vista à melhoria das instalações de alguns setores e Unidades do Tribunal, por intermédio da Divisão de Manutenção e Projetos;
- Implementação de ações com vista ao cumprimento de determinações e recomendações dos órgãos e Conselhos Superiores;

Demonstrativo do Quantitativo de Expedientes Elaborados na Secretaria de Administração

e-SAP - Sistema de gerenciamento dos processos de matérias administrativas do TRT da 11ª Região		
Entraram	Sairam + Arquivados + Sobrestados	ESAP's (documentos criados, assinados, publicados, autuados ou tramitados)
2543	2166 Criados + 37 + 60 = 2263	88,99% de matérias movimentadas

Atividades	Quantidade
Expedição de ofícios	53
Expedição de memorandos	39
Expedição de e-mails	453
Elaboração de Termos de Referência	5
Relatórios de Gestão	1
Relatórios de Atividades	1

A Secretaria de Administração realizou, ainda, as seguintes atividades não quantificadas acima:

- Deliberou quanto à oportunidade e conveniência nas propostas de contratação referentes a compras, obras e serviços apresentadas pelos setores que lhe são subordinados;
- Instruiu matérias administrativas com informações e pareceres sobre assuntos pertinentes à sua área de competência, sobretudo os processos envolvendo as ações de enfrentamento e combate ao coronavírus, recebendo a prioridade devida;
- Levantamento, autuação e controle de processos relativos às atividades da Justiça Itinerante, Honorários Periciais e outros referentes às atividades administrativas, tais como: alienações, diárias, suprimento de fundos, treinamentos, assinaturas, compras de materiais permanentes e de consumo, serviços comuns, obras e serviços de engenharia;
- Elaboração, acompanhamento, pactuação e repactuação de contratos, Atas de Registros de Preços, termos aditivos e convênios;
- Coordenação e fiscalização das atividades desenvolvidas pela Divisão de Licitações e Contratos, Coordenadoria de Material e Logística, Divisão de Manutenção e Projetos, e suas respectivas unidades hierarquicamente subordinadas;
- Atualização dos instrumentos padrões de estudos técnicos preliminares, projetos básicos e termos de referência para contratação de bens e serviços;
- Monitoramento de contratações de obras, serviços e aquisições de bens pertinentes à sua área de atuação, propondo ao Diretor-Geral, quando pertinentes, ações visando elisão de danos ao erário e patrimônio público, apontando alternativas como solução;
- Indicação de servidores para atuação em estudos técnicos preliminares e na gestão e fis-

calização de contratos pertinentes à sua área de atuação;

- Prestou informações e forneceu documentos exigidos pela AGU em processos judiciais envolvendo o TRT11ª Região;
- Atualizou ferramenta Check List para controle interno de procedimentos internos, preliminares a licitações, a fim de verificar se todos os documentos foram juntados aos autos;

Resumo da execução orçamentária da grade da SAD

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2020			
	DOTAÇÃO ORÇAMEN- TÁRIA	EXECUÇÃO (DESPESA LIQUI- DADA)	
DESPESAS CORRENTES	7.529.663,69	7.403.044,67	98,32 %
INVESTIMENTOS	1.974.201,30	1.967.931,65	99,68 %

Principais contratos sob a gestão/fiscalização da Secretaria de Administração

- Contrato de Locação n. 20/2012/TRT11/SCAD (MA-857/2012)

Objeto: locação do prédio que abriga o Fórum Trabalhista de Manaus.

Locador: empresa WD Educacional.

Vigência: 2-9-2012 a 2-5-2023.

Valores pagos durante o exercício de 2019: R\$5.768.690,29

- Termo de Cessão de Uso n. 001/2015/TRT11/DLC (MA-1176/2015)

Objeto: cessão de uso do espaço físico que abriga o PAB da Caixa Econômica Federal.

Cessionário: Caixa Econômica Federal.

Vigência: 18-9-2015 a 17-9-2020.

- Contrato de Sublocação n. 001/2013/TRT11/SCAD (MA-1311/2012)

Objeto: sublocação do espaço físico que abriga o Banco Itaú.

Sublocatário: Banco Itaú.

Vigência: 18-2-2013 a 17-2-2023.

- Termo de Contrato de Comodato n. 02/2016/TRT11/DLS.SC (MA-339/2016)

Objeto: termo de contrato de comodato de uma sala para abrigar a OAB.

Comodatário: OAB.

Vigência: prazo indeterminado.

Divisão de Licitações e Contratos (DLC)

No âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT 11), a Divisão de Licitações e Contratos, por força da Subseção III do Regulamento Geral dos Serviços, aprovado pela Resolução Administrativa nº 246/2017, é compreendida por três Seções: a de Compras, a de Licitação e a de Contratos, cujas competências estão relacionadas nos artigos 76 a 79 do referido normativo.

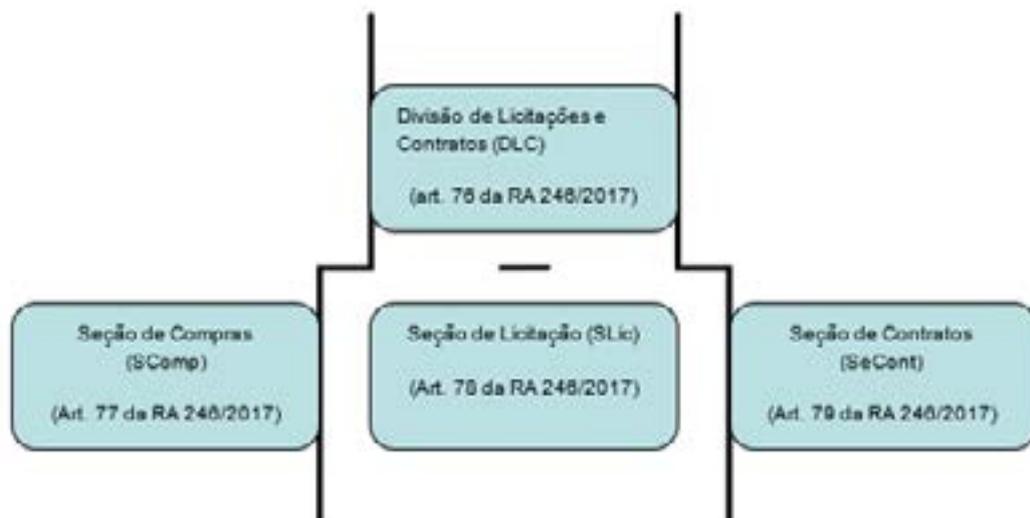


Figura 2- Estrutura da DLC

No exercício de 2020, a DLC examinou 91 processos administrativos com vistas a aquisições de bens/serviços, sendo 36 pela abertura de processos licitatórios, 52 por dispensa ou inexigibilidade, na forma da lei, e 3 por carona à ARP (demonstração de vantajosidade).

Relativamente aos contratos administrativos, foram encaminhadas para análise superior 143 minutas de contratos, convênios, termos aditivos, atas de registro de preços, apostilamentos e demais ajustes, onerosos ou gratuitos.

Quanto aos procedimentos licitatórios, foram encaminhados para apreciação da Assessoria Jurídico-Administrativa 05 recursos interpostos por licitantes.

No período de 01/01 a 31/12/2020, o e-Sap registrou a entrada de 604 processos administrativos, entre DP's e MA's, com tempo médio de espera no setor de 13 horas.

Seção de Compras

A Seção de Compras efetivou 92 consultas de preços ao mercado de materiais e/ou serviços; 90 mapas comparativos de preços e 19 cotações eletrônicas. Foram elaboradas 52 proposições para compras diretas e 36 informações para abertura de processos licitatórios.

No período de 01/01 a 31/12/2020, o e-Sap registrou a entrada de 216 processos administrativos, entre DP's e MA's, com tempo médio de espera no setor de 14 dias.

Seção de Licitações

A Seção de Licitação processou 33 licitações, nas seguintes modalidades: 32 pregões eletrônicos e 1 tomada de preços. Os resultados foram os seguintes: 25 homologados, 01 deserto, 02 cancelados, 03 fracassados, 01 suspenso e 01 em andamento (grau de recurso).

Também foram praticados todos os demais atos inerentes ao processo licitatório, inclusive na instrução e publicação, com a elaboração dos respectivos editais, formalização, acompanhamento, diligências e coordenação dos pregões eletrônicos.

As licitações realizadas em 2020 geraram uma economia para o Tribunal na ordem de mais de R\$ 2,5 milhões, conforme demonstrativo abaixo:

Licitações realizadas		
Valor estimado	Valor homologado	Economia
R\$ 6.483.887,54	R\$ 3.899.144,34	R\$ 2.584.743,20

No período de 01/01 a 31/12/2020, o e-Sap registrou a entrada de 269 processos administrativos, entre DP's e MA's, com tempo médio de espera no setor de 4 dias.

Seção de Contratos

A Seção de Contratos gerenciou os prazos de vigência dos contratos, convênios, atas de registro de preços e demais atos congêneres, elaborando minutas de instrumentos contratuais, acordos de cooperação técnica, termos aditivos, rescisões contratuais, conforme quantitativos a seguir:

Contratos
24 novos termos celebrados
70 aditivos contratuais
27 atas de registro de preços
8 apostilamentos
12 convênios e acordos de cooperação
2 rescisões contratuais

As minutas foram encaminhadas para análise e aprovação da Assessoria Jurídico-Administrativa, obedecido ao disposto no parágrafo único do art. 38 da lei no 8.666/93.

No período de 01/01 a 31/12/2020, o e-Sap registrou a entrada de 585 processos administrativos, entre DP's e MA's, com tempo médio de espera no setor de 6 dias.

Divisão de Manutenção e Projetos (DMP)

No âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT 11), a Divisão de Manutenção e Projetos, por força do Regulamento Geral dos Serviços, aprovado pela Resolução Administrativa nº 246/2017, é compreendida por três Seções: a de Engenharia, a de Zeladoria, e a de manutenção de Bens Móveis e Imóveis, cujas competências estão relacionadas nos artigos 69 a 72 do referido normativo.



Figura 3 - Estrutura da DMP

Contratos, atas de registro de preços e afins

Contratos, atas de registro de preços e afins		
Tipo de contrato	Qtde	Matéria administrativa

CONTÍNUOS. Contratação para manutenção preditiva, preventiva e corretiva dos condicionadores de ar e elevadores; serviço de copeiragem; fornecimento de energia elétrica e água tratada de rede concessionária; ressarcimento de despesas com energia dos bancos; serviços de limpeza, higienização, manutenção predial, jardinagem e ascensorista; serviços de desinsetização, desratização, descupinização.	13	74/2015, 495/2016, 762/2016, 14/2018, 249/2019 e 21/2020, 422/2020.	1242/2015, 518/2016, 589/2017, 44/2018, 788/2019, 282/2020,
EVENTUAIS. Execução de serviços de adaptação no prédio do Centro de Memória Judicial – CEMEJ, contratação para revisão e adaptação dos projetos de obra de construção; consultoria de projetos técnicos e certificação dos projetos de obra de construção; serviços de retirada de entulho; serviços de manutenção em grupos geradores e subestação; aquisição de baterias para nobreak e gerador, materiais de refrigeração, materiais elétricos, materiais para confecção da sala da Corregedoria, condicionadores de ar, cabos elétricos, lâmpadas e acessórios, realização de obras de engenharia na Vara do Trabalho de Tabatinga/AM; adequação das escadas de incêndio do Fórum Trabalhista de Manaus; acessórios de alvenaria em drywall, acessórios de cabeamento estruturado, material de pintura, material hidráulico, café e açúcar, equipamentos tipo nobreak, acessórios para porta de vidro, água mineral, equipamentos de manutenção, aquisição de barreiras de acrílico para prevenção ao novo coronavírus, material para sinalização tátil e visual do Fórum Trabalhista de Manaus, material para prevenção pessoal contra a COVID-19.	49	404/2018, 917/2018, 105/2019, 254/2019, 613/2019, 702/2019, 880/2019, 1077A/2019, 1149/2019, 1161/2019, 1313/2019, 1351/2019, 54/2020, 103/2020, 111/2020, 171/2020, 207/2020, 217/2020, 267/2020, 285/2020, 386/2020, 398/2020, 429/2020, 451/2020, 493/2020,	916/2018, 932/2018, 152/2019, 533/2019, 647/2019, 793/2019, 1077/2019, 1131/2019, 1149C/2019, 1167/2019, 1338/2019, 1394/2019, 81/2020, 110/2020, 132/2020, 187/2020, 213/2020, 229/2020, 282/2020, 359/2020, 393/2020, 422/2020, 429A/2020, 487/2020, 686/2020.

Documentos produzidos - quantitativos

Divisão de manutenção e projetos

- Despachos e Informações emitidos: 813.
- Memorandos enviados: 117.
- Ofícios enviados: 24.
- Ordens de Serviço emitidas: 03.
- Atestados de Capacidade Técnica emitidos: 01.
- Autorizações de Fornecimento emitidas: 01.
- Documentos de Formalização de Demanda elaborados: 01.
- Estudos Técnicos Preliminares elaborados: 01.
- Termos de Referências elaborados: 02.
- E-mails enviados: 801.
- Relatórios: 02.

Seção De Engenharia

- Memorandos enviados: 183.
- Ofícios enviados: 2.
- Documento de Formalização de Demanda: 11
- Estudo Técnico Preliminar: 11.
- Termo de referência e Projetos básicos elaborados: 11.
- Projetos técnicos, layout e croquis produzidos: 16.
- Planilhas orçamentárias elaboradas: 12
- Pareceres Técnicos emitidos: 5
- Especificações de materiais redigidas: 7

Seção De Manutenção de Bens Móveis e Imóveis

- Despachos e Informações emitidos: 1512.
- Memorandos enviados: 152.
- Ofícios enviados: 20.
- Chamados de Manutenção Atendidos: 987.
- Autorizações de Fornecimento emitidas: 15.
- Termos de Referências elaborados: 21.
- Propostas de Concessão de Diárias emitidas: 39.
- Documento de Formalização de Demanda: 16.
- Estudo Técnico Preliminar: 09.

Seção De Zeladoria

- E-mails enviados: 30.
- Memorandos enviados: 5.

Serviços de Manutenção Predial

Solicitados no Sistema de Chamados da Manutenção

Foram registrados 987 chamados no Sistema de Chamados da Manutenção, distribuídos da seguinte forma:

- Elétrica: 193
- Hidráulica: 189
- Marcenaria: 277
- Pedreiro: 18.

Serviços De Manutenção De Médio Porte

Serviço de reforma e adaptação dos espaços da Seção de Saúde no Fórum Trabalhista de Manaus:

- Finalidade: promover alterações nos espaços da Seção de Saúde com mudanças da configuração interna, melhoria do sistema de climatização e isolamento acústico nos consultórios de atendimento psicológico e psiquiátrico.

- Responsável - projetos: Seção de Engenharia.
- Responsável – execução: Seção de Manutenção de Bens Móveis e Imóveis
- Iniciativas: Os projetos foram elaborados pela Seção de Engenharia e os serviços foram executados pelo corpo técnico de profissionais da Seção de Manutenção de Bens Móveis e Imóveis.
- Status: CONCLUÍDO.
- Percentual concluído: 100 %.
- Serviços realizados: adaptação dos consultórios médicos, adaptação dos consultórios psicológico e psiquiátrico com instalação de isolamento acústico, substituição de aparelhos condicionadores de ar e reparo de aparelhos.

Reforma e ampliação dos espaços da Corregedoria e Ouvidoria no Fórum Trabalhista de Manaus:

- Finalidade: promover alterações nas salas da Corregedoria e da Ouvidoria com ampliação de espaços.
- Responsável - projetos: Seção de Engenharia.
- Responsável – execução: Seção de Manutenção de Bens Móveis e Imóveis.
- Iniciativas: Os projetos foram elaborados pela Seção de Engenharia e os serviços foram executados pelo corpo técnico de profissionais da Seção de Manutenção de Bens Móveis e Imóveis.
- Status: CONCLUÍDO.
- Percentual concluído: 100 %.
- Serviços realizados: Confecção de sala para Ouvidoria, confecção de salas para a Corregedoria e instalação de aparelhos condicionadores de ar, com adequação das redes elétrica, lógica e de refrigeração.

Adaptação da sala da Seção de Distribuição de Mandados Judiciais no Fórum Trabalhista de Manaus:

- Finalidade: promover alterações na sala da Seção de Distribuição de Mandados Judiciais para adequá-la às necessidades da seção.
- Responsável - projetos: Seção de Engenharia.
- Responsável – execução: Seção de Manutenção de Bens Móveis e Imóveis.
- Iniciativas: Os projetos foram elaborados pela Seção de Engenharia e os serviços foram executados pelo corpo técnico de profissionais da Seção de Manutenção de Bens Móveis e Imóveis.
- Status: CONCLUÍDO.
- Percentual concluído: 100 %.
- Serviços realizados: Confecção de paredes em gesso acartonado.

Confecção de guarita de segurança no estacionamento do primeiro andar do Fórum Trabalhista de Manaus:

- Finalidade: promover melhoria na segurança do prédio e conforto para os agentes de portaria e para os motoristas quando a utilizarem como sala de espera.
- Responsável - projetos: Seção de Engenharia.

- Responsável – execução: Seção de Manutenção de Bens Móveis e Imóveis.
- Iniciativas: Os projetos foram elaborados pela Seção de Engenharia e os serviços foram executados pelo corpo técnico de profissionais da Seção de Manutenção de Bens Móveis e Imóveis.
- Status: CONCLUÍDO.
- Percentual concluído: 100 %.
- Serviços realizados: Confecção da sala e instalação de ar-condicionado, com adequação das redes elétrica, lógica e de refrigeração.

Construção do “Espaço Kids” na Seção de Biblioteca no Fórum Trabalhista de Manaus:

- Finalidade: promover alterações nos ambientes da Seção da Biblioteca no Fórum Trabalhista de Manaus e construir espaço destinado a crianças.
- Responsável - projetos: Seção de Engenharia.
- Responsável – execução: Seção de Manutenção de Bens Móveis e Imóveis.
- Iniciativas: Os projetos foram elaborados pela Seção de Engenharia e os serviços foram executados pelo corpo técnico de profissionais da Seção de Manutenção de Bens Móveis e Imóveis.
- Status: CONCLUÍDO.
- Percentual concluído: 100 %.
- Serviços realizados: confecção da sala, com adequação das redes elétrica, lógica e de refrigeração.

Adaptação dos espaços da EJUD no Fórum Trabalhista de Manaus

- Finalidade: promover alterações nos espaços da Escola Judicial para abrigar a diretoria e as salas de aula.
- Responsável - projetos: Seção de Engenharia.
- Responsável – execução: Seção de Manutenção de Bens Móveis e Imóveis.
- Iniciativas: Os projetos foram elaborados pela Seção de Engenharia e os serviços foram executados pelo corpo técnico de profissionais da Seção de Manutenção de Bens Móveis e Imóveis.
- Status: EM ANDAMENTO.
- Percentual concluído: 70 %.
- Serviços realizados: Confecção de paredes e forro.

Serviços nos prédios das Varas do Trabalho de Presidente Figueiredo e de Manacapuru:

- Finalidade: promover intervenções nas instalações do prédio com vistas a substituir ou aprimorar sistemas críticos ou inadequados.
- Responsável - projetos: Seção de Engenharia.
- Responsável – execução: Seção de Manutenção de Bens Móveis e Imóveis.
- Iniciativas: Os projetos foram elaborados pela Seção de Engenharia e os serviços foram executados pelo corpo técnico de profissionais da Seção de Manutenção de Bens Móveis e Imóveis.
- Status: CONCLUÍDO.
- Percentual concluído: 100 %.

- Serviços realizados: substituição completa dos cabamentos elétricos e lógicos e pintura geral.

Obras e Serviços de Engenharia

Reforma do Centro de Memória Judicial

- Finalidade: execução de serviços de adaptação no prédio do Centro de Memória Judicial – CEMEJ.
- Responsável: Seção de Engenharia.
- Iniciativas: serviços em execução por empresa contratada.
- Processo: MA-404/2018.
- Instrumento; Contrato Administrativo nº 16/2020/TRT11/DLC.
- Empresa Contratada: RT Engenharia e Construções Ltda.
- Objeto: reforma e adaptação do Centro de Memória Judicial – CEMEJ, localizado na Rua Barroso, nº 111, Centro, Manaus-AM.
- Vigência: 16/09/2020 a 25/05/2021 (150 dias).
- Status: EM ANDAMENTO.
- Percentual concluído: 37,36%.
- Medições realizadas: 1ª Medição com valor total de R\$ 92.398,05 e 2ª Medição com valor total de R\$ 128.201,05.
- Serviços realizados: provisórios (construção de tapumes e passadiços e montagem de andaimes), demolições e remoções, paredes e painéis divisórios, elementos da fachada, revestimentos e pinturas, instalações elétricas, instalações sanitárias, instalações de cabeamento estruturado, instalações de telefonia, instalações de telefonia, reservatório superior, instalações de climatização e paisagismo.

Serviço comum de engenharia para a aplicação de piso tátil e sinalização visual nas escadas de emergência do Fórum Trabalhista de Manaus:

- Finalidade: adequação das dependências do imóvel às normas de acessibilidade.
- Responsável: Seção de Engenharia.
- Iniciativas: Serviço em execução por empresa contratada.
- Processo: MA-1351/2019.
- Instrumento: Contrato Administrativo nº 04/2020/TRT11/DLC.SC
- Empresa Contratada: Fernandes Construções EIRELI.
- Objeto: serviço comum de engenharia para a execução de adequações de acessibilidade - aplicação de piso tátil e sinalização visual em degraus das escadas de emergência no Fórum Trabalhista de Manaus/AM, localizado na Rua Ferreira Pena, 546 – Centro, Manaus-AM, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- Vigência: 19/03/2020 a 14/02/2021 (3º Termo Aditivo).
- Status: EM ANDAMENTO.
- Percentual concluído: 80,07 %.
- Medições realizadas: 1ª medição realizada em 20/08/2020, com pagamento total de R\$ 23.911,24.
- Serviços realizados: aplicação de piso tátil de atenção e de faixa de sinalização para de-

grau.

Serviço comum de engenharia para a realização de serviços na Vara do Trabalho de Lábrea-AM:

- Finalidade: interligar o gerador de emergência às instalações elétricas da Vara e torná-lo operante, substituição da rede elétrica do prédio, construções do abrigo do gerador e pintura geral.
- Responsável: Seção de Engenharia.
- Iniciativas: Elaboração de termo de referência e projetos técnicos pela Seção de Engenharia. Serviço em execução por empresa contratada.
- Processo: MA-487/2020
- Instrumento: Contrato Administrativo nº 28/2020/TRT11/DLC.
- Empresa Contratada: Fernandes Construções EIRELI.
- Objeto: serviço comum de engenharia para prestação do serviço de substituição das instalações elétricas e construção de abrigo em alvenaria para interligação do grupo gerador de 30KVA existente e pintura geral, na sede da Vara do Trabalho de Lábrea-AM.
- Vigência: 02/12/2020 a 01/04/2021 (120 dias).
- Status: EM ANDAMENTO.
- Percentual concluído: 93 %.
- Medições realizadas: Ainda não foi feita medição.
- Serviços realizados: Demolições e remoções, substituição de instalações elétricas, pintura de paredes, recuperação de alvenaria e construção do abrigo do gerador.

Coordenadoria de Material e Logística (CML)

A Coordenadoria de Material e Logística, unidade responsável pelos bens patrimoniais que integram o TRT11, entre outras atribuições constantes do Regulamento Geral, busca normatizar, planejar e executar as atividades de controle, guarda, distribuição, conservação, registro de materiais, tanto de consumo como permanentes e bens.

À vista disso, elaborou o Projeto Balanço Patrimonial, como o próprio nome sugere, evidencia a busca de um feedback da situação patrimonial do órgão durante a Gestão de 2018-2020. Desse modo, conforme planejamento e cronograma de atividades constante do projeto e plano de ação, empreendemos tarefas de aproximação quantitativa entre os bens existentes e o real patrimônio do TRT11, tais como: aprovação e publicação, em 18/5/2020, da Resolução Administrativa nº 108/2020, sobre a Gestão Patrimonial no âmbito do TRT11ª Região; participação em cursos sobre gestão patrimonial imobiliária, desenvolvimento gerencial e live para aprimoramento pessoal; baixa patrimonial de bens permanentes e bens doados no sistema SCMP. As atividades do projeto foram desenvolvidas de forma concomitante às rotinas diárias da Coordenadoria de Material e Logística, como: atendimento de demandas por e-mail com movimentação de bens; participação de comissões de reavaliação e classificação de bens; comissão de doação de bens; acompanhamento do processo de doação de bens – on-line (Sistema de Doações On-line); elaboração de expedientes; relatórios etc.

O balanço patrimonial envolve não só o quantitativo de bens de um órgão, móveis, bens de consumo, imóveis e bens intangíveis, mas o demonstrativo da situação patrimonial, financeira e contábil, principalmente, no contexto do ano de 2020 – pandemia (COVID-19), incertezas, mas também, oportunidades - a fim de proporcionar uma visão ampliada sobre o patrimônio do Regional, bem como fundamentar as tomadas de decisões, atendimento às necessidades e desenvolvimento de atividades, com base em projeções reais.



Figura 4 - Estrutura da CML

Lotação	Função	FC	Servidor
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA (200271)	Diretor (2000126)	CJ-02	Claudia Maria Chã Jacob – Matrícula 103055
	Assistente-Chefe	FC-05	Eleutério Guimarães Belichar – Matrícula 105028
SEÇÃO DE ALMOXARIFADO (200272)	Chefe (2000128)	FC-05	Ermison Lima Elisiário – Matrícula 105059
	Assistente-Chefe	FC-03	Leandro Sérgio do Santos Tabosa dos Reis – Matrícula 112029
	-	-	Mariolino dos Santos Ferreira – Matrícula 113238
SEÇÃO DE PATRIMÔNIO (200273)	Chefe (2000130)	FC-05	Luiz Andrade de Queiroz – Matrícula 112052
	Assistente-Chefe	FC-03	Mário Jorge Lima dos Santos – Matrícula 113254

Principais ações e atividades

Controle, classificação, recebimento, identificação, distribuição, movimentação e armazenamento, conforme as seguintes etapas: aquisição de bens; Recebimento de materiais permanentes (equipamentos ou mobiliários); tombamento de bens; Distribuição de bens novos; movimentação de bens permanentes (centralizar os pedidos na CML); Manutenção de relação de trabalho junto às unidades do TRT; Movimentação interna (de uma unidade para outra); autorização para saída de bens das unidades e depósito da Seção de Patrimônio; substituição de bens com defeito; Envio de bens para manutenção; Devolução de bens recuperados ou baixa para o depósito da Seção de Patrimônio quando inservível; Redistribuição de bens em disponibilidade; Atendimento imediato da demanda; Levantamento de necessidades a fim de promover a melhor destinação aos bens em disponibilidade; desfazimento de bens (venda, permuta, doação, a outra forma de destinação final de materiais); controle interno dos resultados decorrentes da execução de suas diversas atividades; Checklist mensal da realização das atividades; Contato com as unidades após realização de atendimento da demanda; Visitas regulares/sistêmicas às unidades para verificar material sem serventia; necessitando de troca; orientações sobre o SCMP; sugestões; reclamações e melhorias nos processos de Gestão Patrimonial.

Participação em treinamentos

Como forma de capacitar servidores da Coordenadoria de Material e Logística no tocante às atividades básicas do gerenciamento dos bens das organizações governamentais, com a participação de servidores nos seguintes Cursos: 370/2020 - "Gestão do Patrimônio Imobiliário";

Divulgação por e-mail – “Curso de Desenvolvimento Gerencial - Gestor Público”; e Divulgação por e-mail – “Estudos Técnicos Preliminares e Sistema ETP Digital: teoria e prática”.

Gestão patrimonial

As ações realizadas durante o ano corrente e o gerenciamento do projeto possibilitaram a definição das tarefas relacionadas abaixo:

- Rotina diária: acompanhar demandas recebidas por e-mail; matérias dispostas no e-SAP e sobrestadas; gestão e fiscalização de contratos; DEJT
- Relatórios mensais de Movimentação de Almoxarifado – RMA e Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB.
- Reunião dia 7/2/2020, da Comissão Especial de Avaliação de Bens Inservíveis para Doação com a participação de membro da Seção Sócioambiental sobre DESFAZIMENTO DE BENS;
- Doação de bens por meio de Sistema de Doações On-line (do Edital de Chamamento Público nº 01/2020 - MA- 362/2020), bem como recebimento dos bens doados às instituições filantrópicas de 1º/12 a 11/12/2020;
- Encerramento do Inventário Anual 2020 – MA-2707/2020;
- Distribuição de cadeiras ergonômicas às unidades judiciárias de Manaus, Boa Vista e Varas do Trabalho nos Municípios do Estado do Amazonas - MA-564/2019;
- Ajustes no Plano de Ação em julho/2020;
- Elaboração de Informação sobre as atividades da CML, a pedido da ASCOM (DP-10796/2020, compartilhado), a fim de compor a Revista de Gestão do Biênio 2018/2020;
- Elaboração de Relatório de Gestão / DG -2020
- Elaboração de novo calendário para 2021 – Recesso Forense (20 a 31/12/2020)

Para atuar por meio de planejamento, definimos de imediato, duas metas:

Meta 1: Concluir a implantação da 1ª etapa do Sistema de Doações On-line com a entrega de bens às instituições interessadas.

Meta 2: Entregar o Inventário Patrimonial - 2020 dentro do mesmo exercício, ou seja, até 31/12/2020, conforme disposto no art.78 , inciso I, da Resolução Administrativa nº 108/2020.

Atividades desenvolvidas e resultados obtidos

Projeto Balanço Patrimonial (Biênio 2018-2020)

FORMA DE EXECUÇÃO: Elaboração, Plano de Ação e aprovação pela Secretaria de Administração.

Início das atividades após recesso judiciário – 08/1/18

RESULTADO 100%

MA-362/2020 – DOAÇÃO DE BENS ON-LINE (1ª Fase – Implantação)

FORMA DE EXECUÇÃO: A Secretaria de Administração em parceria com a SETIC criaram software para inscrições online e cadastro de órgãos, instituições, fundações, institutos, associações e federações, de natureza pública ou privada e sem fins lucrativos, habilitadas a receber doações. A aprovação do sistema desenvolvido pela SETIC (projeto-piloto), funciona nos moldes do CPTEC (Cadastro de Peritos), para fins de registro de entidades interessadas, nesta Capital, em receber bens em doação.

O sistema permite, nesta primeira fase de implantação, o cadastramento de instituições, pública e privada, interessadas em receber bens (mobiliário em geral, eletrodomésticos, equipamen-

tos de informática, veículos, entre outros) e, em fase posterior ainda a ser divulgada (ação de 2021), receber recursos oriundos da reversão de multas trabalhistas (cestas básicas, bolsas de estudo, pecúnia, entre outros).

Essa inscrição terá validade por um ano, desde que preenchidos os requisitos legais, conforme Edital de Chamamento Público elaborado pela Coordenadoria de Material e Logística.

Após autorização de doação dos bens pela Administração Superior, dar-se-á início às etapas do processo de doação, com base no Edital de Chamamento Público, com suporte técnico da SETIC, disponibilizado no site do TRT11; publicação no D.O.U. e jornal da cidade; manifestação das instituições de seu interesse em participar da doação e indicação do lote de sua preferência; inclusão de documentação do interessado; habilitação das dos órgãos e instituições; observada a ordem de preferência; contestação; Termo de doação; agendamento de entrega dos bens; baixa no sistema SCMP – Sistema de Controle de Material e Patrimônio; baixa contábil no SIAFI (Contabilidade); e, arquivamento do processo de doação.

A doação de mobiliários e materiais das Varas do Trabalho dos interiores no Estado do Amazonas destinar-se-ão às instituições localizadas no próprio município do Juízo, a fim de evitar despesas com a logística de transporte desses bens para Manaus. Existindo a instituição interessada, esta deve manifestar seu interesse junto à direção da Vara do Trabalho apresentando os documentos solicitados no Edital de Chamamento Público. Esse processo de doação será acompanhado por dois servidores lotados na Vara do Trabalho, indicados pelo Excelentíssimo Juiz Titular da unidade organizacional, para compor a Comissão Especial de Avaliação dos Bens Permanentes a serem doados, designados por meio de portaria expedida pela Presidência.

RESULTADO: 100% da fase de implantação, em Manaus, com recebimento de bens 1.845 itens pelas instituições cadastradas e habilitadas no Sistema de Doações On-line.

MA-2707/2020 – INVENTÁRIO PATRIMONIAL ANUAL – 2020

FORMA DE EXECUÇÃO:

- Emissão de MEMO. Nº 01/2020 – início das atividades que precedem o Inventário Anual Patrimonial – 2020 como cronogramas, viagens, diárias etc;
- E-mail publicado em 5/8/2020, divulgado amplamente pela ASCOM, referente aos prazos a serem cumpridos pelas unidades organizacionais para efetivação do inventário anual;
- Visita técnicas dos servidores desta Coordenadoria, pré-agendadas pelas unidades organizacionais para retirar dúvidas quanto ao Inventário em 2020, obedecendo a protocolo especial a fim de conter a COVID-19, uso de máscara, espaço entre os servidores de 1,5cm e higienização das mãos e superfícies com álcool 70º: 19VTM; 18VTM; 17VTM; 16VTM; 15VTM; 14VTM 13VTM; 12VTM; NAE; as três TURMAS RECURSAIS; SECRETARIA JUDICIÁRIA;
- Emissão de MEMORANDO nº 02/2020/CINPA, solicitando autorização para abertura de prazo no SCMP no período de 13 a 23/10/2020 visando a realização do Inventário Patrimonial Anual de 2020;
- Realização de atividades acessórias, mas necessárias como: atualização das informações no Sistema de Controle de Material e Patrimônio – SCMP, quanto ao inventário; atualização do responsável pela carga patrimonial da unidade; visitas individualizadas às unidades com pendências no SCMP e para orientação dos usuários nas unidades, na utilização do sistema SCMP e, conseqüentemente, otimizando seu trabalho no recebimento e movimentação de bens, inventário etc;
- Em 2020 incluímos o inventário físico financeiro das Varas do Trabalho em Manaus; Boa Vista e municípios onde o Regional tem jurisdição;
- **RESULTADO 90%:** Considerando as dificuldades para o deslocamento dos servidores da

Comissão de Inventário, bem como, o alto custo com diárias em decorrência das opções de voos apresentadas, sugerimos que o deslocamento seja realizado apenas nas unidades da região metropolitana de Manaus e, nas unidades longínquas, que a efetivação do inventário seja validada pela apresentação das declarações de levantamento de bens, roteiro de vistoria e registro fotográfico, bem como o inventário físico financeiro da Vara do Trabalho. Entretanto o resultado será disponibilizado no relatório final da Comissão de Inventário MA – 2707/2020;

Bens Não Localizados

Após o inventário patrimonial anual de 2020, foram declarados não localizados 2.334 bens, sendo que 825 são bens reclassificados e final da vida útil; 1.509 devem ser localizados, sendo que 553 chegaram ao término de vida útil e 956 com vida útil.

A diminuição do quantitativo de bens não encontrados, entre os anos de 2019 e 2020, é resultado de vistoria em 58% das unidades organizacionais deste Regional, bem como da depreciação e reclassificação de bens em consumo.

Demandas Originárias na Coordenadoria de Material e Logística – CML

- PROPOSIÇÃO Nº 1/2019/CML (DP- 2451/2020): aprovação e publicação, em 18/5/2020, da Resolução Administrativa nº 108/2020, sobre a Gestão Patrimonial no âmbito do TRT da 11ª Região.

PREVISTO/REALIZADO 100%

- ATIVIDADE: PROPOSIÇÃO Nº 02/2020/CML (DP-4447/2020) referente ao processo de doação dos bens dispostos nas varas do trabalho do Fórum de Boa Vista - RR e varas do trabalho nos municípios do Estado do Amazonas: TABATINGA – DP-13228/2019; HUMAITÁ – MA-199/2020; COARI – DP-10381/2020; TEFÉ – DP-12186/2019.

PREVISTO/REALIZADO 50%

- ATIVIDADE: PROPOSIÇÃO Nº 03/2020/CML (DP-10143/2020) aceita pela Diretoria-Geral quanto à formação de Grupo de Trabalho para Atualização-Avaliação e Regularização dos Bens Imóveis do TRT11 Próprios e Locados: em virtude de demanda do CSJT, encaminhada por meio do OFÍCIO CIRCULAR CSJT.SECAUD Nº 16/2020 (DP- 6553/2020), houve necessidade de realizar trabalho presencial, pela inviabilidade de captar informações e dados, muitos registrados em meio impresso. Trata-se de levantamento minucioso sobre os imóveis componentes do patrimônio do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região. A busca de informações demonstrou:
- diversas inconsistências: ausência de documentos, informações ou informações desatualizadas nos arquivos físicos desta Coordenadoria e no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNet, alimentado pela Seção de Patrimônio;
- a urgente necessidade de acrescentar mais um item ao planejamento da CML: impulsionar a regularização dos procedimentos burocráticos exigidos para autorização do HABITE-SE de todos os prédios próprios; regularização do registro dos imóveis; Termo de Entrega do imóvel ao TRT11 pela Superintendência do Patrimônio da União; atualização dos dados dos imóveis em desconformidade com o sistema SPIUNet – Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União; atualização dos endereços e foto da fachada de cada unidade deste E. Regional no Google Maps; cadastro do imóvel na SPU do terreno doado ao TRT11 no Município de Presidente Figueiredo (DP – 680/2019); e ainda, avaliação atualizada dos imóveis (DP- 1115/2019).
- Assim, elaboramos o diagnóstico dos imóveis do TRT11 com base na planilha do CSJT (denominada Planilha Matriz – CSTJ) e propomos a formação de Grupo de Trabalho (divisão de

tarefas), formado por unidade organizacionais administrativas e judiciárias, visando atualização, avaliação e regularização dos bens imóveis do TRT11, por meio de pesquisa da documentação a respeito desses imóveis, avaliação mercadológica e atualização de seus dados dos no SPIUNet. Trata-se de ação crucial para regularizar e dar fidedignidade aos nossos sistemas contábil, de controle interno e patrimônio, bem como oferecer condições mais seguras de gestão patrimonial.



DIRETORIA DO FÓRUM TRABALHISTA DE BOA VISTA

Considerações Iniciais

Em atendimento ao disposto no art. 3º, inciso VIII, do Ato nº. 70/2007 do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, que instituiu o Fórum Trabalhista de Manaus e de Boa Vista, e na condição de Diretor do Fórum Trabalhista de Boa Vista, apresento o Relatório anual de Atividades que tem o propósito de registrar e assim documentar os principais acontecimentos e atos do Fórum Trabalhista de Boa Vista no exercício de 2020.

A competência da Diretoria do Fórum Trabalhista de Boa Vista - DFTBV é fixada no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, Seção II, Art. 14.:

Parágrafo único. As atividades do Diretor de Fórum serão desempenhadas com o auxílio da Seção de Apoio a Diretoria do Fórum Trabalhista de Boa Vista, a qual será subordinado diretamente aquele para operacionalização de suas tarefas.

Art. 15. A Seção de Apoio à Diretoria do Fórum Trabalhista de Boa Vista - SDFTBV compete:

I - assessorar o desempenho das atividades da Diretoria do Fórum Trabalhista de Boa Vista, destacando as atividades de logística, de manutenção, de suprimento, de conservação e de zeladoria;

II - desenvolver atividades características de apoio técnico e administrativo; III - desenvolver outras atribuições de natureza temporária e/ou transitória delegadas pela autoridade competente.

No transcorrer do exercício de 2020, este Fórum empreendeu esforços no sentido de cumprir a missão institucional que lhe foi atribuída, alinhando suas ações ao Plano de Gestão da Presi-

dência 2018-2020,

O ano de 2020, inclusive diante das medidas de contorno à nova realidade jurisdicional trazida pela pandemia, foi marcado por grande produção jurisdicional e administrativa, acabando por aperfeiçoar a prestação jurisdicional, imprimindo maior celeridade.

As medidas implementadas foram sobremaneira no sentido de potencializar e valorizar o capital humano, desenvolvendo competências e promovendo a readequação da força de trabalho. Esse contexto de resultados, mesmo diante do cenário caótico causado pela Pandemia do Covid-19, não teria sido possível sem o empenho e a dedicação de magistrados, servidores, estagiários e apoio dos terceirizados.

Na oportunidade, registro a colaboração dos Magistrados Doutora SAMIRA MÁRCIA ZAMAGNA AKEL, Juíza Titular da 2ª Vara Trabalhista de Boa Vista, da Juíza Substituta Doutora ELIANE CUNHA MARTINS LEITE, Juíza Substituta da 2ª Vara Trabalhista de Boa Vista, e ainda do Juiz Titular da 3ª Vara Trabalhista de Boa Vista, Doutor RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE FILHO, assim como dos Senhores Diretores, Assistentes, Chefes, Colaboradores e de todos os demais servidores que, com seu desempenho e dedicação tornaram possível os relevantes resultados obtidos, refletindo o compromisso e o alto padrão de eficiência de cada um em prol desta Justiça Especializada e aos seus jurisdicionados.

A boa gestão da coisa pública impõe aos administradores que se esforcem quanto ao planejamento, execução e controle das ações que proporcionarão os resultados esperados, com a qualidade suficiente e custos razoáveis.

Este relatório demonstra, no particular, os frutos do trabalho conjunto e do esforço coletivo de todos os magistrados, servidores e operadores do Direito que atuaram no âmbito da Justiça do Trabalho da 11ª Região no Fórum Trabalhista de Boa Vista em 2020 para que se chegasse aos resultados pretendidos e para que esta Justiça seja reconhecida como acessível, célere e efetiva na realização da justiça social, que constitui nossa grande missão. Desejo a todos uma boa leitura.

Principais atividades administrativas desenvolvidas no exercício de 2020 pela seção de apoio ao FTBV

A PORTARIA Nº 142/2020/SGP – Manaus, de 17 de março de 2020, designou o Juiz do Trabalho Doutor Gleydson Ney Silva da Rocha, Titular da Meritíssima 1ª Vara do Trabalho de Boa Vista, para exercer o cargo de Diretor do Fórum Trabalhista de Boa Vista no ano de 2020, e em seu impedimento e afastamento legal, a substituição pelo Juiz Titular de Vara do Trabalho de Boa Vista mais antigo em exercício, ou em sua ausência, pelo Juiz do Trabalho Substituto mais antigo no exercício da titularidade.

Adiante, segue o relato das iniciativas empreendidas durante o exercício de 2020.

Fiscalização de contratos administrativos, convênios e notas de empenhos

Contrato de prestação de serviço de limpeza e conservação

Encontra-se vigente o Contrato Administrativo nº. 007/2018/TRT11/DLC.SC, firmado com a empresa D & L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, estando em vigor o 3º Termo Aditivo com vigência até 28/02/2022.

Registro o ótimo desempenho dos empregados da empresa contratada, que prestam serviço neste Fórum Trabalhista de Boa Vista, e realizam suas atividades com zelo e dedicação, demonstrando comprometimento com o serviço.

Contrato de prestação de serviço de segurança e vigilância armada

Encontra-se vigente o Contrato Administrativo Nº 40/2019/TRT11/DLS.SC, firmado com a Empresa Union Security- Serviços de Segurança e Transporte de Valores Ltda., estando em vigor o 1º Termo Aditivo com início de vigência em 30/10/2020 e encerramento em 29/10/2021. De modo geral, a prestação dos serviços pela Empresa contratada vem sendo realizado de forma satisfatória, não havendo ocorrências quanto a este contrato, até a presente data.

Contrato de prestação de serviço de lavagem, lubrificação e conservação de veículos

Encontra-se vigente o Segundo Termo Aditivo ao Contrato 018/2019/TRT11/DLC, firmado com a Empresa Alto Brilho Comercio e Serviços LTDA-ME, estando em vigência até 23/06/2022. De modo geral, os serviços referentes a esse contrato estão sendo prestados de modo satisfatório.

Contrato de prestação de serviço de fornecimento de água mineral

Encontra-se em vigor o Contrato Administrativo n. 11/2020, firmado com a Empresa Industria de Bebidas Água Boa, até 21/07/2021. O serviço relativamente satisfatório.

Termo de cessão de uso de espaço físico no fórum trabalhista de boa vista, celebrado entre a união federal – tribunal regional do trabalho da 11ª região e a caixa econômica federal

Encontra-se em vigor o Termo n. 03/2016/TRT11/DLC.SC.O ajuste foi formalizado em 03/08/2020 e se encerrará em 31/08/2025. Referido termo propicia um rápido atendimento aos jurisdicionados e servidores por meio do Posto de Atendimento Bancário instalado no Fórum Trabalhista de Boa Vista.

Contrato de comodato de espaço no Forum Trabalhista de Boa Vista, celebrado entre a União Federal – Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região e a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Roraima

Em vigor desde 07/2017, o contrato de comodato com prazo de vigência indeterminado. Já estando funcionando nas novas instalações no novo Fórum Trabalhista de Boa Vista.

Contrato de prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos condicionadores de ar

Por decisão do Senhor Diretor Geral deste TRT 11, o Termo de Contrato nº015/2020, firmado entre TRT 11 e a G P Serviço de Instalação e Refrigeração - EIRELI (GP SERVIÇOS) foi rescindido a contar do dia 18 de março de 2021. Conforme orientação do Setor de Manutenção de Bens Móveis e Imóveis, qualquer chamado referente a manutenção de condicionadores de ar que possam surgir nesse período sem cobertura contratual, sejam encaminhados via e-sap ou email (www.set.manutencao@trt11.jus.br) para a Seção de Manutenção de Bens Móveis e Imóveis para que a solução mais adequada ao problema apresentado.

Contrato para fornecimento de energia elétrica, firmado com a Eletrobras – Distribuição Boa Vista

O Contrato encontra-se em vigor e a prestação dos serviços se deu regularmente, sem registros negativos.

Contrato para fornecimento de água encanada, firmado com a caer

Os serviços prestados pela Companhia de Águas e Esgotos de Roraima foram satisfatórios, sem registros negativos.

Convênio de Cooperação Técnica e Pedagógica nº. 006/2010/UFRR/TRT11 – celebrado com a Universidade Federal de Roraima

Em vigor a MA-923/2015, com início da vigência em 13/08/2015 com prazo indeterminado. Trata-se de convênio firmado com a UFRR para prestação de estágio não remunerado na Justiça

do Trabalho pelos estudantes dos cursos de graduação.

Convênio de cooperação nº. 001/2010/TRT11/TRERR – celebrado com o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima

Importante instrumento à disposição dos magistrados para agilizar a obtenção de informações do Cadastro Nacional de Eleitores, como endereços e telefones atualizados, quando necessárias à instrução dos feitos, através do e-mail da respectiva Vara.

Estando em vigência a MA-338/2016 com prazo indeterminado.

Acordo de cooperação nº. 003/2011/TRT11/SCAD – celebrado com o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima – TJ/RR para atuação conjunta na justiça itinerante

Este acordo de cooperação está sendo bastante utilizado nas atividades realizadas pela Justiça Itinerante. Em vigência a MA-179/2011 com prazo indeterminado.

Acordo de cooperação nº. 004/2011/TRT11/SCAD – celebrado com o Cartório de Registro de Imóveis – serventia de Boa Vista

Outro importante instrumento utilizado pelas Varas do Trabalho, principalmente pelo fato das requisições e respostas ocorrerem através de correio eletrônico, propiciando economia de tempo e de material. Em vigência a MA-715/2010 com prazo indeterminado.

Acordo de cooperação nº. 02/2012/trt11 firmado com a universidade federal de roraima-realização de perícias médicas aos servidores do ftbv

Encontra-se em vigência o Termo de Acordo de Cooperação Técnica n. 01/2020/TRT11/DLC.SC. O convênio propicia a realização de perícias médicas através do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS) da UFRR e se demonstra de grande utilidade para o Fórum Trabalhista de Boa Vista.

O Fórum Trabalhista de Boa Vista que passou a funcionar separadamente das Varas desde julho de 2013, após a criação da Seção de Apoio a Diretoria do Fórum, foi responsável direto pela execução e manutenção de aproximadamente vinte contratos de prestação continuada, convênios e notas de empenhos, em prol de interesses institucionais comuns, a saber:

Suprimento de Fundos

Pequenas despesas foram custeadas por meio de suprimento de fundos, com autorização do Ordenador de Despesas. A servidora Elen Regina Barreto Cesar é a responsável pela aplicação, controle e prestação de constas do suprimento de fundos. A seguir, estão listadas as concessões de suprimento de fundos e respectivos valores no ano de 2020:

Requisição	Objeto	Valor (R\$)
OFÍCIO nº 8/2020/FTBV MA-287/2019	Serviços diversos pessoa física- -manutenção predial	1.000,00(VALOR LIBERADO) 57,95(VALOR UTILIZADO)
OFÍCIO nº 8/2020/FTBV MA-287/2019	Serviços diversos pessoa física- -divulgação justiça itinerante	2.000,00(VALOR LIBERADO) 1.400,00(VALOR UTILIZADO)
OFÍCIO nº 8/2020/FTBV MA-287/2019	Compra de material de consumo	3.000,00(VALOR LIBERADO) 210,00(VALOR UTILIZADO)

MEMO. nº 10/2020 MA-287/2019	Serviços diversos pessoa física-contratação de empresa de serviços de dedetização e desratização.	1.500,00(VALOR LIBERADO) 1.500,00 (VALOR UTILIZADO)
------------------------------	---	--

Justiça Itinerante

Com o agravamento da pandemia o calendário da Justiça Itinerante ficou comprometido, e acabou suspenso por decisão da Corregedoria Regional. O calendário de 2020 foi cumprido parcialmente, em virtude do agravamento da pandemia.

Correição nas Varas Trabalhistas de Boa Vista

1ª Vara

A Corregedora e Ouvidora do TRT da 11ª Região, Desembargadora Ruth Barbosa Sampaio, realizou, no dia 24 de julho de 2020, Correição Ordinária Anual na 1ª Vara do Trabalho de Boa Vista, na modalidade telepresencial. Os trabalhos foram desenvolvidos com a participação do Juiz do Trabalho Titular, Doutor GLEYDSON NEY SILVA DA ROCHA, e demais servidores lotados na Vara, nos termos autorizados pelo Provimento nº 3/2020/SCR. A 1ª Vara do Trabalho de Boa Vista conquistou o 1º lugar do TRT11, ocupando o 19º lugar na classificação geral entre todas as VTs do país. E assim, a unidade judiciária foi elogiada pelo cumprimento de várias Metas Nacionais do CNJ, quais sejam:

- META Nº 1 – Julgar mais processos que os distribuídos: julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente;
- META Nº 2 – Julgar processos mais antigos: identificar e julgar até 31/12/2019: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015, e pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016;
- META Nº 3 – Estimular a conciliação, buscando manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017;
- META Nº 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas: 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau e,
- META Nº 7 – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos (TRT e Vara); identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.
- META ESPECÍFICA – Reduzir o tempo médio de duração do processo em 2% na fase de conhecimento.

2ª Vara

Em 16 de setembro de 2020, a Excelentíssima Corregedora e Ouvidora do TRT da 11ª Região, Desembargadora Doutora RUTH BARBOSA SAMPAIO, realizou Correição Ordinária Anual na modalidade telepresencial na 2ª Vara do Trabalho de Boa Vista. Os trabalhos foram desenvolvidos com a participação da Juíza do Trabalho Titular de Vara do Trabalho, Doutora SAMIRA MARCIA ZAMAGNA AKEL, e demais servidores lotados na vara, nos termos autorizados pelo Provimento nº 3/2020/SCR. A unidade judiciária foi elogiada pelo cumprimento de várias Metas Nacionais do CNJ, quais sejam:

- META Nº 2 – Julgar processos mais antigos: identificar e julgar até 31/12/2019: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015, e pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016;
- META Nº 3 – Estimular a conciliação: manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017;

- META Nº 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas: 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau e
- META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO – Reduzir o tempo médio de duração do processo em 2% na fase de conhecimento em relação ao ano de 2017.

A vara foi elogiada por figurar entre as dez varas do TRT11 com menor prazo médio em todas as fases processuais, e como unidade regional com menor prazo médio até o arquivamento definitivo dos autos no período correccionado; pelos resultados obtidos no IGEST, conferindo à unidade o 8º lugar regional e 128º lugar nacional; pelo empenho da unidade em participar dos eventos de conciliação e realizando pauta de conciliação em execução regularmente e pelo empenho da vara em utilizar o sistema PJe-Calc.

3ª Vara

A Excelentíssima Corregedora e Ouvidora do TRT da 11ª Região, Desembargadora Doutora RUTH BARBOSA SAMPAIO, realizou no dia 17/07/2020 Correição Ordinária Anual na 3ª Vara do Trabalho de Boa Vista, na modalidade telepresencial. Os trabalhos foram desenvolvidos com a participação do Excelentíssimo Juiz do Trabalho Titular, Doutor RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE FILHO, o Juiz Substituto Doutor DANIEL CARVALHO MARTINS e demais servidores lotados na vara, nos termos autorizados pelo Provimento nº 3/2020/SCR.

A unidade judiciária foi elogiada pelo cumprimento de várias Metas Nacionais do CNJ, quais sejam:

- META Nº 2 – Julgar processos mais antigos (identificar e julgar até 31/12/2019: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015, e pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016);
- META Nº 3 – Aumentar os casos solucionados por conciliação (meta acima de 41,2%);
- META Nº 7 – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos (TRT); identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior, e
- META ESPECÍFICA – Reduzir o tempo médio de duração do processo em 2% na fase de conhecimento.

Seção do Fórum de Boa Vista-FTBV

Em 2 de outubro de 2020, a Excelentíssima Corregedora e Ouvidora do TRT da 11ª Região, Desembargadora Doutora RUTH BARBOSA SAMPAIO, realizou Correição Ordinária Anual na modalidade telepresencial na Seção de Apoio à Diretoria do Fórum Trabalhista de Boa Vista localizada no FÓRUM TRABALHISTA DE BOA VISTA.

Os trabalhos foram desenvolvidos com a participação do Excelentíssimo Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Boa Vista e Diretor do Fórum Trabalhista de Boa Vista, Doutor GLEYDSON NEY SILVA DA ROCHA e demais servidores lotados no setor, nos termos autorizados pelo Provimento nº 3/2020/SCR. A correição telepresencial tomou por base o período de janeiro/2019 a agosto/2020, sendo os dados extraídos dos Sistemas Processo Judicial Eletrônico (PJe) e SGRH (Sistema de Gestão de Pessoas).

Núcleo de Distribuição dos Feitos de Boa Vista

Em 16 de setembro de 2020, a Excelentíssima Corregedora e Ouvidora do TRT da 11ª Região, Desembargadora Doutora RUTH BARBOSA SAMPAIO, realizou Correição Ordinária Anual na modalidade telepresencial no Núcleo de Distribuição de Feitos de 1º Grau do Fórum Trabalhista de Boa Vista/RR.

Os trabalhos foram desenvolvidos com a participação do Excelentíssimo Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Boa Vista e Diretor do Fórum Trabalhista de Boa Vista Doutor GLEYDSON NEY

SILVA DA ROCHA, o Ilustríssimo Senhor Léo Fernando de Farias Salgado, Chefe do Núcleo de Distribuição dos Feitos de Boa Vista - RR e demais servidores lotados no Núcleo, nos termos autorizados pelo Provimento nº 3/2020/SCR. A correição telepresencial tomou por base o período de dezembro/2019 a agosto/2020, sendo os dados extraídos dos Sistemas Processo Judicial Eletrônico (PJe) e SGRH (Sistema de Gestão de Pessoas).

Semana Estadual de Conciliação

Sob o slogan “Conversando se concilia”, a 3ª Vara do Trabalho de Boa Vista (VTBV) realizará a Semana Estadual de Conciliação em Roraima no período de 22 a 26 de março com audiências exclusivamente no formato telepresencial.

O objetivo é incentivar a solução dos conflitos por meio do diálogo, integrando a comunidade civil e jurídica no alcance de resolução célere, eficiente e econômica.

Instituído de forma permanente no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - Amazonas e Roraima (TRT11) por intermédio da Portaria nº 5/2021, assinada pelo Juiz Titular da 3ª Vara do Trabalho de Boa Vista, DOUTO RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE FILHO e publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) do último dia 23 de fevereiro, o evento será realizado anualmente na última semana de março.

Conclusão

O ano de 2020 foi um ano de aprendizado para todos, e, particularmente para nós do Fórum de Boa Vista, em um cenário de grandes mudanças. Envidamos esforços para a continuidade dos serviços, adotando ações e iniciativas para que o trabalho jurisdicional fosse oferecido de maneira segura aos seus jurisdicionados, preservando também a saúde de todos os magistrados, servidores e colaboradores.

No Núcleo de Distribuição dos Feitos os servidores passaram a efetuar suas funções laborais em regime de Teletrabalho e, nas segundas-feiras, procedem à coleta de documentos e das informações dos jurisdicionados que não tem acesso à internet.

Foram implantados diversos meios para amenizar a suspensão do atendimento presencial, causada pela Pandemia da COVID-19, no sentido de alcançar todos os jurisdicionados, promovendo o acesso à Justiça Trabalhista.

Nas Varas os servidores estão realizando as atividades na modalidade home office. Estão sendo realizadas audiências telepresenciais com adoção de multiplataformas digitais, com a utilização do Google Meet e WhatsApp vídeo.

A Diretoria do Fórum, por meio da Seção de Apoio ao Fórum adotou medidas rotineiras para manter a higienização do prédio, com os ambientes sempre arejados, usando os materiais de limpeza adequados, agindo de maneira preventiva para quando do retorno efetivo dos Magistrados, Servidores e Jurisdicionados proporcionar segurança, impedindo, na medida do possível, a proliferação do COVID-19, nas dependências do prédio.

Algumas das medidas adotadas:

- Instalação de recipientes com álcool em gel em lugares estratégicos;
- Limpeza diária no prédio, além de uma desinfecção geral a cada 15 dias;
- Utilização de termômetro para a entrada do prédio;
- Dedetização nas dependências do Fórum, bem como no prédio anexo.

Por fim, rogamos que o ano de 2021 seja marcado por um caminhar de muita saúde, fortalecimento e superação.



NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Apresentação

Considerando estabelecer medidas, diretrizes, protocolos e rotinas voltadas à segurança orgânica institucional do TRT da 11ª Região, destacando-se reforçar a segurança mediante o controle de acesso, a instalação de câmeras de vigilância e de aparelhos detectores de metal, bem como o policiamento ostensivo.

É nesse contexto, que o Núcleo da Segurança do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, através de uma gestão eficiente vem buscando operacionalizar suas atividades, visando a modernização e aperfeiçoamento do serviço prestado pela segurança. Tendo por desígnio positivar as principais realizações no decorrer do exercício de 2020 e objetivando mensurar resultados relevantes alcançados ao longo do ano.

Controle das matérias administrativas (e-sap) e atividades realizadas pela Seção de Gestão de Riscos

E-Sap/data	Descrição
MA 783/2017	Contratação de empresa especializada em fornecimento de solução de segurança para atender demandas do TRT 11ª Região. A solução é composta por equipamentos do tipo câmeras HD, câmeras IP de alta definição, DVR e NVR para processamento de imagens nas Varas do Interior, Anexo, EJUD e Sede Administrativa.
MA 287/2020	Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção dos Televisores que compõem o Centro Integrado de Monitoramento do TRT11 do Núcleo de Segurança Institucional.
MA 328/2020	Contratação de empresa de engenharia para realizar INSPEÇÃO e AUDITORIA DE CONFORMIDADE TÉCNICA E LEGAL do sistema de prevenção e combate a incêndio do Prédio Sede do TRT11.
MA 6553/2020	SGP (MALOTE DIGITAL) - OFÍCIO CIRCULAR CSJT.SG.SECAUD N.16/2020 - Levantamento e Avaliação dos Imóveis da Justiça do Trabalho de 1º e 2º Graus.
MA 8608/2020	Instalação de porta de correr na sala de monitoramento
10/fev	Empresa Protenorte realiza a entrega e instalação dos extintores no prédio Sede Judiciária. 65 unidades.
11/fev	Empresa Protenorte realiza entrega e instalação dos extintores no Fórum Trabalhista de Manaus. 73 unidades.
12/fev	Empresa Protenorte realiza entrega e instalação dos extintores no prédio Anexo da Belém.

19/fev	Pesquisas de imagens no C.I.M. (Centro Integrado de Monitoramento), verificação de um roubo na área externa do prédio, no dia 05/02/2020, E-sap 2650/2020.
20/mar	Treinamento de abandono de área com os Brigadistas voluntários lotados no 6º andar do prédio da Sede Judiciária
6/abr	Relatório de treinamento de abandono de área com PCD. E-sap 3572/2020.
16/nov	Instrução/treinamento sobre o mecanismo e funcionamento dos elevadores e procedimentos de resgate nas ocorrências de panes FTM. E-sap 14036/2020.
11/nov	Declaração de Inventário prévio ao levantamento patrimonial anual. E-sap 551/2020.
16/dez	Troca de câmeras sendo 36 do tipo dome e 8 do tipo bullet- prédios Sede Judiciária e Anexo Belém.

Controle das matérias administrativas (e-sap), atividades e diligências em acompanhamento com oficial de justiça, realizadas pela Seção de Operações de Segurança

E-Sap/data	Descrição
MA 9620/2020	Trata-se da criação de centro de treinamento e Grupo Especial de Segurança.
MA 440A/2020	Trata-se da aquisição de lanternas táticas para as comarcas do Interior em diligências itinerantes previstas para 2021
MA 11086/2020	Trata-se da aquisição de Spark (arma eletro impactante não letal) e Gel de Pimenta, para os agentes de segurança nas portarias.
MA 286/20	Trata-se da aquisição de coletes balísticos para magistrados e servidores para que sejam realizadas Diligências Itinerantes ao Interior e capital desta Especializada.
23/jan	Diligência – Local: CDPM 1, KM 08 BR 174. Agentes: CB Watson e SD Gilson.
23/jan	Diligência – Local: Rua Padre Mário, 15, Colônia Antônio Aleixo. Agentes: SGT Moris e SD Gilson
27/jan	Diligência – Local: Rua Padre Mário, 15, Colônia Antônio Aleixo. Agentes: SGT Moris e SD Gilson.
28/jan	Diligência – Local: Av. Ephigênio Salles, 1966, Adrianópolis. Agentes: CB Watson e SD Gilson.
29 e 30/jan	Diligência – Local: Av. Peixe Cavallo, 98, Tarumã Açú. Agentes: CB Watson e SD Gilson.
5/fev	Diligência – Mandado de condução coercitiva de testemunha, Local: Km 12 BR174, 37, 41. Agentes: SGT Moris e SD Gilson.
13/fev	Diligência – Reintegração de Posse. Agentes: SGT Moris, SGT Wederson e SD Gilson.
12/mar	Diligência – Local: Bairro Compensa. Agentes: SGT Wederson e SD Gilson.
12/mar	Diligência – Local: Bairro Raiz. Agentes: SGT Wederson e SD Gilson.
12/mar	Diligência – Local: Bairro Planalto. Agentes: SGT Wederson e SD Gilson.
12/mar	Diligência – Local: Bairro Adrianópolis. Agentes: SGT Wederson e SD Gilson.
12/mar	Diligência – Local: Bairro Tarumã. Agentes: SGT Wederson e SD Gilson.

2/set	Diligência – Local: Rua Marechal Deodoro, 290, Centro. Agentes: SGT Wederson e SD Gilson.
4/set	Diligência – Local: Rua Orlandia (antiga rua Ajuricaba), 134, Conjunto Miraflores. Agentes: SGT Wederson e SD Gilson.
8/set	Diligência – Rua Recife, 150 Apto 102, bloco b Juliana II, Parque Dez. Agentes: SGT Wederson e SD Gilson.
9/set	Diligência – Local: Rua dos remansos, Porto Marina Tauá. Agentes: SGT Wederson e SD Gilson.
10/set	Diligência – Local: Rua João dias, 8, Raiz. Agentes: SGT Moris e SD Gilson.
11/set	Diligência – Local: Rua Marques das Caravelas, Parque das Laranjeiras. Agentes SGT Wederson e SD Gilson.

Controle das matérias administrativas (e-sap) pela Seção de Transporte

E-Sap/data	Descrição
MA-409/2017	<p>Contratação de serviços de condução de veículos pertencente à frota do Tribunal</p> <p>Vigência: Término em 25/12/2021</p> <p>Valor Contratado: R\$ 1.399.042,20</p> <p>Valor Liquidado: R\$ 1.317.176,36</p>
MA-310/2020 / MA-591/2018	<p>Contratação de empresa para prestação do serviço de seguro dos veículos pertencente à frota do Tribunal</p> <p>Vigência: 05/10/2021</p> <p>Valor Contratado: R\$ 27.180,05</p> <p>Valor Liquidado: R\$ 27.180,05</p>
MA-121/2020 / MA-830/2019	<p>Nota de Emprenho estimativa em favor do DETRAN-AM para licenciamento dos veículos pertencente à frota do Tribunal, exercício de 2020 (seguro obrigatório e taxas administrativas)</p> <p>Vigência: 31/12/2020</p> <p>Valor Contratado: R\$ 5.381,64</p> <p>Valor Liquidado: R\$ 5.381,64</p>
MA-27/2018	<p>Contratação de empresa para manutenção preventiva, corretiva e lavagem dos veículos oficiais pertencente à frota do Tribunal</p> <p>Vigência: 09/02/2022</p> <p>Valor Contratado: R\$ 200.879,01</p> <p>Valor Liquidado: R\$ 86.009,23</p>

<p>MA-468/2017</p>	<p>Fornecimento de combustíveis para abastecer os veículos oficiais pertencente à frota do Tribunal</p> <p>Vigência: 02/09/2021</p> <p>Valor Estimado: R\$ 177.999,96</p> <p>Valor Liquidado: R\$ 105.104,18</p>
<p>MA-1115/2013 (última contratação)</p>	<p>Prestação de serviço de monitoramento via GPS dos veículos oficiais pertencentes à frota do Tribunal</p> <p>Vigência: 24/11/2019</p> <p>Valor Contratado: R\$ 47.750,16</p> <p>Valor Liquidado: R\$ 0,00</p> <p>Obs.: Tendo em vista a necessidade de novos estudos para renovação da frota e/ou alteração de modalidade de contratação (aquisição e/ou locação da frota, ou novo sistema de gerenciamento de manutenção) não houve conclusão dos estudos em 2020, muito em razão da pandemia, bem como num primeiro momento não ter visualizado vantajosidade no serviço de locação sem motorista.</p>

Obs.: Os contratos totalizaram um montante no valor liquidado de R\$ 1.540.852,26 (um milhão e quinhentos e quarenta mil e oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e seis centavos), o qual serve como estimativa para o exercício de 2021 quando de novas contratações e/ou prorrogações.

Relação de servidores e condutores

A Seção de Transporte é composta por servidores de cargo efetivo das áreas: administrativa, transporte e segurança, conforme detalhado abaixo.

ORD	SERVIDOR	LOTAÇÃO/ÁREA	FUNÇÃO/RESPONSABILIDADE
1	DANIEL CARLINNI BRASIL BARBOSA	NÚCLEO DA SEGURANÇA /REQUISITADO	<p>CHEFE</p> <p>Gestão de Contratos</p> <p>Escala de Plantão</p> <p>Escala de Viagens</p> <p>Escala de Eventos</p> <p>Relatórios</p> <p>Cotas de Combustíveis</p> <p>Expedientes ESAP, EMAIL</p> <p>Sistema E-Transporte</p>

2	PAULO CESAR DE OLIVEIRA ALCANTARA	SEÇÃO DE TRANSPORTE /TRANSPORTE	TÉCNICO JUDICIÁRIO Termo de Referência Fiscal Técnico de Contrato Licenciamento Anual Notificações de Trânsito Serviços Detran Serviço de Lavagem Serviço de Condução Expedientes ESAP, EMAIL Sistema E-Transporte
3	LUZIETE SILVA DA COSTA	SEÇÃO DE TRANSPORTE /ADMINISTRATIVA/REQUISITADA	ANALISTA JUDICIÁRIA Estudos Preliminares Fiscal Administrativo de Contrato Serviço de Condução Serviço de Abastecimento Expedientes ESAP, EMAIL Sistema E-Transporte
4	ALDEMIR GESTA PINHEIRO	SEÇÃO DE TRANSPORTE /SEGURANÇA	TÉCNICO JUDICIÁRIO Fiscal Técnico de Contrato Serviço de Manutenção Expedientes ESAP, EMAIL Gestão de Atendimento Substituto Sistema E-Transporte
5	ROLDÃO GERMANO DE SOUZA GOMES FILHO	SEÇÃO DE TRANSPORTE /SEGURANÇA	TÉCNICO JUDICIÁRIO Gestão de Risco Fiscal Técnico de Contrato Seguro da Frota Acidente de Trânsito Expedientes ESAP, EMAIL Gestão de Atendimento Sistema E-Transporte
6	ILDEMAR PEREIRA DOS SANTOS	SEÇÃO DE TRANSPORTE /SEGURANÇA	TÉCNICO JUDICIÁRIO Motorista de Apoio / Manaus-AM, Região Metropolitana e Boa Vista-RR

7	ORCIVAL DA ROCHA BASTOS	SEÇÃO DE TRANSPOR- TE /ADMINISTRATIVA	TÉCNICO JUDICIÁRIO Expedientes Recolhimento, Entrega, Devolução Sistema de Rastreamento GPS Fiscal Técnico de Contrato
8	RAIMUNDO PIMENTA DE SOUZA	SEÇÃO DE TRANSPOR- TE /ADMINISTRATIVA	TÉCNICO JUDICIÁRIO Despachante (inspeciona saída e entrada junto aos motoristas) Sistema E-Transporte Sistema de Rastreamento GPS Fiscal Técnico de Contrato

Obs.: as atribuições acima foram definidas em reunião interna, realizada no dia 19 de dezembro de 2019 (Esap 1993/2020).

Além dos servidores, tem, atualmente, a sua disposição, 26 (vinte e seis) contratados de empresa terceirizada, sendo 01 (um) supervisor e 25 (vinte e cinco) motoristas, os quais obrigam-se a uma jornada de 44 horas semanais, sendo 09 horas de segunda a quinta e 08 horas às sextas-feiras, com intervalo de 1 hora.

Os motoristas ficam assim empregados: 20 (vinte) a disposição dos magistrados incluindo Corregedoria, Cemej, Ejud e Juiz Auxiliar da Corregedoria; 05 (cinco) a disposição das seguintes demandas: 01 (um) pra rotas internas, 01 (um) pra rotas externas, 01 (um) pra Setic, Patrimônio, Almojarifado, 01 (um) pra demandas de suprimento (Apoio às Varas, Zeladoria e Manutenção Fórum), e 01 (um) pra expedientes externos (moto). Há, também, 02 (dois) servidores na função de motorista, sendo (01) um para atendimento às demandas de diligências com Oficial de Justiça e (01) um atendendo a Divisão de Manutenção e Projetos.

Frota de veículos

Em relação à frota de veículos do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, a mesma compõe-se de um total de 66 (sessenta e seis) veículos, ficando à disposição da Cidade de Manaus um total de 47 (quarenta e sete) veículos, atendendo serviços de representação, institucional, comum e serviço especial, sendo o restante distribuído da seguinte forma: 06 (seis) na Cidade de Boa Vista-RR, e 13 (treze) nos demais Municípios do Amazonas.

Informa-se que na destinação dos 44 (quarenta e quatro) veículos em uso na Cidade de Manaus, têm-se a seguinte disponibilidade: são 18 (dezoito) para Uso de Representação (três Civic's) e institucional (onze Civic's), incluindo Corregedoria (um Civic), Cemej (um Civic), Ejud (um Civic) e Juiz Auxiliar da Corregedoria (um civic); e 26 (vinte e seis) para Uso de Serviços Gerais e Apoio Institucional, assim distribuído:

- APOIO INSTITUCIONAL (CIVIC, OITO PEUGEOT) - 9
- ROTA INTERNA (DOBLÔ) - 1
- ROTA EXTERNA (PÁLIO) -1
- SUPRIMENTO (PÁLIO)-1
- EXPEDIENTES EXTERNOS (MOTO)-1
- ALMOXARIFADO/PATRIMÔNIO/ARQUIVO (DUAS KOMBI, CAMINHÃO) -3

- SETIC (PÁLIO)-1
- NÚCLEO DA SEGURANÇA (CIVIC, FRONTIER) -2
- DIVISÃO DE MNT E PROJETOS (PARATI, FRONTIER) -2
- USO ESPECIAL EJUD (VAN BOXER) -1
- RESERVAS/CARROS (TRÊS PALIOS) -3
- RESERVAS/MOTOS (MOTO)-1

TOTAL -26

Objetivos de gestão

- Buscar manter a excelência do atendimento aos diversos setores do Egrégio TRT11;
- Buscar otimizar os procedimentos ora realizados pela Seção de Transporte;
- Continuar promoção de capacitação dos servidores em gestão de atendimento, de manutenção da frota, contratos e afins;
- Continuar promoção de capacitação e reciclagens dos motoristas terceirizados em condução de autoridades, atendimento, noções de manutenção básica e afins;
- Elaborar Plano de Atendimento de Transporte de Pessoas e Materiais;
- Elaborar o Plano de Manutenção Preventiva e Corretiva.

Procedimentos realizados

Durante estes pouco mais de seis anos à frente da Seção de Transporte, foram promovidos novos procedimentos, tendo para isso pautado suas ações com constante observância e avaliação, principalmente, em relação ao atendimento das solicitações via sistema e-transporte, além dos relacionados à manutenção preventiva/corretiva, abastecimento, dentre outros.

Elencam-se aqui, as ações realizadas pela gestão dos transportes:

- Alinhou-se proposição de procedimentos arguidos pela nova gestão junto ao responsável pela Empresa de Condução Terceirizada e os condutores, visando eficiência do serviço com observações ao comportamento, normas de trânsito, segurança dos Magistrados, escalas de serviço: ordinária, diligências, aeroportos, plantão judiciário e demais necessidades, bem como quanto à manutenção, abastecimento, check list e autorização de saídas para atendimento;
- Ajustou-se o apoio dos veículos considerados fixos ao atendimento em trajetos rápidos, de modo a não comprometer às demandas realizadas pelo setor que atendem submetendo sugestões à Administração, sendo deliberado pela Diretoria-Geral, os procedimentos a serem adotados conforme Memorando Circular nº 004/2019/DG/TRT11 de conhecimento a todos os setores do Tribunal;
- Promoveu-se, com isso, mais dinamismo na distribuição dos veículos, com foco no alcance em menor tempo para atendimento aos setores requisitantes, em observância ao consumo de combustível e emprego dos condutores; e
- Modificou-se a modalidade de contrato de serviços de fornecimento de combustíveis e de manutenção da frota, desde 2017, 2018, respectivamente, e em segunda e terceira prorrogações contratuais, passando de um único posto, uma única oficina para uma empresa de gerenciamento que propicia um credenciamento de vários postos e oficinas, buscando menor preço dos serviços, na busca pela agilidade e economia da prestação do serviço.

Sugestões de melhorias

Apresentam-se aqui as observações/sugestões arguidas ao longo de pouco mais de seis anos da nova gestão, fins serem analisadas para os devidos ajustes e consequente melhoria na execução dos serviços ora realizados diuturnamente neste setor.

Contratos de Serviços

MA-409/2017 - Serviço de Condução

Considerando que no presente período, o serviço de condução fora avaliado em seus vários aspectos, pelo qual apontam-se as seguintes observações consideradas de extrema relevância ante aos seus aspectos legais e operacionais:

- Necessidade, salvo entender e em sendo possível juridicamente, de alteração contratual concernente a menção de horas extras e adicional noturno, (motivo pelo qual os condutores são submetidos excepcionalmente a turnos de serviço além do horário incluindo a partir das 22h, por ocasião de plantões judiciais, aeroportos, eventos, diligências com Oficiais de Justiça e demais);
- Necessidade ainda, no que se refere ao aspecto operacional, tal qual: expediente com jornada semanal de 44 horas semanais, sendo que de segunda a quinta-feira, há motoristas distribuídos nos horários de 06:30h às 16:30h, 07h às 17h e 08h às 18h, e intervalo intra-jornada de 10:30h às 11:30h, 11:30h às 12:30h, e 12:30h às 13:30h, e às sextas-feiras com uma hora de jornada a menos, todos submetidos à alterações conforme a necessidade do serviço, de acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas e Convenções;
- Necessidade que a Contratada realize e apresente certificado de treinamento anual dos condutores, com capacitações voltadas para excelência no atendimento ao público, direções ofensivas e defensivas, noções de necessidades de manutenção preventiva e corretiva e condução de autoridades.

MA-27/2018 - Serviço de Manutenção Preventiva, Corretiva e Lavagem

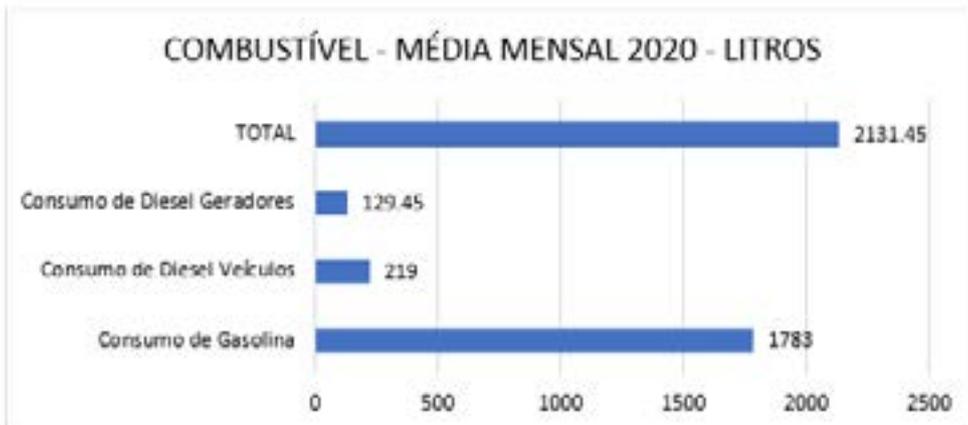
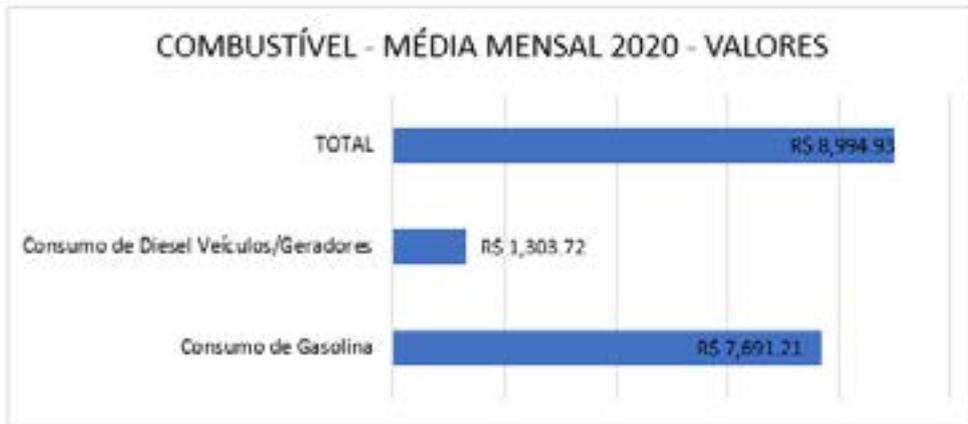
Considerando que no presente período, o serviço de manutenção preventiva e corretiva fora avaliado em seus vários aspectos, pelo qual apontam-se as seguintes observações consideradas de extrema relevância ante aos seus aspectos de eficiência:

- Necessidade de acompanhamento em um modo compartilhado, devendo ser procedido através de um servidor e o condutor do veículo que apresentou necessidade de manutenção corretiva e/u preventiva, de modo a minimizar comunicação, ao ser diretamente exposto o problema pelo próprio condutor, sendo necessário o servidor com conhecimento técnico (área mecânica) como fiscal e observador do diagnóstico apresentado pelo mecânico da Contratada, face o seu conhecimento técnico e fé pública; e

MA-468/2017 - Serviço de Abastecimento

Considerando que no presente período, o serviço de abastecimento fora avaliado em seus vários aspectos, pelo qual apontam-se as seguintes observações consideradas de extrema relevância ante aos seus aspectos de eficiência:

- O presente contrato aclara para necessidade constante de um melhor emprego dos veículos e demais situações com o foco na eficiência do consumo de combustível, de certo que no ano de 2020, obteve os seguintes valores/litros:



Tais variações em relação ao ano de 2019, após análise, ocorreram muito em razão da pande-

mia do COVID-19, refletindo na diminuição da utilização dos veículos (viagens correccionais e demais deslocamentos à Região Metropolitana de Manaus) e geradores; em relação ao controle de consumo dos combustíveis, por cotas, estabelecido pela Presidência do Egrégio Tribunal; e ainda quanto ao emprego dos veículos estabelecido pela Diretoria-Geral (Mem.Circ.004/2019/DG - solicitação veículos oficiais sistema e-transporte, enviado aos e-mails institucionais em 11 de janeiro de 2019), aliado ao empenho dos servidores quanto ao cumprimento das diretrizes estabelecidas.

Estrutura Física

- Necessidade de concentrar em um mesmo espaço a administração da Seção de Transporte e a sala dos condutores, de modo a propiciar um efetivo controle no que tange ao registro de ponto, horário de almoço, bem como às instruções, reuniões e etc. Atualmente, há uma sala no Prédio Sede Administrativo e outra no Prédio Anexo I.

Plano de Atendimento - Sistema E-Transporte

O serviço de atendimento adotado ao longo desses últimos seis anos e sete meses, foi com foco na excelência do atendimento, proporcionando métodos e procedimentos mais eficazes possíveis quanto ao tempo que o veículo chega ao seu destino para realizar a condução, procedimentos estes utilizando-se do apoio de câmeras de monitoramento das áreas de todos os estacionamentos, bem como de todos condutores considerados fixos (Ejud, Cemej, Corregedoria), de modo a não comprometer suas demandas diárias, principalmente para deslocamentos entre os prédios do Egrégio TRT11, qual fora estabelecido um veículo exclusivo para essas demandas de rotas entre os Prédios do Tribunal.

Informo que atualmente o Setor de Transporte subordina-se Núcleo de Segurança Institucional, e o extinto setor de Serviços Gerais passou a ser Divisão de Manutenção e Projetos - Serviços Gerais, pelo qual está tramitando matéria administrativa para atualização da Resolução Administrativa nº 174/2009, e ao tempo, tem o Senhor Diretor-Geral como gestor autorizador para cotas de abastecimento acima do limite semanal sob delimitação e anuência da Presidência do Tribunal, pois, atualização necessária, tendo em vista mudanças no organograma do Regional havidas ao longo da vigência da referida Resolução Administrativa.

O atual sistema de transporte foi otimizado pela Setic e colocado em uso a partir do mês de dezembro de 2020, atendendo a necessidade de propiciar um real controle rigoroso do gerenciamento da frota.

Aclaro ainda, para a necessidade de propiciar contínua capacitação dos servidores deste Setor de Transporte com cursos voltados para gestão de frota, de modo a desenvolver maior eficiência em suas ações com o que há de mais atual.

Diante da quantidade de servidores lotados neste Setor, aduz em certa urgência, de lotação de no mínimo um estagiário, na área administrativa, contábil, de direito e/ou mecânica, de modo a auxiliar na fiscalização e execução dos contratos administrativos, principalmente, relacionados ao abastecimento e manutenção.

E ainda, em termos de gratificação, este Setor de Transporte perfaz a necessidade de ao menos duas Funções Comissionadas FC-3 (sendo uma para assistente-chefe de atendimento e outra para assistente-chefe de manutenção dos veículos), tendo em vista os inúmeros contratos administrativos e valores de empenho geridos pelos servidores lotados no Setor, de modo a melhor organizar-se no que diz respeito a operacionalidade e atribuição de responsabilidades, para uma melhor eficiência dos serviços.

Frota de Veículos

Com amparo legal na Resolução Administrativa nº 174/2009, aclara-se que a frota de veículos

passou por desfazimento de dezessete veículos dos quais ainda têm dois em fase de tramitação de transferência junto ao Detran-AM, pendência muito em razão da pandemia do COVID-19 e dificuldade dos órgãos para regularização. E, ainda, está em estudo a possibilidade de desfazer de mais veículos.

Seção de Segurança

Está Seção de Segurança realizou em 2020 vários serviços inerentes as suas atribuições, esteve de forma ativa nos postos dos prédios do TRT11, presencialmente mesmo neste período da pandemia, dando apoio nas portarias, mesmo com o distanciamento dos Agentes que faziam parte do Grupo de Riscos, que inicialmente foram 35, mas continuamos realizando rondas nos prédios, bem como em algumas matérias administrativas. Conforme dados abaixo:

E-sap / data	Descrição
2109/2020	Núcleo de Preparo de Pagamento – Devolução das Faltas Indevidas
3952	Controle de Acesso - Ocorrência
11552/2020	Seção de Saúde – Memo.no.88/2020 – Homologação de Atestado Médico, Lic. Médica – (07 dias) do Servidor GILSON HELLITON MIRANDA ALVES
10891	Documento Expedido pela Empresa para atender as necessidades do Contrato No.10/2020/TRT22/DLC.SC
12878	Diretoria Geral – Para Ciência e Providência
5794	Ocorrência na Sede Judiciária com Servidor
3324	Substituição do Chefe da Segurança
3293	Seção de Informações – CTRL de Freq. E Férias
2560	Rádio Portátil
1948/2020	Seção de Informações Funcionais – Cadastro e identificação funcional – Lot.ASJ na 11ª.VTM
1808/2020	Seção de Informações – CTRL de Freq. E Férias
561/2020	Seção de Informações – CTRL de Freq. E Férias – Abono de ASJ que Trabalharam no Recesso 2019/2020

Art. 4. À Seção de Segurança:

- I. Exercer atividades de segurança, vigilância e fiscalização interna e externa do edifício e áreas do Tribunal e das Varas do Trabalho da sede, suas vias de acesso, bens e instalações;

Através de Escalas dos Agentes de Segurança, Agentes de Portarias e Vigilância Contratada, estivemos dando apoio nas demais áreas que rege o Tribunal Regional do Trabalho, sendo no Prédios, Sede e Anexo Administrativa, Prédio Barroso e Anexo Belém;

- II. Controlar a entrada e saída dos prédios da Justiça do Trabalho da 11ª Região
- III. V. Elaborar e controlar as escalas de serviço dos servidores vinculados ao setor, e quando for o caso, fiscalizar e avaliar os serviços prestados por terceiros relativos à sua área de atuação;
- IV. X. Registrar ocorrências que fugirem à rotina.

Efetivo da Seção de Segurança

Efetivo Existente

O Parágrafo Único do Art. 217 prevê que além dos servidores do Quadro de Pessoal desta Região, o Núcleo da Segurança contará com um efetivo da Polícia Militar do Estado do Amazonas, o qual ficará à disposição do Tribunal, além dos Agentes de Segurança, que estão subordinados diretamente ao Chefe do Núcleo.

Para efeito de efetivo existente relacionam-se aqui todos os servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal na área de segurança deste Regional.

Quadro Demonstrativo – Efetivo Existente

De acordo com levantamento realizado verificou-se que o Núcleo de Segurança encontra-se com o seu efetivo composto no total de 47 Agentes de Segurança e 09 Policiais Militares.

Observa-se que referente ao efetivo e escalas de serviço aduzem algumas considerações importantes para o cumprimento das atribuições deste Núcleo da Segurança do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região:

Quanto ao efetivo, esse E. TRT11 dispõe atualmente de 62 (sessenta e dois) Agentes de Segurança, 09 (nove) Policiais Militares. Existem 37 (trinta e sete) postos de serviço guarnecidos diariamente, de segunda-feira a sexta-feira, em turnos de 07 (sete) horas, divididos em 03 (três) turnos.

Deliberações finais

Com os objetivos propostos no presente Relatório de Atividades observam-se que referente ao efetivo e escalas de serviço aduz algumas considerações importantes para o cumprimento das atribuições deste Núcleo da Segurança do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

Além disso, o Núcleo da Segurança elabora o presente Relatório de Atividades, para pautar os demais Planos imprescindíveis ao serviço de segurança procurando executar suas atribuições com presteza, qualidade, competência, responsabilidade, economicidade, eficiência e eficácia, desenvolvendo assim uma identidade ao seu modo de atuar dentro de um clima organizacional positivo a todos que compõem o setor, bem como uma melhor segurança aos magistrados, demais servidores e os jurisdicionados que frequentam o Egrégio Trabalhista.



ESCOLA JUDICIAL

Magistrados e Servidores - 2020

Curso/Evento	Período	Público alvo	CFI/ CFC/ CFF	Moda- lidade (P/ EaD/ SP)	C.H	Quanti- dade de parti- cipantes	
						M	S
Excel Avançado	20/01 a 6/02/2020	DLC		Pre- sen- cial	40	0	1
Palestra - Saiba como avaliar e lidar com sua saúde mental	31/1/2020	Diversos	CFC	Pre- sen- cial	2	13	84
Atualização de Pregoeiros Operacionalização Prática COMPRASNET	17, 18/2/2020	DLC		Pre- sen- cial	18	0	2
Abertura do Ano Letivo palestra: O Teletrabalho sob a Ótica da Quarta Revolução Industrial	6/3/2020	Diversos	CFC	Pre- sen- cial	2	19	75
Visita contextualizada à SANSUNG - Distrito Industrial	13/3/2020	Magistrados	CFC	Pre- sen- cial	3	12	0
Curso de Gestão Tributária e Contratos e Convênios	18 a 20/3/2020	diversos	CFC	Pre- sen- cial	24	0	14
XIII JOMATRA (EaD) - Curso Redes Sociais: Vida privada x vida pública. TURMA-1	30/3 a 19/4/2020	Magistrados	CFC	EaD	20	12	0
XIII JOMATRA (EaD) - Curso Liberdade de expressão x as vedações funcionais: Participação política do Juiz - TURMA-1	30/3 a 19/4/2020	Magistrados	CFC	EaD	20	20	0

XIII JOMATRA (EaD) - Curso Redes Sociais: Vida privada x vida pública. TURMA – 2	27/4 a 17/5/2020	Magistrados	CFC	EaD	20	15	0
XIII JOMATRA (EaD) - Curso Liberdade de expressão x as vedações funcionais: Participação política do Juiz - TURMA-2	27/4 a 17/5/2020	Magistrados	CFC	EaD	20	13	0
Live - O rito emergencial das ações trabalhistas em tempos de pandemia	29/4/2020	Magistrados	CFC	EaD	2	21	0
Curso Alimentação Para uma Vida Saudável	11/05 a 22/06/2020	Servidores		EAD	30	0	17
Minicurso Organizando as Finanças pessoais durante a Pandemia - Módulo 1	19 a 21/5/2020	Servidores e Magistrados	CFC	EaD	1	2	85
Palestra – O Método Harvard de Negociação e os Dissídios Trabalhistas	27/5/2020	Diversos	CFC	EaD	2	21	32
Motivação e Liderança sob a ótica da Programação Neurolinguística – PNL	28/5 a 27/7/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD	30	1	21
Garantias Constitucionais do Processo em tempos de pandemia	3/6 a 8/7/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD	8	5	13
Enfrentamento e Medidas de Combate ao Trabalho Infantil em Tempos de Pandemia	10/6/2020	Magistrados e Servidores	CFC	On Line	2	13	25
Teletrabalho e Adoecimento Mental em Tempos de Pandemia	15/6/2020	Magistrado e Servidores	CFC	On Line	2	7	49
Minicurso Organizando as Finanças pessoais durante a Pandemia -Módulo 2	16 a 18/6/2020	Diversos	CFC	EaD	2	3	32
Curso de PAD-EAD	16/6 a 11/8/2020	Corregedoria	CFC	EAD	40	0	8
Como Construir Melhores Relacionamentos na sua Vida Profissional e Pessoal	19/6/2020	Diversos	CFC	EaD	2	8	40
Palestra: A mulher trabalhadora e a igualdade de condições de trabalho, em tempos de crise humanitária	24/6/2020	Diversos	CFC	EaD	2	10	23

Cotação Eletrônica de Preços (Dispensa Licitação)	09 a 10/7/2020	DLC	CFC	On Line	12	0	4
Riscos Psicossociais Pós Pandemia	16/7/2020	Magistrados e Servidores	CFC	On Line	2	21	45
Teoria da Imprevisão - Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte	24/7/2020	Diversos	CFC	EaD	2	18	45
O Servidor Público Teletrabalhador e os Riscos Psicossociais	27/7/2020	Magistrados e Servidores	CFC	On Line	2	18	43
TOP 10 - Online - 2020 - "O Novo Mundo Pós Pandemia"	27/7 a 1º/9/2020	Diversos	CFC	On Line	10	4	39
TOP 10 - Online - 2020 - "Como Vencer nos Mercados e quais os desafios encontrar"	27/7 a 1/9/2020		CFC	On Line	10	4	25
Curso de Ética na Administração Pública	5/8 a 16/9/2020	Servidores	CFC	EAD	40	0	20
Curso de Gestão do Patrimônio Imobiliário na Adm. Pública	10 a 14/8/2020	DML	CFC	On Line	20	0	1
IV Congresso Brasileiro de Patologia das Construções Pública	10 a 14/8/2020	DMP	CFC	On Line	28	0	2
Elaboração e Análise de Planilha de Custos e Formação de Preços para Contratação de Serviços Terceirizados	31/8 a 3/9/2020	Diversos	CFC	On Line	16	0	6
C F C de Supervisores de CEJUSC	31/8 a 29/9/2020	Magistrados	CFC	EaD	28	22	0
Curso Avançado de Pesquisas de Mercado e Cotações de Preços nas Contratações Públicas	8 e 9/9/2020	Seção de Compras	CFC	On Line	12	0	2
"Oficina – Relacionamento Interpessoal"	14 a 24/9/2020	Magistrados	CFC	EaD	9	13	0
Curso de Desenvolvimento Gerencial-Gestor Público, Turma 1	14/9 a 14/10/2020	Gestores	CFC	EAD	40	0	48
Políticas públicas e o papel do Ministério Público e do Judiciário	18/9/2020	Diversos	CFC	EaD	2	12	18
Curso Pje Modulo: Fase de Execução- Turma 1	24/9/2020	Servidores	CFC	On Line	3	0	29
Curso Pje Modulo: Fase de Audiência- Turma 1	25/9/2020	Servidores	CFC	On Line	3	0	24

Curso Estudos Técnicos Preliminares e Sistemas ETP Digital: Teoria e Prática	28 e 29/9/2020	Servidores	CFC	On Line	8	0	9
Curso Pje Modulo: Calc - Turma 1	28 e 29/9/2020	Magistrados e Servidores	CFC	On Line	6	0	31
PRA-GAS Turma 1	28/9 a 16/10/2020	Agentes de Segurança	CFC	EAD	30	0	20
2º Seminário Nacional sobre a Atuação da Assessoria Jurídica em Licitação e Contratos e suas Boas Práticas	29 e 30/9/2020	Servidores	CFC	On Line	16	0	2
Curso Pje Modulo: Fase de Conhecimento- Turma 1	30/9/2020	Servidores	CFC	On Line	3	0	27
Curso de Formação de Formadores em EaD (básico)	1º a 31/10/2020	Magistrados	CFF	A distância	20	1	0
Curso de Sistema E-Gestão – Turma 1	6/10/2020	Servidores	CFC	On Line	3	0	29
Curso Pje Modulo: Fase de Conhecimento- Turma 2	8/10/2020	Servidores	CFC	On Line	3	0	22
Curso Pje Modulo: Fase de Audiência- Turma 2	13/10/2020	Servidores	CFC	On Line	3	0	16
Curso de Sistema E-Gestão – Turma 2	14/10/2020	Servidores	CFC	On Line	3	0	16
Curso Pje Modulo: Fase de Execução- Turma 2	15/10/2020	Servidores	CFC	On Line	3	0	19
Seminário online de Comunicação e Justiça	15 e 16/10	ASCOM	CFC	On Line	8	0	2
Curso: A coleta da prova oral em teleaudiências - XIV JOMATRA	19/10/2020	Magistrados	CFC	EaD	2	40	0
Minicurso sobre "Lei de Liberdade Econômica" – XIV JOMATRA	19/10/2020	Magistrados	CFC	EaD	3	40	0
PRA-GAS – Turma 2	19/10 a 6/11/2020	Agentes de Segurança	CFC	EAD	30	0	20
Curso de Desenvolvimento Gerencial – Gestor Público- Turma 2	19/10 a 19/11/2020	Gestores	CFC	EAD	40	0	41
Oficina "A discriminação silenciosa no mundo do trabalho" – XIV JOMATRA	20/10/2020	Magistrados	CFC	EaD	2	42	0
Palestra on-line: Como combater o stress e a ansiedade por meio da inteligência emocional - Módulo I - XIV JOMATRA	20/10/2020	Magistrados	CFC	EaD	2	36	0

Debates entre os alunos sobre os temas tratados no 1o e 2º dia - XIV JOMATRA	20/10/2020	Magistrados	CFC	EaD	1	25	0
Minicurso: "Lei de Abuso de Autoridade" XIV JOMATRA	21/10/2020	Magistrados	CFC	EaD	3	41	0
Palestra on-line: Como combater o stress e a ansiedade por meio - XIV JOMATRA	21/10/2020	Magistrados	CFC	EaD	2	34	0
Palestra: Comunicação não violenta - XIV JOMATRA	22/10/2020	Magistrados	CFC	EaD	2	42	0
Café Jurídico sobre "Direito Digital e Relações de Trabalho" – XIV JOMATRA	22/10/2020	Magistrados	CFC	EaD	3	37	0
Seminário Nacional Online de Gestão de Risco e Integralidade Pública em Tempos de Pandemia	22 e 23/10/20220	Comitê de Gestão de riscos	CFC	On line	13	0	10
Painel: Ética Profissional Aplicada – XIV JOMATRA	23/10/2020	Magistrados	CFC	EaD	2	39	0
Palestra: Reflexões Psicossociais do Trabalho em Tempo de Pandemia – XIV JOMATRA	23/10/2020	Magistrados	CFC	EaD	1	31	0
Debates entre os alunos sobre os temas tratados no 3o, 4º e 5º	23/10/2020	Magistrados	CFC	EaD	1	23	0
Palestra: Como Construir uma Imagem de Sucesso	27/10/2020	Servidores	CFC	On Line	2	2	34
Palestra: Felicidades Nas Organizações	30/10/2020	Servidores	CFC	On Line	1	0	21
Curso de Formação de Formadores sobre Audiências Telepresenciais	3/11 a 14/12/2020	Magistrados	CFF	A distância	30	1	0
Curso Pje Modulo: Calc - Turma 2	4 e 5/11/20220	Magistrados e Servidores	CFC	On Line	6	2	28
Libre Office- Writer	4/11 a 27/11/2020	Servidores	CFC	On Line	20	0	17
Seminário Visão Sistêmica da Justiça e do Direito - minicurso sobre Constelação Familiar	5/11/2020	Diversos	CFC	EaD	2	10	0
Seminário Visão Sistêmica da Justiça e do Direito – 1ª palestra "Constelações familiares como ferramenta de solução de conflitos: limites e possibilidades	6/11/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	12	2

Seminário Visão Sistêmica da Justiça e do Direito - minicurso sobre Constelação Familiar – 2ª Palestra "Inteligência Sistêmica: um olhar para o Judiciário sem o uso da Constelação	6/11/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	10	0
PRA-GAS – Turma 3	9 a 27/11/2020	Agente de segurança	CFC	EAD	30	0	25
Seminário sobre Direito Digital, Lei Geral de Proteção de Dados e Inteligência Artificial	11 a 13/11/2020	Magistrados	CFC	On-line	13	6	0
Curso CONCILIAÇÃO HUMANISTA uma abordagem de resolução de conflitos	13/11/2020	Diversos	CFC	EaD	3	9	0
Investimento para Proteger sua Renda	17 a 19/11/2020	Magistrados e servidores	CFC	On Line	6	0	19
Curso de BIM para Órgãos Públicos	17 e 18/11/2020	Servidores	CFC	On Line	16	0	4
Noções Básicas de Atendimento e Direito Voltadas para Atermação	18,24,25,26,27,30/11 e 01/12	Servidores	CFC	On Line	14h30	0	18
CFC Produção de Provas por Meios Digitais	19 a 20/11/2020	Magistrados	CFC	On-line	12	2	0
Curso de Pje – Módulo: Secretaria, Pleno e Seções Especializadas	19/11/2020	Servidores	CFC	On Line	4	0	10
Workshop – do CFC - Supervisores de CEJUSC	24 a 25/11/2020	Magistrados	CFC	A distância	7h30	13	0
Curso de Pje – Módulo: Gabinetes	24/11/2020	Servidores	CFC	On Line	3	0	32
Curso Reforma da Previdência – Previdência, Cálculos de Aposentadoria e Pensões	25/11 a 1/12/2020	Servidores	CFC	On Line	20	0	28
Curso de Sistema E-Gestão – Turma Única- 2ª Instância	26/11/2020	Servidores	CFC	On Line	3	0	24
IV Congresso "Excelência em Gestão e Liderança"	27/11/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD	8	9	46
Prestação de Contas Nova Regulamentação IN-TCU 84/2020 e 187/2020	7 a 10/12/2020	Servidores	CFC	On Line	16	0	12
Workshop Decifre e Influencie Pessoas - Targo Consultoria	10e 11/12/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD	6	1	21
CFC Investigação Patrimonial – passo a passo	18/11 a 18/12/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD	4	4	0

NFAM- Eventos em Parceria / Apoio em Realização de Eventos / Atividades de outras Escolas

Curso/Evento	Período	Público alvo	CFI/ CFC/ CFF	Modalidade (P/EaD/SP)	C.H	Quantidade de participantes	
						M	S
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	17/2 a 31/3/2020	Magistrados	CFF	EaD	30	1	0
Curso de Formação Continuada de Supervisores de CEJUSC/JT	9/3 a 3/4/2020	Magistrados	CFC	EaD	22	1	0
Programa Nacional de Intercâmbio Profissional de Magistrados do Trabalho	9/3 a 11/3/2020	Magistrados	CFC	Presencial	25	4	0
CFC Controle de Convencionalidade	10/3 a 27/4/2020	Magistrados	CFC	EaD	30	1	0
C F C sobre Revolução 4.0	13/4 a 26/5/2020	Magistrados	CFC	EaD	30	7	0
Minicurso "Os três caminhos da justiça contemporânea" - ministrado por Alysson Leandro B. Mascaro	14 a 17/4/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD15	8	10	1
live "COVID 19 como doença ocupacional"	15/4/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	1	0
live "Estabilidade no Emprego em Tempos de Coronavírus"	17/4/2020	Diversos	CFC	EaD	1	1	0
Ciclo de Estudos sobre o Direito do Trabalho de Emergência o STF e a MP 936/2020	17/4/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	7	0
live "Audiências Virtuais no CEJUSC"	20/4/2020	Diversos	CFC	EaD	1	1	0
A Teoria da Imprevisão e a Coisa Julgada em Acordos Trabalhistas na COVID-19	20/4/2020	Diversos	CFC	EaD	1	15	0
LIVE – Palestra: Penso logo me preocupo: como gerenciar ansiedade	20/4/2020	Diversos	CFC	EaD EJUD10	1,5	1	0
Live _O Direito do Trabalho de Emergência_ MPs 927, 936 e 944/2020	21 a 22/4/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD6	4	8	2
LIVE – Palestra: A depressão Econômica que Mata	23/4/2020	Diversos	CFC	EaD EJUD15	1	2	1
Palestra On-Line - Assédio Moral e Sexual no Trabalho Quando se Misturam Sentimentos e Sofrimento	24/4/2020	Diversos	CFC	EaD	1	4	6
Trabalho e Pandemia expectativas e perspectivas	24/4/2020	Diversos	CFC	EaD	2	8	3

CFC As relações de Trabalho em meio à Pandemia do "Coronavírus"	27 a 30/4/2020	Magistrados	CFC	EaD ENA-MAT	8	10	0
Palestra: A Lei de Abuso de Autoridade	30/4/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	1	1
II Colóquio de ASRDT - Mesa Virtual Internacional - O mundo do Trabalho em tempos de pandemia	30/4/2020	Diversos	CFC	EaD	2,5	1	0
Live "Diálogos Internacionais do PPGD/UNICAP e EJTRT6: Impactos da pandemia nas relações de trabalho além-mar"	1/5/2020	Diversos	CFC	EaD	2	1	1
Live – Palestra Reflexões sobre as MPs 927 e 936	4/5/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD15	2	7	5
Live – Palestra O STF e as MPs 927 e 936/2020	6/5/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	1	7
Palestra: MP nº 936/2020: Repercussões e os reais impactos nas relações de Trabalho	7/5/2020	Diversos	CFC	EaD	1	5	3
Palestra: Controle Financeiro e Investimento	7/5/2020	Diversos	CFC	EaD	1	2	10
Live – Ergonomia no Teletrabalho	8/5/2020	Diversos	CFC	EaD EJUD10	1	2	3
Live – Palestra A Lei de Recuperação Judicial e seus impactos no Direito e Processo do Trabalho	8/5/2020	Diversos	CFC	EaD EJUD24	1,5	2	12
Minicurso: O Papel do Judiciário no Século XXI	8/5/2020	Diversos	CFC	EaD	2	3	5
Palestra: Saúde, Segurança do Trabalhador e as Repercussões das Medidas Provisórias n. 927 e 936 nos contratos de trabalho em época de COVID-19	8/5/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	2	8
Palestra – Assédio Moral e Sexual no Trabalho: Práticas de Gestão que favorecem essa violência	12/5/2020	Diversos	CFC	EaD	1	3	4
Webeconferência - Debates jurídicos em tempos de pandemia	12/5/2020	Diversos	CFC	EaD	2	3	8
Palestra: Lei 13874/2019 sob o olhar do Direito Constitucional	13/5/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD15	1,5	1	7
Teletrabalho e Assédio Moral	14/5/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	3	8
Palestra: Economia e Trabalho na Atualidade	14/5/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD10	1,5	3	5

Curso: Diálogos sobre audiências telepresenciais no 1º grau	14/5/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD15	1,25	4	13
Palestra: Como prevenir assédio moral e sexual? Conhecendo boas práticas de Gestão	15/5/2020	Diversos	CFC	EaD	1	1	6
Palestra: Saúde Mental em Tempos de Crise	15/5/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD15	1,5	1	8
Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual Infantil – Consequências	18/5/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD15	1	3	14
Webinar “Pandemia e as mulheres do sistema de justiça trabalhista”	18/5/2020	Magistrados	CFC	EaD ANA-MATRA	1	1	0
CFC sobre Técnica de Instrução Probatória	18/5 a 30/6/2020	Magistrados	CFC	EaD	30	8	0
Impactos sócio econômicos da pandemia da COVID19 e suas implicações sobre o mundo do trabalho e as políticas públicas	19/5/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD6	1,5	1	1
1Minicurso - Ciclo de Estudos Virtual, Saúde do Magistrado	19/5/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD17	2	2	1
Palestra: O futuro da educação na formação profissional e o papel das Escolas Judiciais	19/5/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD21	1	1	3
CURSO ON-LINE DIREITO ADQUIRIDO	19 a 27/5/2020	Diversos	CFC	EaD	6	2	2
Negócio Jurídico Processual na Justiça do Trabalho	21/5/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD6	1,5	2	5
Curso: Diálogo sobre Audiências Telepresenciais no Primeiro Grau	22/5/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD15	2	2	6
Simpósio de Direito e Processo do Trabalho Pós-Crise	23/5/2020	Diversos	CFC	EaD	8	1	0
A Nova Lei de Abuso de Autoridade e a Efetividade da Execução Trabalhista	25/5/2020	Diversos	CFC	EaD	2	7	12
Palestra “Audiências Trabalhistas em Tempos de Pandemia da Covid-19”	25/5/2020	Diversos	CFC	EaD	1,33	4	8
Trabalho em tempos de Coronavírus desafios pessoais e profissionais	25/5/2020	Diversos	CFC	EaD	3	2	9
Ciclo de Estudos Virtual A Discriminação por Gênero no Brasil	25/5/2020	Diversos	CFC	EaD	2	1	5
Audiências Telepresenciais - Panorama Nacional	26/5/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	6	16

Ciclo de Estudos Virtual Trabalho no Brasil antes, durante e pós coronavírus	26/5/2020	Diversos	CFC	EaD	2	1	4
Influência do Estresse na saúde bucal	27/5/2020	Diversos	CFC	EaD	1	1	0
As novas formas de trabalho no mundo dos aplicativos	28/5/2020	Diversos	CFC	EaD	2	1	0
Ciclo de Estudos sobre Audiências Telepresenciais -Panorama Regional	28/5/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	3	16
Desafios e estratégias de cuidados do sono na quarentena	28/5/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD21	1	1	5
Curso de Formação Contínua sobre Audiências por Videoconferência e a Prática dos demais Atos Processuais por meio Telepresencial,	29/5/2020	Magistrados	CFC	EaD	4	12	0
Palestra Impactos da crise econômica no juízo falimentar e nas relações de trabalho	29/5/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD10	1,5	1	1
Os impactos da Covid19 nas relações esportivas	29/5/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD2	2	1	4
"A história das pandemias"	1/6/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD15	1,5	1	2
A Invisibilidade do trabalhador delivery e seus aspectos de proteção: sociedade 4.0 x sociedade 5.0	2/6/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD21	1	2	1
Diálogos Internacionais do PPGDUNICAP e EJTR6- Impactos da Pandemia na Globalização	2/6/2020	Diversos	CFC	EaD	2	2	15
Meio Ambiente e Sustentabilidade na Pandemia e Pós-Pandemia	3/6/2020	Diversos	CFC	EaD	1,75	3	7
Minicurso "Nanotecnologia no Direito do Trabalho"	3 a 4/6/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD15	2	2	13
Preparando-se para o Futuro Conselhos da Filosofia	4/6/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD10	1,5	6	9
Sociedade do cansaço: O que o coronavírus nos faz pensar? Diálogos a partir da obra de Byung-Chul Han	4/6/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD21	1	2	0
Seminário Mineiro de Direito e Processo do Trabalho	5/6/2020	Diversos	CFC	EaD	8	2	1
CFF – Conciliação e Mediação	8 a 22/6/2020	Magistrados	CFF	EaD	30	1	0

Dia mundial de combate ao trabalho infantil. O Combate ao trabalho infantil e o estímulo à aprendizagem durante a pandemia do Covid19	8/6/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD15	1,5	4	15
Teletrabalho e Assédio Moral Estratégias de Enfrentamento	9/6/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD10	1,5	1	6
Interpretação do STF sobre o Direito do Trabalho Emergencial	9/6/2020	Diversos	CFC	EaD	2	4	3
Assédio Moral Institucional -1h	9/6/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD15	1	1	6
Impactos do Trabalho Remoto e os vínculos domésticos desafios para gerenciamento do estresse	9/6/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD21	1,5	2	4
Assédio Moral Institucional - 2h	9 a 10/6/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD15	2	1	2
TRABALHO INFANTIL E PANDEMIA ENTRE O NÃO MAIS E O AINDA NÃO	12/6/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD6	1,5	1	2
A aprendizagem profissional das pessoas com deficiência como instrumento de sua efetiva inclusão no mercado de trabalho	15/6/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD15	1,5	1	0
Debate on-line: A Aprendizagem e os Impactos das Medidas Provisórias 927 e 936	15/6/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	1	9
Aspectos ergonômicos no teletrabalho	17/6/2020	Diversos	CFC	EaD	1	1	2
A Crise do Coronavírus e as Violências no Trabalho”	17/6/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD6	1,5	3	6
O tempo: Quem está no controle?	17/6/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD10	1,5	2	8
A Nova Face da Audiência no Ambiente Telepresencial - Conflitos Individuais e Coletivos 18.6	18/6/2020	Diversos	CFC	EaD	2,5	2	0
Palestra “As emoções em tempos de pandemia: como a COVID-19 impacta como sentimos e como vivemos?	18/6/2020	Diversos	CFC	EaD	2	3	9
A Nova Face da Audiência no Ambiente Telepresencial - Conflitos Individuais e Coletivos 18 e 19.6	18 a 19/6/2020	Diversos	CFC	EaD	5	4	3

A Nova Face da Audiência no Ambiente Telepresencial - Conflitos Individuais e Coletivos 19.6	19/6/2020	Diversos	CFC	EaD	2,5	1	0
Os objetivos do desenvolvimento sustentável nas Instituições	19/6/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD15	1	1	0
O coronavírus e os impactos no Direito Ambiental do Trabalho e no Contrato de Trabalho	22/6/2020	Diversos	CFC	EaD	2	4	4
PALESTRA TUTELA DE URGÊNCIA E SUA IMPUGNAÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO	24/6/2020	Diversos	CFC	EaD	2	2	0
Precedentes na Justiça do Trabalho	25/6/2020	Diversos	CFC	EaD	2	2	3
A sustentabilidade em tempos de home office e pandemia	25/6/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	1	8
Identidade de Gênero uso do nome social no ambiente laboral e nas relações de trabalho	26/6/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	1	5
CFC - Palestra Audiência Telepresencial Acessível	26/6/2020	Magistrados	CFC	EaD	2	1	0
STF Educa Quando Nasce um Pai: Orientações Básicas Sobre Paternidade Responsável - Turma 3	25 a 26/6/2020	Diversos	CFC	EaD	8	1	0
Os desafios da Gestão do Teletrabalho Temporário	26/6/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	4	6
A aprendizagem profissional como instrumento de transformação social	26/6/2020	Diversos	CFC	EaD	1	1	1
CÍRCULO DE LEITURA - IDEIAS PARA ADIAR O FIM DO MUNDO	29/6/2020	Diversos	CFF	EaD	2	2	1
A questão da Substituição do depósito recursal por seguro garantia ou carta de fiança bancária	30/6/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	4	0
PALESTRA ON-LINE ALTERNATIVAS DE RITO PROCESSUAL TRABALHISTA DURANTE A PANDEMIA	2/7/2020	Diversos	CFF	EaD	2	2	0
PALESTRA ON-LINE APRENDER EM TEMPO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	3/7/2020	Diversos	CFF	EaD	1,5	1	2
O Sentido da Vida e Trabalho Remoto	9/7/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	1	1
Meio ambiente do trabalho em tempos de pandemia	10/7/2020	Diversos	CFC	EaD	2	1	0

PAINEL ON-LINE STF E A CORREÇÃO MONETÁRIA FRENTE À ADC 58. POSSIBILIDADES	10/7/2020	Diversos	CFF	EaD	1,5	1	4
WEBINÁRIO TRABALHO SEGURO EM TEMPOS DE COVID-19 FRIGORÍFICOS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE – 13	13/7/2020	Diversos	CFF	EaD	3	1	0
WEBINÁRIO TRABALHO SEGURO EM TEMPOS DE COVID-19 FRIGORÍFICOS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE – 13 e 14	13 a 14/7/2020	Diversos	CFF	EaD	6	2	1
WEBINÁRIO TRABALHO SEGURO EM TEMPOS DE COVID-19 FRIGORÍFICOS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE – 14	14/7/2020	Diversos	CFF	EaD	3	1	0
Combate ao trabalho Infantil	17/7/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	2	6
Leitura Guiada sobre o livro A Arte de Viver de Epicteto	23/7/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	4	5
Os desafios da SST após a pandemia da COVID-19	27/7/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD EJUD15	2	1	4
Acessibilidade e inclusão em tempos de pandemia	28/7/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	1	12
A uberização do trabalho através do cinema reflexões sobre Direito Trabalhista no Século XXI	30/7/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	2	8
Painel On-Line - Trabalho de Entregadores por Aplicativos Direito, Economia e Organização Coletiva	31/7/2020	Diversos	CFC	EaD	2	3	8
Desafios e oportunidades à participação feminina no poder judiciário	31/7/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD	1,5	2	4
"I Seminário Internacional da ASRDT 'Trabalho e Direito do Trabalho na pandemia: vivências e reflexões'"	3/8/2020	Diversos	CFC	EaD	3	1	1
CFC sobre Conciliação e Mediação	3/8 a 16/9/2020	Magistrados	CFC	EaD	30	14	0
CICLO DE DEBATES – REFORMA ADMINISTRATIVA	7/8/2020	Diversos	CFC	EaD	1	1	0
Acesso à Justiça no nosso mundo contemporâneo: Perspectivas além da Pandemia	10 a 11/8/2020	Diversos	CFC	EaD	8	2	0
X Congresso Internacional da Academia Brasileira de Direito do Trabalho "Crise Econômica e Social e o Futuro do Direito do Trabalho"	12 a 14/8/2020	Diversos	CFC	EaD	8	9	0

CFC - Lei de Abuso de Autoridade e a Atuação Judicial nas Fases de Conhecimento e Execução Trabalhista	13 a 14/8/2020	Magistrados	CFC	EaD	8	5	0
Coordenação e supervisão de CEJUSC estruturar e movimentar a engrenagem	14/8/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	1	0
Palestra Covid-19 como doença ocupacional nexos causal e concausal	14/8/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	2	9
PAINEL ON-LINE PRECEDENTES NOS TRTs E TRIBUNAIS SUPERIORES – VISÃO COMPARATIVA	21/8/2020	Diversos	CFC	EaD	2	3	0
Discriminação de Gênero no Sistema de Justiça Técnicas de Gestão para Evitar o Assédio Moral e Sexual	21/8/2020	Diversos	CFC	EaD	1	1	6
Provas no Processo do Trabalho	21/8/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD	1,5	1	0
Webseminário Condições e prevenções ao trabalho decente durante a pandemia do COVID	3/9/2020	Magistrados e Servidores	CFC	EaD	2,5	1	0
Palestra Como conduzir conversas difíceis	4/9/2020	Diversos	CFC	EaD	1	1	8
Palestra - Gestão Estratégica da Execução Trabalhista	4/9/2020	Diversos	CFC	EaD	2,5	4	0
Live - Comunicação não violenta	8/9/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	2	0
Direitos Fundamentais o papel da Constituição e das Garantias Sociais durante a pandemia	11/9/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	1	5
Isolamento Social: Consequências, Superação e o Novo Normal	14/9/2020	Diversos	CFC	EaD	1h	1	1
Webinário "A Lei Geral de Proteção de Dados – Impactos Trabalhistas e associativos"	15 a 16/9/2020	Magistrados	CFC	EaD	4	2	0
Curso "Rescisões Contratuais Decorrentes da Pandemia e Descumprimento/Suspensão de Acordos Judiciais"	16/9/2020	Magistrados	CFC	EaD	2	1	0
Ação Rescisória- temas Controvertidos na Justiça do Trabalho	18/9/2020	Diversos	CFC	EaD	2	1	2
Curso sobre Crimes Cibernéticos – os principais riscos e técnicas básicos de prevenção	21 a 30/9/2020	Diversos	CFC	EaD	8	1	0

Roda de Conversa On-line - Masculinidades em Tempos de Pandemia: Aspectos Sociais e Saúde Mental	21/9/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	2	1
Círculo de Leitura O que é Deficiência, de Debora Diniz	28/9/2020	Diversos	CFC	EaD	2	2	0
CFC sobre Técnica de Instrução Probatória	28/9 a 11/11/2020	Magistrados	CFC	EaD	30	2	0
As Crises Econômicas e o Direito do Trabalho	2/10/2020	Diversos	CFC	EaD	2	1	1
Seminário de Direito Sistêmico 2020 - Palestra Direito Sistêmico	5/10/2020	Diversos	CFC	EaD	2	1	0
Palestra Controle de Convenionalidade	5/10/2020	Diversos	CFC	EaD	1,75	1	0
CFC sobre Direito Previdenciário aplicado às direito de Trabalho	5/10 a 18/11/2020	Magistrados	CFC	EaD	30	2	0
CFC sobre Técnica de Instrução Probatória	6/10 a 17/11/2020	Magistrados	CFC	EaD	30	1	0
Seminário de Direito Sistêmico 2020 - Palestra A epigenética sob olhar da Constelação Familiar	6/10/2020	Diversos	CFC	EaD	2	1	0
Seminário de Direito Sistêmico 2020 - Palestra Postura sistêmica do Magistrado diante do conflito	7/10/2020	Diversos	CFC	EaD	2	1	0
Seminário de Direito Sistêmico 2020 - Palestra Inteligência Sistêmica- um olhar para o Judiciário	8/10/2020	Diversos	CFC	EaD	2	1	0
Palestra O DIREITO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO E SUA INTERPRETAÇÃO: RELEVÂNCIA DO DIREITO COMPARADO	3/11/2020	Diversos	CFC	EaD	2	1	0
5º Encontro da Gestão da Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho	5/11/2020	Diversos	CFC	EaD	6	1	2
Palestra NANOTECNOLOGIA E OS REFLEXOS NO AMBIENTE DE TRABALHO	5/11/2020	Diversos	CFC	EaD	2	1	0
Palestra TÉCNICAS E ESTRATÉGIAS NA NEGOCIAÇÃO TRABALHISTA	9/11/2020	Diversos	CFC	EaD	2	1	3
Webpalestra Execução trabalhista: simulação e fraudes patrimoniais	10/11/2020	Diversos	CFC	EaD	1,5	1	0

Seminário sobre Direito Digital, Lei Geral de Proteção de Dados e Inteligência Artificial	11 a 13/11/2020	Magistrados	CFC	EaD	13	1	0
---	-----------------	-------------	-----	-----	----	---	---

Legendas:

CFC - Curso de Formação Continuada

CFF - Curso de Formação de Formadores

P - Presencial

EaD - Educação À distância

NFAS/ Parceria / Apoio em Eventos Realizados / Patrocinados Por outras Unidades

Curso/Evento	Período	Público alvo	CFI/ CFC/ CFF	Modalidade (P/EaD/SP)	C.H	Quantidade de participantes	
						M	S
Curso: Atividades Realizadas no Plantão dos Servidores da SETIC ¹	15/1/2020	Servidores	CFC	Presencial	3	0	11
Reforma da Previdência- Previdência, Cálculo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos ²	17 a 19/2/2020	Servidores	CFC	Presencial	16	0	1
Curso de Ergonomia Total Instituto Imersão – M1 ³	12 a 15/3/2020	Servidores	CFC	Presencial	30	0	1
Curso de Ergonomia Total Instituto Imersão – M2 ³	8 a 11/10/2020	Servidores	CFC	Presencial	30	0	1
Live Autismo – Conhecer para Integrar	6/8/2020	Magistrados e servidores	CFC	On-line	2	8	30

Legendas:

1. Curso realizado pela SETIC, sem pagamento de Instrutoria. O NFAS realizou as atividades de apoio administrativo, emitindo certificados.

2. Curso sem ônus para a EJUD11, a inscrição, as diárias e passagens foram custeadas com verba do Programa de Apreciação de causas.

3. A EJUD11 pagou apenas a inscrição do servidor (R\$3.700,00), as diárias, passagens e ad foram custeados com verba de apreciação de custas do TRT11.

CFC - Curso de Formação Continuada

CFF - Curso de Formação de Formadores

P - Presencial

EaD - Educação À distância



ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Apresentação Sucinta da Assessoria de Gestão Estratégica

A Assessoria de Gestão Estratégica do TRT da 11ª Região integra a Estrutura Interna de Apoio à Governança. É a unidade administrativa responsável por desenvolver ações e estratégias de planejamento e gestão, assessorando as tomadas de decisões estratégicas, bem como prestando serviços de conscientização, de acompanhamento, de mensuração e de avaliação das ações e resultados estratégicos do TRT 11, agregando conhecimentos inovadores e especializados.

Sob sua coordenação estão:

- Seção de Escritório de Gerenciamento de Projetos: responsável por definir e uniformizar ferramentas de gerenciamento de projetos, fornecendo informações e históricos de conhecimentos;
- Seção de Escritório de Gerenciamento de Processos de Negócios: responsável por prestar assessoramento na racionalização de métodos e processos de trabalho;
- Seção de Estatística e Pesquisa: responsável pelas informações estatísticas do TRT11, incluindo a alimentação de dados de sistemas estatísticos nacionais (CNJ/CSJT) e produtividade dos magistrados;

Principais Atividades Desenvolvidas

- Acompanhamento da execução do Plano Estratégico do TRT11, com análise das necessidades de ajustes indispensáveis à obtenção dos resultados almejados pelo Regional;
- Acompanhamento da evolução de cenários para subsidiar processos de revisão do plano, atendendo demandas internas e externas;
- Realização de Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE), para avaliar e acompanhar os resultados dos indicadores, metas, projetos e ações estratégicas do TRT11;
- Acompanhamento das metas nacionais do Poder Judiciário e da Justiça do Trabalho para 2020, efetuando a alimentação dos dados nos Sistemas Eletrônicos do CNJ e do CSJT (acompanhamento dos Indicadores e Metas Nacionais no Sistema de Metas Nacionais e Sistema de Gestão Estratégica – SIGEST);

- Elaboração de Relatórios parciais de acompanhamento das Metas Nacionais do Judiciário e das Metas Específica da Justiça do Trabalho para 2020;
- Assessoramento das Gestoras das Metas do CNJ do 1º e 2º Grau, com participação nas reuniões destinadas à discussão dos resultados dos indicadores de desempenho institucionais, bem como das medidas de ajustes e ações estratégicas que se fizerem necessárias;
- Participação na Rede de Governança Colaborativa da Justiça do Trabalho;
- Acompanhamento da execução e alinhamento do Plano de Gestão da Presidência - PGP - 2018/2020;
- Sensibilização dos magistrados e servidores das diversas unidades e setores no âmbito do Regional, no tocante à participação dos mesmos na Consulta pública sobre metas nacionais do Judiciário ciclo 2021 - 2026, adotando ações também para estimular o envolvimento de procuradores do MPT, advogados e da sociedade em geral;
- Divulgação das Metas Nacionais 2021 do Poder Judiciário aprovadas no XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, bem como do cronograma de desdobramento da estratégia 2021-2026, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, junto às unidades judiciárias e administrativas do TRT11;
- Realização de atividades no interesse das Semanas Nacionais de Conciliação e Execução Trabalhista, tais como elaboração de planilhas, consolidação dos dados e alimentação dos sistemas do CSJT e CNJ;
- Acompanhamento do atendimento dos requisitos para a participação do TRT11 no concurso do Prêmio CNJ de Qualidade 2020, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, promovendo ações necessárias ao alcance da pontuação máxima pelo Regional;
- Atualização das informações sobre a Gestão Estratégica do TRT11 disponibilizadas no sítio eletrônico do Regional;
- Divulgação dos resultados alcançados pelo TRT11 em seu portal eletrônico, em atendimento à Instrução Normativa TCU 84, de 22/04/2020, e à Decisão Normativa 187, de 09/09/2020, referentes às Metas Nacionais do Judiciário para 2020, às Metas Específicas da Justiça do Trabalho para 2020 e às Metas e Indicadores do Plano Estratégico Institucional do TRT11 em 2020;
- Disseminação da Cultura de Gestão de Riscos no TRT11, buscando o apoio da Escola Judicial do TRT11 na promoção de capacitações sobre o tema, voltadas para gestores de unidades e projetos estratégicos;

Outras atividades desenvolvidas

- Assessoria e auxílio à Presidência do TRT11;
- Atendimento ao Juiz Auxiliar da Presidência e/ou Corregedoria;
- Atendimento à Secretaria da Corregedoria Regional;
- Atendimento à Diretoria Geral;
- Auxílio aos diversos Setores do Tribunal;
- Elaboração de estudos, análises e levantamentos estatísticos para atendimento das demandas do público interno;
- Elaboração de relatórios, planilhas, pareceres, manifestações e informações pertinentes às atribuições da AGE, bem como os expedientes e comunicações de praxe (ofícios, memorandos, e-mails, proposições etc);
- Acompanhamento de processos no CNJ e CSJT de interesse para as áreas estratégicas do

TRT11;

- Extração de dados do Sistema de informação e-Gestão das atividades-fim do Regional, para subsidiar matérias jornalísticas da Assessoria de Comunicação Social do TRT11 e de redes de comunicações (jornais, rádios, sites) das cidades de Manaus e de Boa Vista-RR.
- Elaboração do Calendário Estratégico para 2020;
- Planejamento, coordenação e supervisão das atividades das unidades que integram a estrutura da Assessoria de Gestão Estratégica (Seção de Estatística e Pesquisa, Seção de Escritório de Gerenciamento de Processos de Negócios e Seção de Escritório de Gerenciamento de Projetos).

Eventos, Atividades e Ações em Destaque

Premiação CNJ de Qualidade - Ano 2020

Neste exercício deu-se a continuidade do Prêmio CNJ de Qualidade, ano de 2020, segunda edição, por meio da Portaria nº 88, de 20/06/2020, do Conselho Nacional de Justiça. Este prêmio tem os seguintes objetivos: Incentivar a produção de dados e o aprimoramento do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário; promover a transparência e melhoria na prestação de informação; possibilitar e estimular a participação de magistrados e servidores, de todas as instâncias, no processo de formulação de execução das políticas do Poder Judiciário, mediante mecanismos de gestão participativa e democrática; fomentar o desenvolvimento de subsídios que auxiliem o planejamento Estratégico dos tribunais e contribuir para o aprimoramento da prestação jurisdicional.

A pontuação dessa premiação encontra-se segmentada em quatro eixos temáticos: Governança, Produtividade, Transparência e Dados e Tecnologia.

O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (Amazonas e Roraima), dentre os 90 tribunais participantes, conquistou pela sétima vez consecutiva essa premiação, recebendo neste exercício o **Prêmio Prata**. A honraria foi entregue pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministro Luiz Fux.

Sistema e-Gestão – Validação

A Assessoria de Gestão Estratégica, por meio da Seção de Estatística e Pesquisa, extrai e fornece os dados e relatórios para as unidades judiciárias de 1º e 2º grau no âmbito do Tribunal, a fim de monitorarem o cumprimento das metas do CNJ e CSJT. Auxilia também a Corregedoria Regional do TRT 11 com fornecimento de diversos relatórios e dados pertinentes ao trabalho desempenhado nesta Unidade judiciária.

No intuito de aprimorar o processo de validação dos dados estatísticos remetidos ao Tribunal Superior do Trabalho através do sistema e-Gestão (Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho), a AGE, juntamente com o Núcleo de Apoio ao PJe e e-Gestão, vem promovendo os ajustes necessários para captura automática dos índices das metas do Tribunal, por unidade, diretamente nesse sistema.

O sistema e-Gestão é uma ferramenta de gerenciamento e planejamento que tem a finalidade de gerar relatórios atualizados de informações diárias, semanais, mensais e anuais sobre a estrutura administrativa e a atividade judicante de primeiro e segundo grau. Com o uso dessa ferramenta, os dados estatísticos do Tribunal são coletados eletronicamente, desdobrando-se rapidamente em relatórios específicos, analíticos ou sintéticos, o que permite, por exemplo, aferir a produtividade de juízes, varas e tribunais em relação ao volume de processos, número de servidores, de cargos em comissão, de funções comissionadas e outras variáveis relevantes para o bom desempenho do Regional.

Relatório de Situação de Remessas

12/2019

TRT	Remessa	Lote	Orgao Estatística	Data da Remessa(lote)	Situação Remessa
11	2.019.120	3	11	14/01/20	Validada
Contagem:			1		

Como resultado desse valioso trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região teve, pelo sexto ano consecutivo, todos os seus dados estatísticos de 2020, relativos ao 1º e 2º grau de jurisdição, integralmente validados pelo Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-Gestão). O resultado foi comprovado através do último Relatório de Situação de Remessas apurado pela Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

Semanas Nacionais de Conciliação e Execução

A Assessoria de Gestão Estratégica participou ativamente das semanas nacionais de Conciliação e Execução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho Nacional de Justiça, bem como do Dia Regional de Conciliação do TRT11, com disponibilização de sistema para alimentação e aferição dos dados das referidas semanas e do dia de conciliação.

3.3.1 10ª Semana Nacional de Execução Trabalhista (CSJT)

A Semana Nacional da EXECUÇÃO Trabalhista é promovida anualmente pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), em parceria com TRTs, com o objetivo de proporcionar, por meio de solução amigável, maior celeridade ao encerramento de conflitos trabalhistas. A 10ª Semana Nacional de Execução Trabalhista ocorreu no período de 30/11 a 4/12/2020, o evento teve como tema **"O seu direito não pode esperar"**, mostrando que a Justiça do Trabalho, mesmo em tempos de pandemia e trabalhando de forma remota e virtual, está disposta a auxiliar empregadores e empregados em litígios trabalhistas a conciliarem e os executados quitarem suas dívidas trabalhistas.

Foram agendadas 269 audiências no formato virtual, das quais 242 audiências foram realizadas e houve tentativa de conciliação, resultando 76 acordos homologados, sendo 813 pessoas atendidas.

Foram movimentados em acordos homologados o valor de R\$1.628.832,00, em créditos trabalhistas, e recolhidos R\$135.919,76 em encargos previdenciários, e R\$11.590,89, em encargos fiscais e custas.

Houve a liberação de 25 alvarás, totalizando o valor de R\$ 458.674,67. A campanha também resultou em bloqueios judiciais de créditos e ativos financeiros no valor de R\$ 14.223,66. Os bloqueios são realizados através de ordens de bloqueio de crédito via mandado judicial, e também por meio do sistema BACENJUD, que consiste no sistema eletrônico de envio de ordens judiciais ao Sistema Financeiro Nacional, via internet, administrado pelo Banco Central do Brasil.

As audiências ocorreram nas Varas do Trabalho de Manaus/AM, nas Varas do Trabalho de Boa Vista/RR, e nas VTs dos municípios amazonenses de Manacapuru, Presidente Figueiredo, Humaitá e Eirunepé, bem como nos Gabinetes dos Desembargadores e nos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas de Manaus/AM e de Boa Vista/RR (Cejusc-JT).

Aconteceu também o terceiro e último leilão público de bens móveis e imóveis, realizado em 30 de novembro de 2020, exclusivamente via internet, que arrecadou R\$ 843 mil reais, com a arrematação de bens penhorados, montante que será utilizado para o pagamento de créditos de trabalhadores decorrentes de processos trabalhistas que tramitam nas Varas do Trabalho de Manaus (AM) e de Boa Vista (RR).

RESUMO DA 10ª SEMANA DE EXECUÇÃO TRABALHISTA

- Audiências Agendadas: 369
- Audiências Realizadas: 242
- Acordos Efetuados: 76
- Valor dos Acordos Homologados (R\$): 1.628.832,00
- INSS s/ Acordos homologados (R\$): 135.919,76
- Alvarás Liberados: 25
- Valor Liberado por alvará (R\$): 458.674,87
- Recolhimento Fiscal e custas s/ acordos (R\$): 11.590,89
- Recolhimento previdenciário por alvará (R\$): 1.871,12
- Leilões Realizados: 1
- Quantidade de bens oferecidos: 13
- Valor Arrecadado em Leilões (R\$): 843.371,00
- Ativos Bloqueados (R\$): 14.223,68
- Pessoas Atendidas: 813

15ª Semana Nacional da Conciliação (CNJ)

A 15ª Semana Nacional da Conciliação do CNJ aconteceu simultaneamente em todos os Tribunais brasileiros, estaduais, trabalhistas e federais, no período de 30 de novembro a 4 de dezembro de 2020. Seu foco sempre foi o de estimular a cultura da pacificação, mediante a solução definitiva para os litígios, com a participação direta das partes na solução das ações. O slogan de 2020 foi: “Menos conflito, mais resultado”. A ação mostra como o método de solução de conflito pode gerar acordos que priorizam as condições das partes, minimizando eventuais desgastes e custos de um processo judicial.

Em 2020, esse evento foi realizado concomitantemente com a 10ª Semana Nacional de Execução Trabalhista, em face dos efeitos da pandemia do Coronavírus no mundo e no Brasil, declarada pela Organização Mundial da Saúde em 10/3/2020.

Dia Regional de Conciliação

O dia destinado e dedicado a conciliar foi pensado com a finalidade de disseminar a cultura da conciliação no âmbito do TRT da 11ª Região – Manaus e Roraima, somando esforços para ampliar o número de acordos e solucionar de forma célere os conflitos trabalhistas.

Este Dia ocorreu em 28 de agosto de 2020, tendo como **slogan “Diga NÃO ao conflito e SIM à conciliação e mediação”**, sendo a segunda versão do evento que acontece anualmente no mês de agosto.

Em face da pandemia do novo coronavírus e das recomendações de distanciamento social, todas as audiências de conciliação foram realizadas por videoconferência, contando com a participação das Varas do Trabalho de Manaus, de Boa Vista e do interior do Amazonas, além dos gabinetes da 2ª instância do Regional e do Cejusc-JT de Manaus e de Boa Vista.

Resumo do dia: 381 audiências virtuais de conciliação realizadas, com 183 acordos homologados, atendendo um total de 1.033 jurisdicionados (pessoas), o que correspondeu a um índice de efetividade de 48,03%. Foram movimentados R\$1.630.561,53 em créditos trabalhistas.

1ª Instância

Audiências Designadas (Conhecimento): 319

Audiências Realizadas (Conhecimento): 326

Audiências Designadas (Execução): 47

Audiências Realizadas (Execução): 47

Acordos Homologados: 181

Valores Homologados: R\$ 1.580.561,53

INSS e IR: R\$ 79.455,57

2º Instância

Audiências Designadas (2º Grau): 10

Audiências Realizadas (2º Grau): 8

Valores Homologados (2º Grau): R\$ 50.000,00

Acordos Homologados: 2

INSS: R\$ 13.950,00

Imposto de Renda: R\$ 10.365,26

Pessoas atendidas (Total): 1.033

Consulta Pública Sobre Metas Nacionais Ciclo 2021-2026

Realizada entre os dias 22/6 e 3/7/2020, a Consulta Pública sobre as metas nacionais que estarão no Plano Estratégico do Poder Judiciário ciclo 2021-2026, é uma oportunidade para a sociedade e a comunidade jurídica participarem das definições de políticas e diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, conforme preceitua a Resolução CNJ nº 221, de 10 de maio de 2016, que instituiu princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em virtude da pandemia da Covid-19, a pesquisa foi disponibilizada nas páginas dos Tribunais Regionais do Trabalho, por meio de formulário eletrônico, a fim de possibilitar o envolvimento da sociedade, do Ministério Público, dos advogados, das associações de classe, dos magistrados e dos servidores na análise das metas propostas para o segmento Justiça do Trabalho. Ao todo, houve 230(duzentos e trinta) participações.

Oficinas Temáticas – Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho - 2021 – 2026

O Conselho Nacional de Justiça iniciou o processo de elaboração do Plano Estratégico do Poder Judiciário ciclo 2021-2026 em meados de 2019.

Nos dias 13/5/2020, das 13 às 16 horas, e 14/05/2020, das 10 às 13 horas, foram realizadas as oficinas temáticas por videoconferência, para construir a análise de ambiente e os conceitos de Missão, de Visão e de Valores do planejamento estratégico da Justiça do Trabalho para o período de 2021-2026, tendo como referencial as realidades do TRT da 11ª Região, conforme determina o art. 15, inciso II da Resolução CSJT nº 259 /2020.

A Assessoria de Gestão Estratégica, de acordo com o manual do CSJT compôs dois grupos temáticos, um da área administrativa e outro da área judiciária. Em ambas, o público registrado foi de

42 participantes, sendo 6 magistrados e 36 servidores das diversas áreas do Regional.

Na oficina da área administrativa, estiveram presentes os diretores da área administrativa e os servidores. Foram diversos assuntos abordados, destaca-se: a questão do corte e redução do orçamento da Justiça do Trabalho, afetando o Tribunal, que tem com consequência a redução do número de magistrados e servidores; tratou-se também de uma política de gestão de pessoas diante dos novos paradigmas tecnológicos; e a expansão do trabalho remoto.

Na oficina temática da área judiciária, foi registrada a presença dos Juízes: Dra. Edna Maria Fernandes Barbosa, Gestora das Metas do 1º Grau, Dr. Túlio Macedo Rosa e Silva, Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional, Dra. Carolina de Souza Lacerda Aires França (Titular da VT de Lábrea), Dra. Gisele Araújo Loureiro de Lima (Titular da VT de Tabatinga), Dr. Igo Zany Nunes Correa (13ª VT de Manaus), Dr. André Luiz Marques Cunha Júnior (5ª VT de Manaus), diretores de varas da capital e do interior, e servidores. Os principais temas abordados na referida oficina foram: a realização da itinerância relacionada com a extensão geográfica continental e suas especificidades locais; a carência de servidores no interior, na sua maioria cedidos, com formação superior em Direito, para desempenhar as atribuições das varas do trabalho no interior do Amazonas; deficiência nos canais de comunicação e no câmbio de dados em vista da infraestrutura tecnológica precária, que impossibilita o aproveitamento integral dos recursos de comunicação, como: rede de telefonia, internet, *WhatsApp* e outros. Ao final das oficinas os participantes registraram o seu contentamento com a didática empregada e solicitaram outros encontros no mesmo nível utilizando as mesmas ferramentas tecnológicas.

Valores Movimentados em 2020 no TRT 11

O TRT11 **garantiu** o pagamento de **R\$ 276.919.958,04** aos reclamantes no ano de 2020. Do valor total pago aos reclamantes, R\$ 176.553.969,03 são decorrentes de execução, quando o Tribunal impõe o pagamento do débito trabalhista, R\$90.996.701,29 foram resultados de acordos entre empresas e trabalhadores, e R\$9.369.287,72 foram pagos de forma espontânea.

O TRT11 **arrecadou** em 2020 aos cofres da União o montante de **R\$29.198.290,96**, sendo R\$ 22.442.010,93 a título de contribuição previdenciária, R\$1.705.911,90 a título de custas processuais e emolumentos, R\$500,00 em multas e R\$5.049.868,13 a título de imposto de renda para a Receita Federal.

Resumo dos Valores Movimentados

Valores Pagos aos Reclamantes

Decorrentes de Execução: R\$176.553.969,03

Decorrentes de Acordo: R\$90.996.701,29

Decorrentes de Pagamento Espontâneo: R\$9.369.287,72

Total Pago a Reclamantes: R\$276.919.958,04

Valores Arrecadados à União

Contribuição Previdenciária: R\$22.442.010,93

Imposto de Renda: R\$5.049.868,13

Multas: R\$500,00

Total Arrecadado: R\$29.198.290,96

Sistema Hórus

Além das atividades já expostas, em 2020, a Assessoria de Gestão Estratégica auxilia no de-

envolvimento de implantação do Projeto do sistema Hórus. O sistema propõe a facilitação da autogestão pelos gestores dos diversos setores do Tribunal, sejam da área judiciária ou administrativa, propiciando um melhor acompanhamento das informações, a partir de uma *interface* de fácil entendimento e dotada de funcionalidades, com o objetivo de melhorar o desempenho das unidades que compõe o Regional.

O sistema Hórus é baseado na plataforma Qlik, um sistema de *Business Intelligence* (BI), que permite: a) Administrar e gerenciar seus componentes; b) Criar modelos de dados; c) Criar painéis (*dashboards*) e relatórios possíveis de serem acessados via navegador *Web* ou dispositivo móvel; e d) Publicar modelos e painéis via portal proprietário ou integração via HTML.

No exercício de 2019, foram desenvolvidos os seguintes painéis: Metas CNJ e CSJT do 1º Grau, Material e Patrimônio, AGE Projetos, SIGEP e Sustentabilidade. No exercício de 2020, continuou o desenvolvimento dos painéis anteriores e do projeto piloto destinada a gestão de pessoas e Corregedoria Regional, além da renovação e aquisição de licenças.

Atividades Desenvolvidas pelas Unidades Integrantes da AGE

Seção de Estatística e Pesquisa

A Seção de Estatística e Pesquisa desenvolveu no exercício de 2020 as seguintes atividades:

- Atualização periódica dos sistemas de estatística do CNJ e do CSJT;
- Sistema MPM – Módulo de Produtividade Mensal do CNJ: atualização semestral de informações das serventias (Passo 1);
- Sistema MPM – Módulo de Produtividade Mensal do CNJ: atualização de informações dos magistrados, conforme necessidade (Passo 2);
- Sistema MPM – Módulo de Produtividade Mensal do CNJ: envio mensal da Produtividade das Serventias e dos Magistrados (Passo 3 e 4);
- Sistema JN – Justiça em Números do CNJ: envio semestral de dados de litigiosidade;
- Sistema JN – Justiça em Números do CNJ: envio anual de todas variáveis da Resolução 76;
- Sistema DATAJUD: elaboração e transmissão mensal de arquivos em XML, contendo a movimentação analítica processual do TRT 11ª Região;
- Envio ao CNJ, para fins do “Prêmio Conciliar é legal”, informações sobre quantitativo de Audiências de Conciliação, designadas e realizadas, separadas para o 1º Grau, 2º Grau e no CEJUSC;
- Envio ao CNJ, para monitoramento dos trabalhos realizados pelo Poder Judiciário em face da pandemia causada pela COVID-19, informações sobre produtividade, semanal e mensalmente;
- Envio ao CSJT, dados da Semana Nacional da Execução Trabalhista;
- Envio ao TST, atualização de dados cadastrais das Unidades Judiciárias de 1º Grau;
- Envio ao TST, prestação de informações estatísticas para a Correição Ordinária, realizada em novembro de 2020;
- Envio ao Serviço de Orçamento e Finanças do TRT 11ª Região por meio do demonstrativo denominado “Acompanhamento Mensal das Metas Físicas” a quantidade de processos julgados mensalmente, também para o período semestral e anual e cálculo da projeção da meta física para o ano seguinte;
- Envio à Corregedoria do TRT 11ª Região, para fins de Correição das Unidades Judiciárias de 1º Grau, o relatório das Metas Nacionais do CNJ cumpridas;

- Envio à Corregedoria do TRT 11ª Região, para fins de Processo de Remoção dos cargos de Juiz Titular das Unidades Judiciárias de 1º Grau, os relatórios estatísticos de regularidade das sentenças;
- Envio à Corregedoria do TRT 11ª Região, o relatório mensal dos processos Aptos a Julgamento do Provimento CGJT nº4;
- Envio à Corregedoria do TRT 11ª Região, o relatório mensal de Produtividade dos Juízes, em processo de vitaliciamento;
- Envio de relatórios estatísticos referente ao Dia Regional da Conciliação do TRT 11ª Região;
- Participação das reuniões do Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão;
- Conferência das divergências do Sistema e-Gestão, conforme informações prestadas pelas Unidades Judiciárias de 1ª e 2ª Instâncias, para melhoria dos dados estatísticos;
- Participação de reuniões do Grupo de Trabalho do DATAJUD, e de discussões técnicas realizadas com servidores do Poder Judiciário;
- Participação das reuniões referentes à implementação da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados;
- Elaboração de relatórios estatísticos referente ao cumprimento das Metas do CNJ das Unidades Judiciárias de 1º e 2º Graus;
- Assessoria às Gestoras das Metas do CNJ do 1º e 2º Graus;
- Estudos e discussões sobre os indicadores das Metas do CNJ.
- Relatórios para cálculo da Lotação Paradigma referente à Resolução 219 do CNJ;
- Relatório estatístico da produtividade do CEJUSC- Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas, referente a Resolução 174 CSJT;
- Relatório mensal de perícias para publicação;
- Relatórios para cálculo da GECJ;
- Relatórios sobre a resolução 63/CSJT;
- Atualização dos Maiores Litigantes por Unidade Judiciária;
- Atualização de consultas SQL e de relatórios estatísticos conforme a versão do Manual 2.0 do e-Gestão e compatível com extrator 2.5;
- Levantamentos Estatísticos sobre Acidente de Trabalho e Doenças ocupacionais;
- Assessoria à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD.

Seção de Gerenciamento de Processos de Negócios

A Seção de Escritório de Gerenciamento de Processos atua em conjunto com os gestores setoriais, prestando-lhes, dentre outras atribuições, consultoria em gestão de processos de trabalho, o que perpassa pela implantação e acompanhamento de projetos de racionalização de métodos e processos de trabalho, bem como pela adoção de sistemas de gestão da qualidade, auxiliando-os na identificação de falhas/gargalos, no gerenciamento dos riscos, na implementação das melhorias que se fizerem necessárias e na criação de normativos e demais instrumentos operacionais de trabalho.

Considerando que os gestores das diversas unidades possuem uma noção básica sobre mapeamento de processos, posto que a Capacitação em Gestão de Riscos ofertada no final de 2018 permitiu que cada unidade participante do curso escolhesse um processo de trabalho de sua competência, para o qual foi montado um Mapa de Risco, e proposto um plano de ação, insta

salientar que, com o apoio do Coordenador do Comitê de Gestão de Riscos, Juiz Titular da 11ª Vara do Trabalho de Manaus, Adilson Maciel Dantas, promoveu-se em 2020 a realização do Seminário On Line Nacional Gestão de Riscos e Integridade Pública em Tempos de Pandemia, nos dias 22 e 23/10/2020, com carga horária de 16h/a, contemplando-se ao todo 12 participantes de diversas áreas deste Regional.

Listam-se abaixo as principais participações e atividades realizadas pela SGPN em 2020:

- Realização de estudos sobre a Gestão de Processos e pesquisas sobre essa temática junto a outros TRT's, objetivando ajustes na minuta do Manual de Gestão de Processos, considerando o cenário de pandemia instaurado no início de 2020;
- Auxílio à Assessoria de Gestão Estratégia na divulgação da Consulta Pública para as metas nacionais do Judiciário ciclo 2021-2016;
- Participação das reuniões e ações da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TRT da 11ª Região;
- Participação das reuniões e ações da Comissão de Incentivo à Participação Institucional Feminina no âmbito do TRT da 11ª Região;
- Participação do Seminário On Line Nacional Gestão de Riscos e Integridade Pública em Tempos de Pandemia nos dias 22 e 23/10/2020;
- Participação do treinamento Prestação de Contas Nova Regulamentação IN-TCU 84/2020 e 187/2020. Treinamento atualizado de acordo com as Instruções Normativas 84/2020 e com a novíssima Decisão Normativa 187/2020 que Regulamentou o Processo de Contas. EAD (AO VIVO), no período de 07 a 10 de dezembro de 2020, ministrado pelo Auditor Federal de Controle Externo do TCU Guilherme de La Rocque Almeida, com carga horária de 16h/a.
- Composição como membro técnico da equipe de gerenciamento da elaboração do Relatório de Gestão de 2020 deste Regional, com trabalhos iniciados a partir de dezembro de 2020.
- Assessoria aos gestores no cumprimento da Instrução Normativa TCU 84, de 22/04/2020, e da Decisão Normativa 187, de 09/09/2020;
- Consolidação dos dados sob a responsabilidade da Assessoria de Gestão Estratégica, no que tange às informações relativas à prestação de contas anual do Tribunal Regional do trabalho da 11ª região, que foram publicadas em seu sítio oficial, até a data limite de 31/12/2020.

Seção de Escritório de Gerenciamento de Projetos

Este escritório iniciou 2020 com a definição do plano de ação para o respectivo ano, definindo os objetivos, iniciativas e funcionalidades a serem desenvolvidas. Tendo como objetivo gerar uma melhoria continuada no serviço prestado pela unidade, foram definidas três iniciativas tratadas prioritariamente:

- Atualização do Sistema de gerenciamento de projetos V2.0, visando suportar o gerenciamento de recursos, melhorias na usabilidade, correção de erros conhecidos além do auto cadastramento do usuário pelos dados funcionais.
- Aprimoramento da assistência continuada a projetos com uma atuação mais direta com os gestores, visando mitigar atrasos, falhas de comunicação, re-planejamentos consecutivos e falha na mensuração dos resultados.
- Atualização de artefatos da metodologia de projetos do TRT11, definida pelo Ato nº 60/2010/SGP, de forma a criar um padrão mais eficiente e alinhado com a necessidade das áreas do TRT11.

Atualização do Sistema de Gerenciamento de Projetos

A partir de 2019, início do biênio administrativo 2019/2020, e continuado no exercício de 2020 foram desenvolvidas e implantadas quatro novas versões do sistema de gerenciamento de projetos AgeProjetos, o qual encontra-se em uso desde o exercício de 2017.

A versão 2.0, implantada a partir de janeiro de 2019, necessitou de correções na apresentação dos campos de data nos formulários de cadastramento, na fórmula de cálculo do percentual dos projetos, no login e melhorias visuais na apresentação das tabelas e gráficos. Ainda nesta versão, foram incluídas: a exportação de dados para excel, no formato xls, a tela de gerenciamento de recursos e novos filtros de exibição dos relatórios e telas cadastrais.

Na versão 2.1 foram realizadas correções de erros referentes aos status dos projetos, e alterações no banco de dados a fim de unificar a fonte dos mesmos, para tal foram criadas três views (tabela criada com uma consulta de forma a padronizar e agrupar resultados): activitiesdata, projectsdata e projectstatistics.

Na versão 2.2 a interface sofreu pequenos ajustes para aproveitar melhor a área útil da tela, e ganhar mais flexibilidade, permitindo que novos recursos sejam adicionados a medida que a aplicação for amadurecendo, além da atualização de algumas bibliotecas.

Versão 2.3 foi implantada a partir de junho de 2019 e encontra-se vigente, nesta foi realizada a migração do banco de dados para o Postgres, de forma a suportar a portabilidade e acesso dos dados por outros sistemas, mais especificamente o Hórus. O controle de usuários e informações de acesso ainda estão sendo mantidas nosqlite, banco de dados utilizado pelo Web2Py (framework utilizado pelo AgeProjetos).

Aprimoramento da Assistência Continuada a Projetos

O aprimoramento da assistência continuada se dividiu em duas estratégias principais: **acompanhamento dos projetos** e **aprimoramento do planejamento**.

Com foco na estratégia de acompanhamento, em 2020, foram realizadas por meio de videoconferência, três rodadas de **Reuniões de Acompanhamento dos Projetos-RAP**, primeira rodada, de 23 a 27/03/2020, segunda, de 23 a 29/06/2020 e terceira, de 08/10/2020 a 11/10/2020, nas quais foram tratados os acompanhamentos das atividades dos projetos, bem como problemas pontuais de cada projeto com os seus gestores. As reuniões foram realizadas individualmente, com cada gestor, buscando auxiliar e informar os mesmos nas mais diversas áreas de conhecimento da gestão de projetos. Tanto o esforço de alguns dos gestores quanto às RAEs permitem manter o sistema AgeProjetos atualizado, dando uma visão clara tanto à administração quanto aos próprios gestores sobre o andamento real de seus projetos, suportando uma tomada de decisões mais precisa e eficiente.

De forma complementar às reuniões de acompanhamentos dos projetos, com uma visão mais estratégica das conquistas e necessidades de cada área, foram realizadas três Reuniões de Análise Estratégicas - RAE, em 5/03/2020, 29/05/2020, e 05/12/2020 nas quais este escritório auxiliou tanto na execução quanto na prestação de informações, modelos e apoio técnico aos gestores e à presidência. Nestas reuniões, são apresentados os indicadores estratégicos, o andamento do portfólio e seus valores correlatos além de um espaço dedicado aos gestores. Os dados apresentados permitem termos uma visão geral dos resultados das ações realizadas pelo TRT dando publicidade à toda a equipe sobre as conquistas e necessidades estratégicas do TRT e dos gestores.

No exercício de 2020, a primeira RAE foi realizada no dia 05/3/2020, antes da declaração de pandemia do novo coronavírus por parte da Organização Mundial de Saúde e da necessidade de adoção de medidas de isolamento social, como forma de inibir o contágio do COVID-19.

Em 29 de maio de 2020, realizou-se a segunda reunião de análise da estratégia do exercício, com uma pauta sugerida pelos próprios gestores, para tratar de assuntos relacionados ao momento atípico que estava sendo vivenciado, que era de pandemia e de isolamento social. Presidiu a reunião, o Desembargador Lairto José Veloso, Presidente do TRT da 11ª Região.

Nesse exercício, continuamos a documentação dos projetos, e com o apoio dos gerentes dos projetos, foi possível documentarmos os projetos estratégicos em execução no mesmo período, com pelo menos: a Declaração do Escopo e Termo de Abertura do Projeto. Juntos, estes artefatos comportam a definição do time do projeto, a descrição do projeto, seus objetivos, sua justificativa, seus produtos, os fatores de sucesso, as premissas, o escopo negativo, as atividades do projeto, as entregas, o cronograma de entregas, título do projeto, definição do gerente do projeto e suas atribuições, definição do controle de informações do projeto, cronograma do projeto, WBS e metodologia de controle de mudanças. A definição destes itens permite uma visão clara do que será entregue para os “clientes” do projeto, em termos gerais, como será feito, além de quando será entregue e qual o custo previsto.

Transparência do Portfólio – Hórus

Além das atividades planejadas, este Escritório de Gerenciamento de Projetos conseguiu atuar em outras linhas de ação, como: auxiliar no desenvolvimento do Hórus, ferramenta de Business Intelligence – BI desenvolvida em cima da plataforma QlikSense.

Esta seção desenvolveu um painel de visualização para os dados estratégicos do portfólio de projetos deste tribunal, permitindo uma gestão de negócios com base na análise, no compartilhamento e monitoramento das informações do portfólio de projetos deste tribunal.

O Relatório do Portfólio de Projetos do TRT11 apresenta os dados analíticos do portfólio de projetos do tribunal, sendo: o percentual de execução de cada projeto, o percentual do portfólio executado, distribuição de atividades conforme status, produtividade dos setores, tempos médios de atraso e aditamento, última data de atualização, orçamento executado dos projetos, entre outras.



SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL

Introdução

A Corregedoria Regional do Trabalho da 11ª Região é o órgão que exerce as funções de inspeção, correição permanente, disciplina e orientação da administração da Justiça do Trabalho sobre as Varas, juízes e serviços judiciários.

A Desembargadora do Trabalho, RUTH BARBOSA SAMPAIO, foi eleita para o biênio 2018/2020, por meio da Resolução Administrativa n.201/2018, publicada em 19/09/2018, tomando posse no dia 14 de dezembro de 2018 (Termo nº 06/2018), nos termos do artigo 18 do Regimento Interno deste E. Regional.

Atividades da Corregedoria

Em cumprimento ao disposto no art. 118, inciso III, do Regulamento Geral do TRT da 11ª Região, a Corregedoria apresenta os trabalhos desenvolvidos no exercício de 2020, bem como da Seção de Ouvidoria que compõe sua estrutura básica.

As atividades desenvolvidas pela Secretaria da Corregedoria compreendem:

- I. Realizar todos os atos necessários ao correto andamento dos processos de competência correicional;
- II. Secretariar o corregedor nas correições ordinárias, extraordinárias e inspeções nas varas do trabalho ou nos serviços do tribunal;
- III. Acompanhar e fiscalizar as atividades da justiça itinerante;
- IV. Analisar e aplicar as metas apresentadas pelo conselho nacional de justiça, inerentes à competência correicional;
- V. Analisar o desempenho das unidades judiciárias sob a ótica da produção, gestão, organização e disseminação das informações administrativas e processuais para a concessão do denominado selo 11 – “mérito corregedoria”, nos termos da regulamentação pertinente; (ato nº4 /2019/scr).
- VI. Controlar a observância dos prazos legais para prolação de sentença pelos magistrados

de primeira instância, de acordo com relatórios de produtividade;

- VII. Acompanhar o processo de vitaliciamento dos juízes, realizando as atribuições inerentes à regular condução do procedimento;
- VIII. Acompanhar os processos de promoção e remoção dos magistrados;
- IX. Expedir portarias e todas as ações necessárias para a movimentação (designações, nos termos do art. 34, xvii, regimento interno) dos juízes substitutos no âmbito do regional;
- X. Promover a gestão administrativa dos servidores vinculados à corregedoria;
- XI. Administrar a ouvidoria do tribunal;
- XII. Elaborar relatório final das atividades de sua gestão;
- XIII. Encaminhar relatório anual das atividades para publicação no diário oficial eletrônico da justiça do trabalho – dejt, e no portal institucional;
- XIV. Atender ao público;
- XV. Executar as demais atribuições legais e regulamentares.

Assessoria Jurídica da Corregedoria tem como atribuições:

- I. Prestar assessoramento técnico-jurídico ao Corregedor;
- II. Atuar na instrução dos procedimentos administrativos;
- III. Elaborar minutas de atos decisórios e normativos;
- IV. Elaborar pareceres;
- V. Elaborar relatório anual de suas atribuições, abrangendo aspectos quantitativos e qualitativos;
- VI. Executar as demais atribuições legais e regulamentares.

A Corregedoria tem a seguinte estrutura funcional: 01 (um) Diretora da Secretaria da Corregedoria, 01 (um) Assistente-Chefe da Secretaria Corregedoria, 01 (um) Assistente Administrativo, 01 (um) Diretor da Assessoria da Corregedoria e 02 (dois) Assistentes Jurídicos.

Relevante consignar que por meio do DP 614/2017 (sistema e-SAP), objetivou adequar a estrutura para atender a Resolução CNJ nº 219/2016 e Resolução CSJT nº 63/2010, removendo os servidores do Gabinete da Desembargadora para Corregedoria Regional.

A Corregedoria conta com juiz auxiliar da corregedoria, o juiz do Trabalho substituto Túlio Macedo Rosa e Silva passou a atuar como juiz auxiliar da corregedoria, a partir de 8-08-2019, por meio da Resolução 183/2019,, até o término do biênio 2018/2020, cargo anteriormente ocupado pela Juíza do Trabalho Edna Maria Fernandes Barbosa, Titular da 7ª Vara do Trabalho de Manaus.

De acordo com o Ato nº 01/2019/SCR, o Juiz Auxiliar da Corregedoria Regional tem competência para atuar nos procedimentos de qualquer natureza instaurados no âmbito da Corregedoria, exceto:

- I. Nas correições ordinárias;
- II. Em qualquer atividade correicional ou em processos em trâmite na varas do trabalho;
- III. Em procedimento, de qualquer natureza, instaurado contra magistrado de 1º grau.

Correições Ordinárias

Destaca-se como a principal atribuição da Corregedoria a realização de Correição Ordinária nas Varas do Trabalho da Região, obrigatoriamente, uma vez por ano, bem como, a realização, de

ofício, sempre que se fizerem necessárias ou a requerimento, correições parciais ou inspeções nas Varas e nos serviços do Tribunal, conforme consta do art.34, do Regimento Interno.

No dia 11 de março de 2020, a OMS, declarou pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus. Diante desse cenário, foram suspensas todas atividades presenciais, sem previsão de retorno, a Corregedoria em conjunto com Presidência do Regional, expediram Atos Conjunto, como medida de prevenção, abaixo elencados:

- I. ATO TRT 11a REGIÃO 15/2020/SGP, que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Tribunal, considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS);
- II. ATO TRT 11a REGIÃO 16/2020/SGP, que suspende a prestação presencial de serviços no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região quanto às atividades não essenciais e estabelece protocolo para a prestação presencial de serviços essenciais ao cumprimento das atribuições finalísticas do Regional, como medida de emergência para prevenção da disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19);
- III. ATO TRT 11a REGIÃO 17/2020/SGP, que altera a redação do art. 2º, caput, do Ato TRT 11ª Região 15/2020/SGP, de 17-3-2020, o qual estabeleceu medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Tribunal, considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS);
- IV. ATO CONJUNTO Nº 02/2020/SGP/SCR, que mantém suspensa a prestação presencial dos serviços no Regional até 30 de abril, estabelece protocolo para a prestação presencial mínima e restrita aos serviços essenciais ao cumprimento das atribuições finalísticas da Justiça do Trabalho, como medida de emergência para prevenção da disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

A Desembargadora Corregedora, pela imprescindibilidade de realizar correições nas unidades judiciais, encaminhou, em 04/05/2020, ofício nº 169/2020 à Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, solicitando autorização para realizar a correição ordinária anual, por meio de videoconferência.

A Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, em 19 de maio de 2020, publicou o ATO nº 13/2020/CGJT, autorizando a realização das correições ordinárias, na forma telepresencial, dando outras providências.

Desse modo, a Secretaria da Corregedoria elaborou o calendário da correição telepresencial, o qual se encontra no portal da corregedoria, encaminhado às Varas do Trabalho, por meio do Ofício-Circular nº 19/2020/SCR, dando ciência das datas para realização de correições por meio telepresencial.

QUADRO 1

Varas do Trabalho de Manaus/AM	Data	Modalidade
1ª Vara do Trabalho de Manaus	18-8-2020	Telepresencial
2ª Vara do Trabalho de Manaus	11-9-2020	Telepresencial
3ª Vara do Trabalho de Manaus	1-10-2020	Telepresencial
4ª Vara do Trabalho de Manaus	6-7-2020	Telepresencial
5ª Vara do Trabalho de Manaus	10-7-2020	Telepresencial
6ª Vara do Trabalho de Manaus	14-9-2020	Telepresencial
7ª Vara do Trabalho de Manaus	21-8-2020	Telepresencial
8ª Vara do Trabalho de Manaus	27-8-2020	Telepresencial
9ª Vara do Trabalho de Manaus	3-2-2020	Presencial
10ª Vara do Trabalho de Manaus	30-9-2020	Telepresencial
11ª Vara do Trabalho de Manaus	10-3-2020	Presencial
12ª Vara do Trabalho de Manaus	2-3-2020	Presencial
13ª Vara do Trabalho de Manaus	22-9-2020	Telepresencial
14ª Vara do Trabalho de Manaus	20-8-2020	Telepresencial
15ª Vara do Trabalho de Manaus	31-8-2020	Telepresencial
16ª Vara do Trabalho de Manaus	15-7-2020	Telepresencial
17ª Vara do Trabalho de Manaus	14-8-2020	Telepresencial
18ª Vara do Trabalho de Manaus	8-7-2020	Telepresencial
19ª Vara do Trabalho de Manaus	24-8-2020	Telepresencial
Núcleo de Distribuição de Feitos de 1º Grau do Fórum Trabalhista de Manaus	17-9-2020	Telepresencial
Diretoria do Fórum Trabalhista de Manaus	29-9-2020	Telepresencial
Núcleo de Apoio à Execução e de Cooperação Judiciária – NAE-JT	2-9-2020	Telepresencial
CEJUSC – AM	10-9-2020	Telepresencial
Seção de Distribuição de Mandados Judiciais - SDMJ	25-9-2020	Telepresencial

QUADRO 2

Varas de boa vista/RR	Data	Modalidade
1ª VT Boa Vista	24-7-2020	Telepresencial
2ª VT Boa Vista	15-9-2020	Telepresencial
3ª VT Boa Vista	17-7-2020	Telepresencial
Núcleo de Protocolo e Distribuição dos Feitos do Fórum Trabalhista de Boa Vista/RR	16-9-2020	Telepresencial

Seção de Apoio à Diretoria do Fórum Trabalhista de Boa Vista e visita à Sala de Monitoramento	2-10-2020	Telepresencial
CEJUSC/BV	21-9-2020	Telepresencial

QUADRO 3

Varas do interior do Amazonas	Data	Modalidade
Itacoatiara	31-7-2020	Telepresencial
Parintins	29-7-2020	Telepresencial
Presidente Figueiredo	22-7-2020	Telepresencial
Tefé	19-6-2020	Telepresencial
Manacapuru	17-6-2020	Telepresencial
Lábrea	25-6-2020	Telepresencial
Tabatinga	4-6-2020	Telepresencial
Eirunepé	6-8-2020	Telepresencial
Humaitá	4-8-2020	Telepresencial
Coari	15-7-2020	Telepresencial

QUADRO 4

Varas Inspeccionadas em 2020	Data	Modalidade
6ª. Vara do Trabalho de Manaus	15-4-2020	Virtual
13ª. Vara do Trabalho de Manaus	13-4-2020	Virtual
16ª. Vara do Trabalho de Manaus	30-4-2020	Virtual
17ª. Vara do Trabalho de Manaus	7-4-2020	Virtual
18ª. Vara do Trabalho de Manaus	29-4-2020	Virtual
1ª. Vara do Trabalho de Boa Vista	27-4-2020	Virtual
Eirunepé	6-1-2020	Virtual
Humaitá	6-1-2020	Virtual
Tefé	6-4-2020	Virtual
Manacapuru	31-3-2020	Virtual
11ª Vara do Trabalho de Manaus	10-12-2020	Virtual
Vara do Trabalho de Eirunepé	12-11-2020	virtual

Vara do Trabalho de Itacoatiara	11-11-2020	Virtual
---------------------------------	------------	---------

QUADRO 5

Varas Inspeccionadas Quanto ao Ano e 2019	Data	Modalidade
Humaitá	12-2-2020	Telepresencial
Eirunepé	9-6-2020	Telepresencial
Seção de Distribuição de Mandados Judiciais - SDMJ	7-8-2020	Telepresencial

Ações E Projetos Implementados

Regimento Interno da Corregedoria do TRT11 – MA -450/2014

Trata do Regimento Interno da Corregedoria Regional do TRT11 e, por meio da Portaria nº 096/2019/SCR, foi instaurada nova comissão para realização de estudos, planejamento e elaboração, tendo sido designado os servidores Rejane de Aragão Oliveira, Júlio Thomé Netto e Mateus Roberto Papa Gasparini, aprovado por meio da Resolução Administrativa n. 70/2020, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) nº 2928, de 6-3-2020, Caderno Administrativo do TRT da 11ª Região, fls. 4/8.

Comitê de Prevenção e Combate ao Assédio Moral na Justiça do Trabalho

O Tribunal Pleno aprovou a proposta da Corregedoria, criando o Comitê de Prevenção e Combate ao Assédio Moral na Justiça do Trabalho, por meio da Resolução Administrativa nº 127/2019, designando como membros, art. 2º : I - Desembargador do Trabalho(Corregedor Regional); II - Juiz do Trabalho; III – Diretor-Geral; IV – Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas; V – Médico Psiquiatra da Seção de Saúde; VI – um representante da AMATRA X; VII – um representante do SITRA-AM/RR. Durante a realização dos trabalhos da Comissão foi proposta alteração da referida resolução, por meio do DP 6752/2020, por meio da Resolução nº 165/2020.

PJeCor

Por meio da Resolução nº 320/2020, que alterou a Resolução 185/2013, instituiu a versão do PJe exclusiva para uso das Corregedorias, estabelecendo que o registro, o controle e a tramitação dos procedimentos das Corregedorias dos tribunais de todos os segmentos de Justiça deverão tramitar naquele sistema.

Neste contexto, ao inserir o art. 37-A na Resolução CNJ nº 185/2013, foi determinado que as corregedorias dos tribunais apresentassem à Corregedoria Nacional projeto que contemplasse cronograma de implantação do sistema PJeCor.

Importante ressaltar que a Corregedoria Nacional de Justiça, conforme artigo 5º, §1º, do Provimento nº 102/2020, estabeleceu prazo até 31/12/2020 para que todos os novos procedimentos de pedidos de providências, atos normativos, representações por excesso de prazo, bem como de todos os procedimentos de natureza disciplinar, deverão ser autuados no PJeCor, no qual deverão tramitar até sua conclusão, inclusive em grau de recurso.

Para viabilização do PJeCor, a Corregedoria Nacional de Justiça estipulou diretrizes e parâmetros para implantação, utilização e funcionamento do sistema, conforme Provimento nº 102/2020, bem como concedeu o prazo de 15 (quinze) dias, que se encerra em 25/06/2020, para o envio

de prévio cronograma supracitado.

A Assessoria da Corregedoria realizou a elaboração do projeto do PJECOR no âmbito deste Regional, participou de curso de capacitação com seus servidores, utilizou ambiente de treinamento e realizou cadastro dos demais usuários no sistema.

Projeto Garimpo

A Corregedoria Regional é responsável pela efetiva implantação do Projeto Garimpo no TRT11, nacionalizado pelo TST, conforme consta do Ato Conjunto CSJT/CGJT 1/2019.

Esse projeto trata da implementação de um procedimento de tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente e define diretrizes mínimas do procedimento a ser adotado, tais como: a ampla pesquisa de investigação de débitos em outros processos como condição para a liberação de valores para o devedor, a celebração de convênio com o Banco do Brasil e a CEF para que informem periodicamente a relação dos depósitos judiciais existentes, e a realização de treinamento dos responsáveis pela execução do projeto no âmbito do Regional.

A Assessoria da Corregedoria procedeu com o regular recebimento dos pedidos de liberação de valores autuados no sistema e-sap, bem como solicitou das Varas do Trabalho deste Regional a elaboração de relatório dos processos arquivados antes de 14 de fevereiro de 2019, com requerimento de levantamento de saldo remanescente e dos processos com saldo remanescente superior a R\$ 100.000,00, nos termos do artigo 10, parágrafo 2º, do Ato Conjunto n. 02/2020/SGP/SCR.

No relatório, as Varas do Trabalho forneceram as seguintes informações: número do processo, identificação das partes, data de arquivamento, saldo atual dos processos arquivados antes de 14 de fevereiro de 2019; em que fase se encontra o processo (conhecimento, liquidação, execução); se existe algum incidente processual pendente de julgamento (impugnação aos cálculos, p.e.) ou ato processual pendente de conclusão (penhora insuficiente com saldo remanescente, p.e.); a quem pertence o saldo residual; qual o motivo de existir saldo remanescente (por exemplo, advogado não buscou o alvará, o alvará foi feito sem autorização de levantamento da quantia com juros e correção monetária, pagamento em duplicidade).

Exigiu-se que o relatório tivesse a assinatura do juiz titular da Vara ou o magistrado que estivesse no exercício da titularidade, bem como do servidor da Vara que integra o Grupo de Trabalho estabelecido no artigo 7º, do Ato Conjunto n. 02/2020/SGP/SCR.

Após o relatório ser encaminhado por meio de esap à Corregedoria Regional, fez-se a análise e encaminhamento para apreciação da Corregedora, que decidiu sobre a movimentação processual nos termos do Ato Conjunto n. 02/2020/SGP/SCR.

Além disso, os cursos presenciais que seriam feitos para capacitação dos servidores deste Regional, que tiveram que ser adiados para data a ser posteriormente deliberada, foram feitos de forma telepresencial em três turmas nos dias 02, 15 e 17 de julho, pela ferramenta Google Meet.

As Varas do Trabalho publicaram, ainda, edital dos processos arquivados até 14 de fevereiro de 2019, com saldo remanescente de até R\$ 1.000,00, para os interessados apresentarem requerimento para levantamento no prazo de 30 dias sob pena de conversão em renda em favor da União Federal. Os referidos editais foram publicados no DEJT e inseridos no Portal do TRT 11, para ampliar o acesso à informação.

Por fim, a Corregedoria direcionou esforços para a liberação de valores nos processos arquivados equivocadamente após 14/02/2019.

Relatório Mensal Das Atividades Realizadas No Período Da Pandemia – Covid-19

A Corregedoria autuou o DP 5922-2020, concentrando, por meio de relatórios mensais, todas as ações, rotinas e expedientes realizados pela Secretaria e Assessoria da Corregedoria no período da pandemia do coronavírus. Respectivo relatório é encaminhado à Presidência, mensalmente, para dar conhecimento das atividades executadas no período.

A Corregedoria incluiu na referida matéria, o Selo Acervo Histórico TRT11, em virtude da grande relevância do fato histórico vivenciado por todo o tribunal, mormente a Corregedoria, incluindo as fotos que demonstram a originalidade da situação.

Implantação do CEJUSC- JT 2º Grau

O Tribunal Pleno aprovou a proposta da Corregedoria de criação do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas - CEJUSC-JT do Segundo Grau (DP 6755/2019), por meio da Resolução Administrativa nº 59/2019.

No dia 18/09/2020, a Desembargadora Ruth Barbosa Sampaio, foi eleita Coordenadora da referida unidade judiciária para o biênio 2020/2022, nos termos da Resolução nº. 242/2020.

Encerramento da Gestão da Corregedoria Regional (Biênio 2018/2020)

O evento institucional foi realizado no dia 7/12/2020, em conjunto com a premiação aos vencedores do III Concurso de Boas Práticas, de forma virtual, tendo sido transmitido pelo canal oficial do TRT11 do Youtube, por conta da pandemia do coronavírus e das recomendações de distanciamento social.

A cerimônia foi aberta pelo presidente do TRT11, Desembargador Lairto José Veloso, e, em seguida, houve o pronunciamento da Corregedora e Ouvidora Regional. Além disso, a SETIC realizou a apresentação do sistema Hórus – módulo Corregedoria.

Na ocasião, houve também a apresentação de um vídeo das atividades realizadas pela Corregedoria e Ouvidoria entre 2018 e 2020, bem como a entrega simbólica de equipamentos adquiridos para a realização das atividades da Justiça do Trabalho Itinerante às Varas do Trabalho do interior do Amazonas e Boa Vista.

III Concurso de Boas Práticas

O Concurso Boas Práticas é uma Ação anual da Corregedoria Regional e foi instituída pelo Ato nº 01/2018/SCR, tendo como proposta identificar, disseminar e premiar as práticas positivas existentes no TRT11, fruto da inovação e da criatividade de magistrados e servidores. Em sendo toda a atividade, ação ou ideia com resultado positivo, ainda que parcial, que comprove o uso racional de recursos promovendo a otimização de processos e/ou proporcionando a qualidade dos serviços das unidades judiciárias. São consideradas como práticas positivas aquelas que demonstrem melhorias obtidas em processos de trabalho, prestação dos serviços, satisfação do público-alvo, alcance das metas estratégicas e aspectos significativos aos serviços. As boas práticas são, ainda, ações que servem de referência para reflexão e aplicação em outros locais de trabalho.

Em 2020, o Concurso de Boas Práticas recebeu a inscrição de 12 projetos, sendo selecionados seis finalistas. Após, os vencedores foram escolhidos por meio de votação popular ocorrida no portal do Tribunal entre os dias 24 e 27 de novembro, a qual totalizou 2.206 votos. O resultado foi que os projetos "Audiência de conciliação telepresencial" e "Construindo a Vara digital: comunicação interna telepresencial e atendimento aos advogados telepresencial", ambas da 19ª Vara do Trabalho de Manaus, empataram no 1º lugar. Conquistou o 2º lugar o projeto "Retomada gradual com responsabilidade e segurança – vídeo e e-book", da Assessoria de Comunicação (Ascom). Em 3º lugar ficou o projeto "Penhora por termo nos autos", da Vara do Trabalho de Manacapuru.

O evento institucional foi realizado no dia 7/12/2020, em conjunto com o Encerramento da Gestão da Corregedoria e Ouvidoria no biênio 2018/2020, de forma virtual, tendo sido transmitido pelo canal oficial do TRT11 do Youtube, por conta da pandemia do coronavírus e das recomendações de distanciamento social.

Dia Regional de Conciliação

O Dia Regional de Conciliação foi instituído pelo Regional através da Resolução Administrativa nº 025/2019, em atendimento à proposição feita pela Corregedoria Regional, com o objetivo de implementar medidas concretas e coordenadas visando obter soluções consensuais em reclamações trabalhistas com a participação de magistrados e servidores, em pauta exclusiva de audiências na fase de conhecimento, na busca de somar esforços para o atingimento da meta 3 do CNJ e meta 9 do CSJT.

A Corregedoria como coordenadora do projeto tomou todas as providências necessárias para a realização do evento, contando com o apoio das unidades administrativas Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIC, Seção de Estatística, Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) e AGE.

O dia Regional da Conciliação do TRT11, foi realizado no dia 28/8/2020, em sua segunda edição, com o slogan "DIGA SIM à conciliação e mediação e NÃO ao conflito", por conta da pandemia do coronavírus e das recomendações do distanciamento social, as audiências de conciliação foram realizadas integralmente por videoconferência. Foram realizadas 381 audiências virtuais de conciliação e 183 acordos homologados, correspondente a um índice de efetividade de 48% na resolução consensual de conflitos. O montante total foi de R\$ 1.630.561,53, com recolhimento de R\$ 93.405,70 (INSS), recolhimento fiscal de imposto de renda R\$ 10.365,26. Durante a ação, foram atendidas 1.030 pessoas.

Houve a participação dos gabinetes, de todas as varas do trabalho, bem como dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – CEJUSTCs-JT.

Reuniões de Transição para o biênio 2020-2022

Em função da pandemia e para facilitar o trabalho da próxima gestão, a Secretaria da Corregedoria realizou reuniões por videoconferência, repassando todas as informações indispensáveis para a equipe da próxima corregedora.

Sistema de Controle de Acesso Corporativo do CNJ

Foi solicitado ao Corregedor Geral da Justiça do Trabalho e concedido, perfil de acesso e Administração local no Sistema de Controle de Acesso Corporativo do CNJ (DP 8962/2020). Na Corregedoria os diretores foram cadastrados com o perfil de acesso e administração local no Sistema de Controle de Acesso Corporativo do CNJ.

Considerando que compete à Corregedoria o acesso ao referido sistema, por meio do Ofício n. 444/2020/SCR – foi enviado à Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, solicitando o cadastramento para obter "perfil MASTER no sistema SISBAJUD", com permissão para criar outros usuários nesse sistema ao magistrado titular da 1ª Vara do Trabalho de Manaus Djalma Monteiro de Almeida, e servidores Lucas Ribeiro Prado e Cristina Marinho da Cruz Santos. (DP 9935/2020).

Sistema Horus

A Corregedoria tem tomado providências no sentido de implantar um sistema que possibilite o gerenciamento das atividades jurisdicionais desenvolvidas pelas varas e facilite o autogerenciamento dessas unidades.

Nessa medida, com a aquisição do sistema Hórus e respectivas licenças por este E. Regional para utilização por todas as varas do trabalho, a Corregedoria vislumbra também o auxílio des-

sa ferramenta tecnológica no aprimoramento e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas nas correições ordinárias.

Recentemente, a Corregedoria Regional regulamentou a Autoinspeção, por meio do Provimento nº 02/2020, em atendimento à determinação do Conselho Nacional de Justiça, de modo que a implementação do sistema Hórus voltado às atividades judiciais auxiliará nas tarefas não só da Corregedoria, mas também do tribunal como um todo, mormente as varas do trabalho.

Nesse contexto, a Corregedoria solicitou à SETIC a inclusão de outros marcadores no sistema Hórus, tais como: número de audiências por mês; tempo médio do processo com servidor (tempo em que o servidor permanece com o processo em sua caixa para executar a tarefa); tempo médio por magistrado (nas fases de conhecimento, liquidação e execução - a contar do momento em que recebe o processo para proferir despacho, decisão ou sentença, ou outra determinação); produtividade por magistrado e liberação de acesso a terceiros.

Foi solicitada também a cooperação da Assessoria de Gestão Estratégica-AGE em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação-SETIC, nas tarefas de inclusão de marcadores no Sistema Hórus (DP 7777/2020).

O lançamento da ferramenta Horus módulo corregedoria foi realizada no dia 7/12/2020, no evento Encerramento da Gestão da Corregedoria Biênio 2018-2020 e III concurso de Boas Práticas.

Proposta de Convênio entre TRT da 11ª Região e a Universidade Estadual do Amazonas – DP 1040/2019

Atualmente os Tribunais Regionais do Trabalho de todo país, em razão do orçamento da União Federal, têm sofrido cortes orçamentários que se refletem, principalmente, na impossibilidade da contratação de serviços para realização de concurso público para nomeação de novos servidores. As vagas decorrentes de aposentadoria de servidores não podem mais ser preenchidas, conforme previsão constante na Lei Orçamentária Anual.

No entanto, a demanda trabalhista, apesar de também ter sofrido redução, tem um enorme passivo nas varas do trabalho e gabinetes do Regional que precisa ser suprido, assim como na área administrativa em razão da redução do número de servidores, decorrente do cumprimento à Resolução Administrativa nº 219/2016.

A cooperação busca um relacionamento de interdependência entre pessoas ou instituições com diferentes potencialidades, com o objetivo de alcançar o bem comum. Estabelece uma relação de convivência e confiança e, sendo assim, é fundamental. Quando essa cooperação acontece no serviço público traz economia e maior integração entre as instituições envolvidas.

Nesse sentido, a Corregedoria Regional e a EJUD11 apresentaram à Presidência do Tribunal minuta de Convênio entre o Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região e a Universidade do Estado do Amazonas com a finalidade de proporcionar estágio extracurricular não remunerado, desempenhado no âmbito do Regional, por acadêmicos comprovadamente matriculados na Instituição de Ensino, visando, por um lado, à complementação do ensino e da aprendizagem, e por outro lado, contribuir para a efetividade da jurisdição, constituindo-se em instrumento de integração em termos de treinamento prático e aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e social.

Conforme a proposta, a UEA oferecerá vagas para os cursos em diversas áreas, Administração, Arquitetura, Arquivologia, Ciências Contábeis, Direito, Design, Engenharia Civil, Engenharia Ambiental, Engenharia Elétrica, Enfermagem, Estatística, História, Informática e afins, Odontologia, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social.

Desses cursos, importante mencionar que os jurisdicionados e varas do trabalho do interior do

Estado do Amazonas também serão beneficiados, tendo em vista que a UEA tem curso de direito nos municípios de Itacoatiara, Tefé e Tabatinga.

Diante das inúmeras vantagens a matéria foi submetida à Presidência e encontra-se em tramitação.

Proposta de Implantação de Cafeteria nas Dependências do Fórum Trabalhista de Manaus – Dp 17891/2019

A Corregedora na busca por maior eficiência no cumprimento da missão institucional deste Tribunal e com vistas a otimizar a qualidade da atividade jurisdicional no primeiro grau, propôs a implantação no Fórum Trabalhista de Manaus um serviço de cafeteria.

Tal proposta justificou-se em razão do grande número de pessoas atendidas na jurisdição de primeiro grau. Segundo dados da Seção de Segurança, no mês de novembro/2018, aproximadamente 31.854 (trinta e uma mil, oitocentos e cinquenta e quatro) pessoas transitaram pelos corredores do fórum trabalhista. Quanto ao tempo médio de atendimento e permanência das pessoas, observa-se que varia o tempo da realização de audiências nas varas do trabalho, chegando a se estenderem após as 12 horas. Nesse contexto emerge a necessidade de realização de lanches rápidos, com comodidade e segurança.

A Matéria encontra-se em tramitação.

Desvinculação da Ouvidoria da Corregedoria

A Corregedoria apresentou proposta ao Tribunal Pleno, por meio do DP-9468/2019, para desvinculação da Seção de Ouvidoria da Corregedoria. A Corregedora destacou que a Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região foi se fortalecendo com o passar dos anos. Iniciou suas atividades em 28/09/2001, com a instalação do Sistema de Atendimento Telefônico, ALÔ TRT, subordinado à Corregedoria. Em 12/08/2002, o Sistema de Atendimento foi alçado à condição de Setor de Teleatendimento "ALÔ TRT", mas foi em 08/10/2004, com o Ato nº 043/2004, que o Setor de Teleatendimento ganhou estrutura e passou a ser Seção da Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho, mantendo a subordinação à Corregedoria.

Nos anos de 2005 e 2006, a Ouvidoria foi reestruturada, mas permaneceu subordinada à Corregedoria, nos termos do artigo 34, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal.

Com o aparelhamento da Seção, a Ouvidoria se aproximou dos jurisdicionados, procuradores, advogados, servidores e do público em geral, facilitando o recebimento de demandas, agilizando a entrega de informações e sendo mais eficaz no encaminhando denúncias e comunicações aos setores competentes.

Em 2011, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) trouxe um novo marco regulatório sobre a matéria, estabelecendo regras para acesso e divulgação da informação, bem como ampliando os instrumentos de participação do público em geral na efetivação deste direito fundamental.

A Lei nº 13.460/2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, destinou o Capítulo IV para as atribuições preçpuas das Ouvidorias.

Com isso, cresceu a preocupação das Ouvidorias em garantir o cumprimento da lei, embora não houvesse normatização específica quanto a sua competência e estrutura na Justiça do Trabalho.

Objetivando sanar estas omissões, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho editou a Resolução nº 163, de 2019 dispondo sobre as competências e as estruturas das Ouvidorias dos Tribunais do Trabalho.

Com o estabelecimento da estrutura e competência das Ouvidorias dos Tribunais Regionais do Trabalho, foi possível observar que a Seção de Ouvidoria existente em nosso Tribunal não atendia, de forma integral, a referida Resolução, tendo em vista que em seu artigo 3º determina a eleição de Ouvidor e seu substituto pelo Tribunal Pleno dentre Desembargadores que compõem o Tribunal.

Em 04/03/2020 por meio da Resolução Administrativa n.71/2020, que dispõe sobre a criação da Ouvidoria como órgão autônomo.

Visita institucional, por Videoconferência, do Presidente do STF/CNJ, Ministro Dias Toffoli, à Justiça do Estado do Amazonas

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli, realizou uma visita institucional, no dia 28 de agosto de 2020, por videoconferência, aos integrantes do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região – Amazonas e Roraima (TRT11), do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ-AM) e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-AM). O encontro encerrou a série de reuniões institucionais que o ministro realizou em todos os tribunais brasileiros desde o início de seu mandato na Presidência do Supremo. A iniciativa do presidente Toffoli de realizar esses encontros foi com o objetivo de conhecer a realidade local e os problemas dos diversos tribunais.

Na ocasião, a corregedora regional se manifestou sobre as ações da Justiça do Trabalho Itinerante, citando os números alcançado em 2019, ano em que foram realizadas 1.360 tomadas de reclusões e 2.251 audiências, em 90 deslocamentos. Ressaltou que, devido ao estado de pandemia, em 2020, esse atendimento foi suspenso no mês de março, e que o orçamento para as itinerâncias do ano de 2020 seria remanejado para priorizar a compra de equipamentos.

Visita institucional, por videoconferência, do Presidente do STF/CNJ, Ministro Dias Toffoli, à Justiça do Estado do Amazonas

Atos e Provimentos que Alteraram a Consolidação dos Provimentos da Justiça do Trabalho

A Corregedora Regional expediu Atos Normativos e Provimentos, conforme segue:

ATO	OBJETO
Ato Normativo n° 01/2019/SCR	Fixa as competências do Juiz Auxiliar da Corregedoria
Ato Normativo n° 02/2019/SCR	Institui oficialmente o sistema "Executômetro" no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.
Ato Normativo n° 03/2019/SCR	Designa Comissão para a realização do I Seminário sobre Assédio Moral no trabalho.
Ato Normativo n° 04/2019/SCR	Altera o Ato n° 2/2017/SCR, de 21 de fevereiro de 2017, que "Institui o 'Selo 11 - Mérito Corregedoria' no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região e dá outras providências".
Ato Conjunto SGP-SCR n° 01/2019	Dispõe sobre o controle da expedição de obrigações de pequeno valor pelas Varas do Trabalho no âmbito do TRT da 11ª Região
Ato Conjunto SGP-SCR n° 02/2019	Atualiza e sistematiza a Consolidação dos Provimentos da Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Ato Conjunto SGP-SCR n° 03/2019	Dispõe, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, sobre a migração dos autos físicos em tramitação nas unidades judiciárias para o Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe.

Ato Conjunto SGP-SCR nº 04/2019	Dispõe, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente
Ato Conjunto SGP-SCR nº 01/2020	Inclui o art. 308-A na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional do TRT da 11ª Região, permitindo a notificação por Mandado Judicial fora dos limites territoriais de competência do Juízo
Ato Conjunto SGP-SCR nº 02/2020	Dispõe, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente
Ato Conjunto SGP-SCR nº 03/2020	Altera e republica o ATO CONJUNTO Nº 02/2020/SGP/SCR, de 20-3-2020, que manteve suspensa a prestação presencial de serviços no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região até 30-4-2020 e estabelece protocolo para a prestação presencial mínima e restrita aos serviços essenciais ao cumprimento das atribuições finalísticas da Justiça do Trabalho, como medida de emergência para prevenção da disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências
Ato Conjunto SGP-SCR nº 04/2020	Prorroga as medidas de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dispõe sobre a suspensão de prazos processuais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região de 1º e 2º graus
Ato Conjunto SGP-SCR nº 05/2020	Regulamenta, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, a adoção de meios telepresenciais para a realização de audiências e sessões de julgamento durante a vigência das medidas de isolamento social para a prevenção do contágio pelo Coronavírus (COVID-19).
Ato Conjunto SGP-SCR nº 06/2020	Altera e republica o ATO CONJUNTO Nº 5/2020/SGP/SCR, de 30-4-2020, que regulamentou, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, a adoção de meios telepresenciais para a realização de audiências e sessões de julgamento durante a vigência das medidas de isolamento social para a prevenção do contágio pelo Coronavírus (COVID-19).
Ato Conjunto SGP-SCR nº 07/2020	Regulamenta, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, o programa PjeConecta, com a finalidade de viabilizar a comunicação dos atos processuais para as partes previamente cadastradas, bem como regulamenta a possibilidade de notificação, citação e intimação das partes por meios de comunicação eletrônicos e a possibilidade de investigação patrimonial a cargo dos oficiais de Justiça Avaliadores.

Ato Conjunto SGP-SCR nº 08/2020	Altera a Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional do TRT da 11ª Região, visando a melhoria no procedimento e previsibilidade no pagamento de precatórios
Ato Conjunto SGP-SCR nº 09/2020	Institui e regulamenta no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, protocolo para o retorno gradual e progressivo das atividades presenciais, observadas as ações necessárias para prevenção de contágio pelo novo Coronavírus Covid-19, e dá outras providências.
Ato Conjunto SGP-SCR nº 10/2020	Regulamenta o atendimento, por videoconferência, no âmbito do E. Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, aos Advogados, Procuradores, Defensores Públicos, Membros do Ministério Público, da Polícia Judiciária e das partes no exercício do seu Jus Postulandi (art. 103 do NCPC), durante o período da pandemia da COVID-19
Ato Conjunto SGP-SCR nº 11/2020	Atualiza e sistematiza a Consolidação dos Provimentos da Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.
Ato Conjunto SGP-SCR nº 12/2020	Altera e republica o Ato Conjunto 7/2020/SGP/SCR, que regulamentou, no âmbito do E. Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, o programa PjeConecta, com a finalidade de viabilizar a comunicação dos atos processuais para as partes previamente cadastradas, bem como regulamenta a possibilidade de notificação, citação e intimação das partes por meios de comunicação eletrônicos e a possibilidade de investigação patrimonial a cargo dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais.

Provimento	Objeto
Provimento nº 01/2019	Dispõe sobre a unificação do horário de protocolo ao horário de atendimento do Tribunal, fixando-o de 7h30 as 14h30.
Provimento nº 02/2019	Dá nova redação aos arts. 16 e 18 e revoga os arts. 17 e 19 da Consolidação dos Provimentos do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.
Provimento nº 03/2019	Estabelece critérios para lotação e remanejamento de juízes do trabalho substitutos e assegura um assistente para cada magistrado, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

Provimento nº 01/2020	Dispõe sobre a elaboração de expedientes pelo PEC (Preparar Expedientes e Comunicação) na versão 2.5 PJe KZ até a instalação de nova versão.
Provimento nº 02/2020	Dispõe sobre a realização da autoinspeção permanente nas unidades judiciárias de 1º grau do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Provimento nº 03/2020	Dispõe sobre a realização da Correição Telepresencial nas unidades judiciárias de 1º grau do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Provimento nº 04/2020	Dispõe sobre a implementação do sistema PJeCor para o processamento de informações e práticas de atos procedimentais no âmbito da Corregedoria Regional do TRT da 11ª Região
Provimento nº 05/2020	Regulamenta as correições nas unidades judiciárias de primeiro grau do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Provimento nº 06/2020	Dispõe sobre a realização da autoinspeção permanente nas unidades judiciárias de 1º grau do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

Recebimento de Reclamações Correicionais e Pedidos de Providência

De acordo com a estatística da Corregedoria (quadro abaixo) verifica-se que, de janeiro a dezembro de 2019, foram recebidas 20 Reclamações Correicionais em face de Juízes da capital e do interior.

Processo	Recebidos	Julgados	Pendentes
<u>Reclamações Correicionais</u>	20	11	9

Foram recebidos 46 Pedidos de Providências em face de juízes da capital, do interior e de serviços deste Regional. Os requerimentos mais frequentes são em relação a atrasos na prolação de sentenças e morosidade na tramitação processual, além de alegações de desvios processuais na tramitação dos feitos de 1ª Instância.

Processo	Recebidos	Julgados	Pendentes
<u>Pedidos De Providências</u>	46	34	12

Matérias Administrativas Autuadas na Secretaria da Corregedoria: Correição, Itinerância, Vitaliciamento e Outros

Foram autuadas nesta Secretaria da Corregedoria, 680 matérias, assim classificadas: Documentos Eletrônicos tratando de assuntos diversos e Matérias Administrativas abordando Correição,

Itinerância, dentre outros.

Medidas adotadas em caso de dano ao erário

No ano de 2019, houve 01 (uma) sindicância nesta Corregedoria Regional para apurar responsabilidade por dano ao Erário, arquivada após relatório final da comissão que concluiu pela inexistência de responsabilidade.

Justiça Itinerante

No ano de 2020, as Varas que participaram do Programa de Justiça Itinerante foram Parintins, Lábrea, Tefé, Eirunepé, Coari, Manacapuru, Tabatinga, além das 1ª e 3ª Varas do Trabalho de Boa Vista/RR, tendo sido realizados apenas 12 deslocamentos, tendo em vista o ATO TRT 11ª REGIÃO 16/2020/SGP, que suspendeu a prestação presencial de serviços no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região quanto às atividades não essenciais e estabeleceu protocolo para a prestação presencial de serviços essenciais ao cumprimento das atribuições finalísticas do Regional, como medida de emergência para prevenção da disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19), a partir de 18 de março de 2020.

No momento da suspensão das atividades, 6 (seis) equipes de trabalho encontravam-se realizando itinerância e a Secretaria da Corregedoria empreendeu todos os esforços necessários ao imediato retorno dos magistrados e servidores à jurisdição da Vara do Trabalho de origem, bem como adotou as providências necessárias para a devolução dos valores eventualmente recebidos a maior, imediatamente, por Guia de Recolhimento da União - GRU, tendo realizado os ajustes necessários de PCDs e Portarias de deslocamento.

É notória a deficiência estrutural que assola o interior dos Estados do Amazonas e de Roraima, facilmente identificada por meio dos relatórios de viagem encaminhados à Secretaria da Corregedoria ao término das atividades de itinerância, situação que foi agravada pela pandemia. A título exemplificativo:

- Dificuldades na obtenção de transporte aéreo, sendo poucas as empresas que realizam voos aos Municípios do interior do Estado do Amazonas, sendo necessária a contratação de embarcações fluviais;
- As rodovias/estradas intermunicipais encontram-se, em grande maioria, em péssimo estado de conservação;
- Ausência total de transporte aéreo para determinados Municípios, tendo as equipes que realizar os deslocamentos necessários de grandes extensões, por meio de embarcações precárias ou via rodovias em péssimo estado de conservação;
- Ausência de instalações hoteleiras adequadas para a acomodação da equipe de itinerância;
- Ausência de estrutura física adequada para os procedimentos de tomada de reclamação e realização de audiências, tendo os juízes que utilizarem o espaço de outros órgãos;
- Intempéries climáticas, como precipitações pluviométricas torrenciais (típicas de nosso clima equatorial) que trazem sérios riscos aos transportes fluviais;
- Risco acentuado de doenças tropicais (dengue, febre Chikungunya, Zica vírus, hepatite e malária), que são muito comuns nas áreas interioranas dos Estados do Amazonas e Roraima;
- Falta de segurança: As Varas do Trabalho do Interior do Estado do Amazonas não possuem em seu quadro segurança armada. A vigilância é contratada para dar suporte às referidas Varas e se restringe à unidade judiciária, não acompanhando as equipes de

itinerâncias durante os deslocamentos para tomada de reclamações e realização de audiências; o deslocamento dos magistrados e servidores na maioria das vezes é feito em lancha pequena fretada ou lancha de linha, destacando-se, apenas a título exemplificativo, que a região abrangida pela jurisdição da Vara do Trabalho de Tabatinga é conhecida pelo intenso tráfico internacional de drogas, pelo contrabando e pela violência, em razão de sua localização geográfica na Tríplice Fronteira - Brasil, Colômbia e Peru. Os rios com maior incidência de roubos e atos característicos de pirataria, principalmente no que diz respeito ao tráfico de drogas, são Solimões, Japurá e Amazonas (Baixo Amazonas), de Tabatinga a Codajás, abrangendo ao menos 15 cidades, e de Itacoatiara às cidades fronteiriças com o Estado do Pará e outras 15 cidades. Muitos criminosos têm atuado em barcos comuns de transporte de passageiros e cargas, para, além de cometer atividades relacionadas ao tráfico de drogas, roubar produtos os mais variados, tais como pertences pessoais de passageiros, alimentos, motores e eletroeletrônicos; os deslocamentos realizados por meio terrestre também apresentam alta periculosidade, exemplificando-se que em Boa Vista há risco constante de fechamento de algumas rodovias e risco de assaltos de milícias venezuelanas na região, em especial nas proximidades do Município de Pacaraima. O orçamento não comporta despesas com segurança;

- Deficiência dos serviços de internet: No que se refere a disponibilidade de acesso à internet em municípios do interior do Estado do Amazonas e de Roraima, externos aos links do TRT, a maioria dos municípios não dispõem de infraestrutura que permita comunicação de alto desempenho, conexões por fibra óptica nessas localidades são praticamente inexistentes, as tecnologias que chegam aos clientes possuem limitações quanto a capacidade, pois a banda disponível nesses meios é muitas vezes insuficiente para atender à demanda, e quanto à sua qualidade, pois fatores climáticos afetam consideravelmente seu desempenho. Cita-se ainda que a baixa oferta e a alta demanda por links de Internet levam à elevação dos preços de contratação de links de acesso à Internet nas localidades aqui analisadas. Assim como os acessos banda larga, os acessos via Internet Móvel também se mostram precários nessas localidades, pois a estrutura disponível para acesso aos serviços é a mesma que utiliza trechos via rádio ou via satélite. O serviço de Internet Móvel está concentrado nos centros urbanos e a tecnologia 4G ainda é pouco abrangente.

A Corregedoria, no interesse em ampliar a qualidade dos serviços oferecidos pela Justiça Itinerante e proporcionar melhores condições de trabalho e segurança aos juizes e servidores que atuam na tomada de reclamações e realização de audiências itinerantes, bem como melhorar o serviço prestado ao jurisdicionado, adotou as medidas necessárias para a aquisição dos seguintes equipamentos:

- 48 coletes balísticos;
- 12 notebooks;
- 12 impressoras portáteis;
- 12 telefones satélites;
- 12 modems de internet móvel;
- 12 roteadores de internet;
- 12 banners com informação de documentos necessários para a atermação;
- 12 banners indicando que a Justiça do Trabalho Itinerante está na cidade, com espaço em branco, onde possa ser incluído a cada viagem o local de atendimento;
- 12 hard case gaveteiro com 5 gavetas, para transporte dos equipamentos, tais como im-

pressora, notebook e materiais de expediente diversos;

- 12 lanternas táticas militares Nitecore MH25GT;
- 12 cabos de extensão elétricos com protetor de Surto Com 5 Tomadas de 10 Metros;
- 12 nobreaks com autonomia de até 5 horas;
- 12 scanners portáteis;
- 12 pen drives USB 3.0 256gb;
- 2 veículos para realização dos deslocamentos das Varas do Trabalho de Lábrea, Humaitá e Varas do Trabalho de Boa Vista, modelo picape cabine dupla.

De acordo com o Relatório Estatístico elaborado pela Secretaria da Corregedoria, as Varas itinerantes solucionaram 561 processos (sendo 91 sumaríssimos, 196 ordinários, 45 desistências, 33 arquivamentos, 112 sentenças, 68 acordos homologados, além de 17 outros), deixaram de solucionar 124 processos (sendo 15 adiados e 109 retirados de pauta); foram assegurados R\$465.470,43 por sentença e R\$590.343,71 por acordo; foram dispensados R\$23.373,07 de custas processuais e arrecadados R\$15.770,36; foram recolhidos R\$8.604,38 de encargos previdenciários e R\$0,00 de encargos fiscais; foram realizadas 289 audiências, recebidas 124 reclamações e cumpridos 63 mandados, além de 141 outras atividades diversas.

Dito isto, os números acima, o volume de reclamações tomadas, as audiências realizadas e acordos homologados durante as atividades de Itinerância, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas durante a pandemia, revelam que o TRT da 11ª Região vem cumprido com denodo seu encargo de levar a prestação jurisdicional trabalhista aos cidadãos brasileiros, domiciliados em alguns dos Municípios mais ermos do território da Federação Brasileira, dando plena efetividade à norma inserta no § 1º do art. 115 da Carta Constitucional.

Atividades da Seção de Ouvidoria

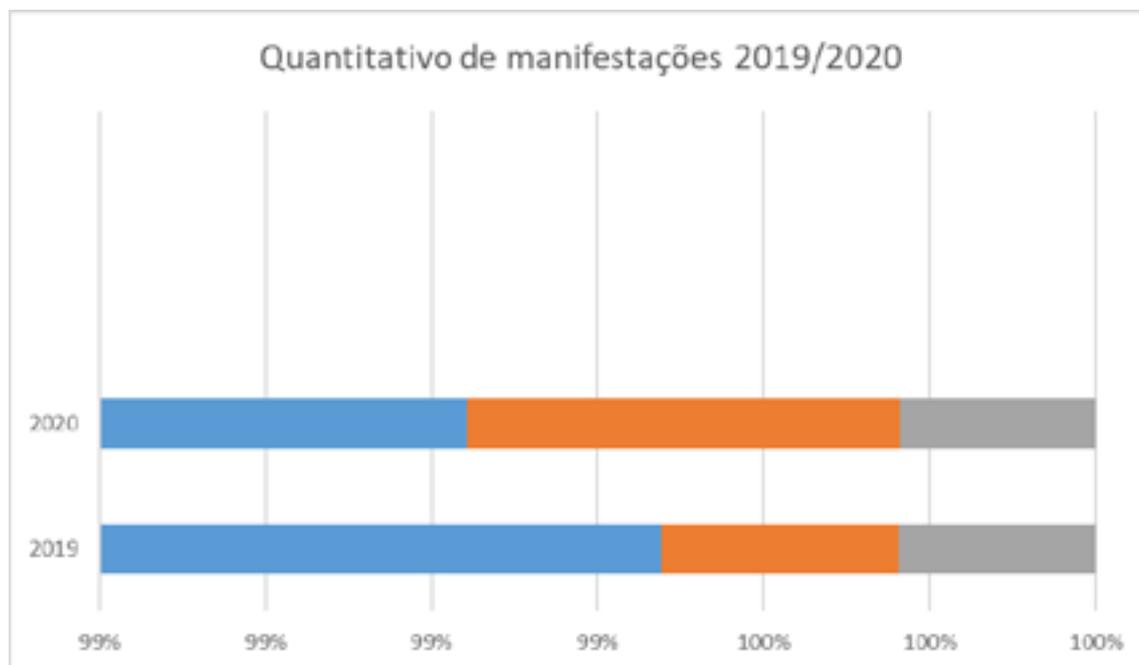
A Ouvidoria é o lugar onde o cidadão pode fazer denúncias, solicitações, reclamações, elogios, pedidos de informação ou sugestões sobre as atividades desenvolvidas pela Instituição, com o objetivo de dar efetividade, aprimorar e aperfeiçoar os serviços ofertados.

Os atendimentos realizados pela Ouvidoria abrangem tanto o público interno do TRT da 11ª Região (magistrados, servidores, contratos terceirizados e estagiários), quanto o público externo (população em geral). Ao receber cada manifestação, a Ouvidoria busca as respostas, informações, orientações e esclarecimentos necessários para o devido atendimento ao cidadão. As informações apresentadas neste relatório possibilitam a visualização das demandas de atendimento da Ouvidoria e objetivam oferecer ampla publicidade às principais questões levantadas.

Manifestações Atendidas

Quantitativos de Manifestações

No ano de 2020, até o dia 09 de dezembro, a Ouvidoria do TRT da 11ª Região atendeu **877 manifestações, sendo que 628 delas já no sistema PROAD-OUV**, caracterizadas por pedidos de solicitações, informações, reclamações, sugestões, elogios e denúncias sobre os mais variados assuntos. Em comparação com o ano de 2019, no qual foram recebidas 838 manifestações, registrou-se um aumento de 39 manifestações, representando um acréscimo de 4,65%, modificando a tendência de diminuição de manifestações expressada no ano anterior, provavelmente como efeito da pandemia.



Perfil de Manifestantes

Quanto ao perfil de manifestantes, os dados apresentados neste relatório demonstram que o maior número de manifestantes se enquadra como advogados/procuradores com 376 registros, correspondendo a 42,87%, seguido dos reclamantes com 331 registros, espelhando 37,74%, em terceiro lugar os manifestantes classificados como cidadãos, com 103 registros, espelhando 11,74%, em que se enquadram os pedidos de pesquisa acadêmica e consulta sobre concurso público. Após, aparecem como manifestante os órgãos públicos com 20 registros, espelhando 2,28%, seguido dos concursandos com 14 registros, espelhando 1,94%, após os servidores e reclamados, ambos com 11 registros, espelhando 1,25%. Em seguida os peritos com 7 registros, espelhando 0,80%, as entidades de classe com 2 registros, ou seja, 0,23% e por último, magistrados e estagiários, ambos com 1 registro, espelhando 0,11%.

Manifestantes	Quantidade	Porcentagem
Reclamante	331	37,74%
Reclamado	11	1,25%
Advogado/Procurador	376	42,87%
Servidor	11	1,25%
Cidadão	103	11,74%
Magistrado	1	0,11%
Perito	7	0,80%
Concursando	14	1,94%
Estagiário	1	0,11%
Entidade de Classe	2	0,23%
Órgão Público	20	2,28%
Total	877	100%



Canais de Acesso

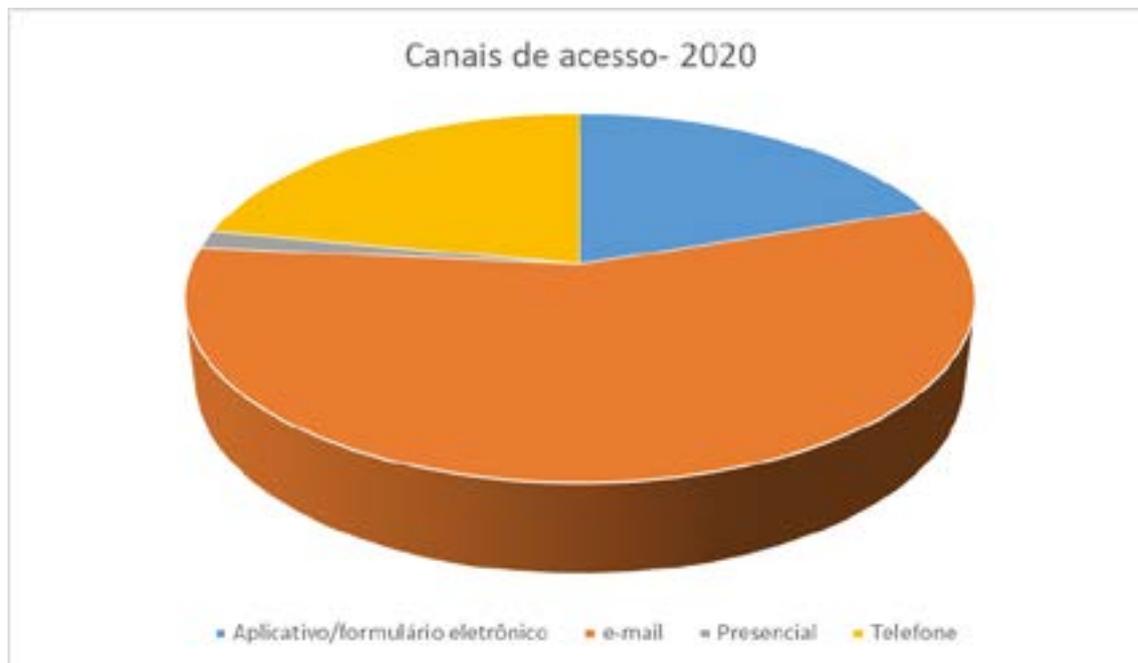
A Ouvidoria do TRT 11ª Região a partir de 11 de março de 2020 passou a funcionar de forma definitiva em sala própria, no 3º andar do Fórum Trabalhista de Manaus Ministro Mozart Victor Russomano, situado na Rua Ferreira Pena, nº 546, Centro, Manaus/AM, com horário de atendimento das 07:30h às 14:30h, de segunda a sexta-feira.

As manifestações podem ser realizadas através: de formulário eletrônico disponibilizado no sítio eletrônico do TRT11, no menu Ouvidoria: <https://portal.trt11.jus.br/index.php/ouvidoria-trt11>; e-mail institucional: ouvidoria@trt11.jus.br; Ligações telefônica através dos números (92) 3621-7402; 3621-7408 e 0800-704-8893; Facebook: facebook.com/trt11oficial e Atendimento Presencial na Ouvidoria.

COVID-19: Desde março do corrente ano até o presente momento, em razão da pandemia COVID-19, a Ouvidoria passou a atender remotamente, através dos telefones (92) 3621-7402 e 3621-7408, e-mail ouvidoria@trt11.jus.br e formulário eletrônico disponível no portal eletrônico do TRT 11.

Dos canais de acesso utilizados pelos cidadãos, para entrar em contato com a Ouvidoria no ano de 2020, a forma mais utilizada foi o e-mail institucional com 476 registros (56,73%), seguido das ligações telefônicas com 184 registros (21,93%), em terceiro lugar encontra-se o acesso pelo aplicativo de celular e formulário eletrônico com 166 registros (19,78%), e, por último, em razão da pandemia COVID-19, encontra-se o atendimento presencial com 13 registros (1,54%).

Destaca-se que a Ouvidoria adota como tônica o procedimento informal, buscando, sempre que possível, manter contato com as unidades envolvidas através de telefonemas e e-mails na tentativa de soluções rápidas. Este procedimento evita, muitas vezes, o encaminhamento formal das manifestações aos setores, gerando, assim, uma grande economia de tempo.



Tipos de Manifestações

A Ouvidoria do TRT da 11ª Região atende a seis modalidades de manifestação:

Solicitação: Requerimento de adoção de providência por parte de unidade do Tribunal. Nesta modalidade se enquadram, sobretudo, os atendimentos relacionados ao andamento processual e morosidade processual.

Elogio: Demonstração, reconhecimento ou satisfação sobre o serviço oferecido ou atendimento recebido.

Pedido de Acesso à Informação: solicitação de acesso à informação pública produzida ou sob a guarda do Tribunal Regional do TRT da 11ª Região.

Reclamação: Demonstração de insatisfação relativa à prestação de serviço público e à conduta de agentes públicos na prestação e na fiscalização desse serviço. Nessa categoria se enquadram também as críticas e as opiniões desfavoráveis.

Sugestão: Proposição de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento de serviços prestados pelo Tribunal.

Denúncia: Comunicação de prática de ato ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos apuratórios competentes.

A maior parte das manifestações atendidas pela Ouvidoria do TRT da 11ª Região, no ano de 2020, pertence à tipologia Solicitação, com 637 ocorrências (72,63%). Dentro desta modalidade, as informações sobre andamento processual atingiram o quantitativo de 405 ocorrências.

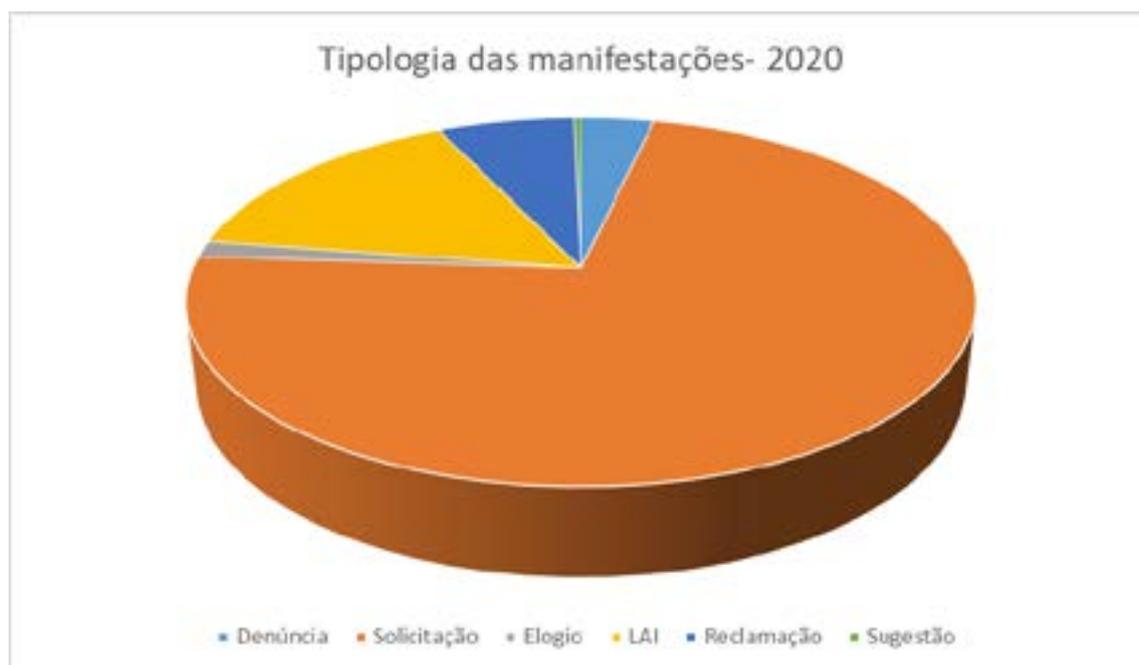
A tipologia seguinte, Pedido de Acesso à Informação, alcança percentual de 14,82%, com 130 ocorrências.

A tipologia Reclamação aparece em terceiro lugar contando com 67 registros, espelhando 7,64%, seguida da tipologia Denúncia com 31 registros, correspondendo a 3,53%. Ressaltamos que as denúncias ocorridas no período foram de cunho fiscalizatório das condições de trabalho.

A tipologia Elogio gerou 12 registros, espelhando 1,36% e, por último, a tipologia Sugestão, com 3 registros, contabilizando 0,34% das demandas no período.

A Ouvidoria diligenciou junto aos Setores competentes sobre reclamações e/ou dúvidas men-

cionadas pelas partes, além de orientá-las a quem se dirigir quando não se tratava de assunto de natureza trabalhista.



Registros Oriundos da Ouvidoria do CNJ

No ano de 2020, a Ouvidoria Regional recebeu 10 registros de manifestações oriundas da Ouvidoria do CNJ, todas as manifestações foram devidamente direcionadas às unidades competentes e respondidas dentro do prazo de 30 dias.

As manifestações recebidas foram da tipologia Solicitação, alusivas a morosidade processual tanto de 1º como de 2º graus.



Registros Ativos e Arquivados

Dos 877 registros formalizados no ano de 2020, 68 (sessenta e oito) ainda estão ativos, o que corresponde a 7,75% da demanda apurada no período, enquanto 809 foram arquivados tendo em vista o atendimento conclusivo, correspondendo a 92,25% da demanda apurada no período.



Unidades do Tribunal

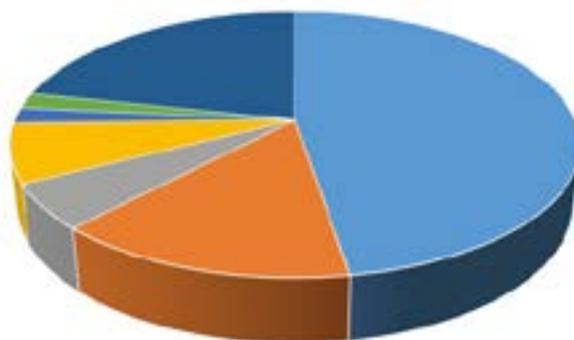
A Ouvidoria do TRT da 11ª Região, no que lhe compete, tem buscado promover ampla cooperação entre as unidades do Tribunal a fim de oferecer, aos cidadãos-usuários, serviço de qualidade e também fortalecer a imagem deste Regional perante a sociedade.

Segue abaixo o quantitativo de ocorrências classificadas tematicamente com as unidades requisitadas através das manifestações recebidas na Ouvidoria Regional. Essas ocorrências, embora na sua maioria sejam respondidas diretamente pela Ouvidoria, são classificadas conforme relação do assunto com a respectiva unidade. Em relação às Varas do Trabalho de Manaus, Interior e Gabinetes, enquadram-se os registros de Solicitação relativos a andamento processual e morosidade processual. As Varas Trabalhistas de Manaus contaram com 422 registros, as Varas do Interior do Estado do Amazonas tiveram 126 registros, por sua vez, as Varas Trabalhistas de Boa Vista/RR contaram com 50 registros. Em relação aos Gabinetes foram registrados 61 ocorrências.

Em relação às unidades administrativas, há destaque para a Secretaria de Gestão de Pessoas, com 16 registros, sobretudo, com pedidos de acesso à informação relacionados a concurso público e nomeações e a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações – SETIC, com 16 registros, na maioria com solicitações acerca de sistemas informatizados.

As demais manifestações recebidas foram destinadas às diversas unidades administrativas do Regional, tais como Núcleo de Apoio ao PJ-e e ao e-Gestão-NAPE, à Escola Judicial do TRT 11-EJUD11, a própria Seção de Ouvidoria e demais unidades, contabilizando 185 registros.

Quantitativo por unidade- 2020



- Varas de Manaus
- Varas do Interior
- Varas de Boa Vista
- Gabinetes
- SGPES
- SETIC
- Outras unidades administrativas

Ações do Ano

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do Covid-19, que afetou a rotina não só do TRT 11ª Região como também da Ouvidoria, tendo o trabalho remoto se tornado a forma mais segura de prestação de serviços do Tribunal desde o final do mês de março, conforme Ato nº 16 deste Regional. Entretanto, alguns eventos puderam ser realizados nos três primeiros meses que antecederam à quarentena no Amazonas.

Ouvidoria Itinerante:

O primeiro evento da Ouvidoria, em 2020, ocorreu no dia 13 de fevereiro, pela "Ouvidoria Itinerante", no município de Humaitá. Na ocasião, a Corregedora e Ouvidora Regional, Desembargadora Ruth Barbosa Sampaio, e equipe disponibilizaram atendimentos presenciais para reclamações, solicitações, denúncias, elogios e pedidos de informações, de competência da Justiça do Trabalho.

Também houve a distribuição de cartilhas e informativos acerca dos serviços prestados pela Ouvidoria do TRT 11, bem como orientações sobre os diversos tipos de manifestações e canais de acesso.

27ª Reunião do COLEOUV

A Desembargadora Ruth Barbosa Sampaio, Corregedora e Ouvidora do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - AM/RR (TRT11), participou da 27ª Reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho (Coleouv), em Brasília (DF). Realizado no dia 19 de fevereiro, o encontro ocorreu na sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Os Ouvidores se reuniram para definir o calendário de atividades e reuniões para o exercício de 2020, bem como escolha e fixação de data de celebração do dia do Ouvidor Trabalhista e demais assuntos pertinentes às ouvidorias trabalhistas.

Posse da Presidência do TST

No dia 19 de fevereiro, a Desembargadora do Trabalho Corregedora e Ouvidora Ruth Barbosa Sampaio, prestigiou a Cerimônia de Posse da Presidente do TST e CSJT, a Exma. Ministra Maria Cristina Peduzzi, para o biênio 2020-2022.

Semana da Ouvidoria

Com o objetivo de esclarecer a sociedade sobre os serviços prestados pela Ouvidoria e comemorar o Dia do Ouvidor, no período de 9 a 13 de março, o TRT11 promoveu a “**Semana da Ouvidoria**”, com atendimento ao público, orientações e esclarecimentos, além da entrega de material informativo no térreo do Fórum Trabalhista, no horário das 8 às 11h.

Dia do Ouvidor

No dia 11/02/2020 também foi celebrado o Dia do Ouvidor. A data é comemorada nacionalmente em 16 de março, após a promulgação da Lei nº 12.632/2012. A data escolhida faz referência à criação da Associação Brasileira de Ouvidores (ABO), em 1995. O reconhecimento desse profissional fortalece o seu papel, que é de garantir e dar voz ao cidadão.

Além da presença da Corregedora e Ouvidora do TRT11, Desembargadora Ruth Barbosa Sampaio, participaram do evento o Presidente de Honra da Rede de Ouvidorias do Amazonas, Conselheiro Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE/AM) Érico Xavier Desterro e Silva, e a Coordenadora Executiva da entidade, Fabiana Pacífico Seabra.

Na ocasião, foi apresentado o vídeo produzido pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom) sobre os serviços prestados, as formas de manifestações e os canais de atendimento.

Inauguração das Novas Instalações da Ouvidoria

No dia 11 de março de 2020, foram inauguradas as novas instalações da Ouvidoria, no 3º andar do Fórum Trabalhista de Manaus, localizada na Rua Ferreira Pena, 546 – Centro. O novo local visa facilitar o acesso de advogados, jurisdicionados e demais interessados nos serviços da Ouvidoria do TRT11. Após a reforma, o ambiente passou a contar com a estrutura necessária para recepção, processamento e acompanhamento das manifestações recebidas. O espaço dispõe, ainda, da Sala do Ouvidor.

Lançamento do PROAD-OUV

Na mesma data, 11 de março de 2020, ocorreu, ainda, o lançamento do Sistema de Processo Administrativo Virtual e Ouvidoria da Justiça do Trabalho (Proad-Ouv), sistema único de processamento de informações relacionadas ao protocolo, ao processo administrativo e à Ouvidoria do Judiciário Trabalhista, em conformidade com a Resolução CSJT nº 239, de 23 de abril de 2019.

A Ouvidoria do TRT da 11ª Região passará a adotar o sistema a partir deste ano e deverá ser utilizado por todos os órgãos de primeiro e segundo grau da Justiça do Trabalho.

3º Encontro Nacional de Ouvidores Judiciais na Assembleia Legislativa do Ceará:

Em 13 de março de 2020, a Desembargadora do Trabalho Corregedora e Ouvidoria do TRT da 11ª Região, Ruth Barbosa Sampaio, participou do 3º Encontro Nacional de Ouvidores Judiciais na Assembleia Legislativa do Ceará com o tema geral O Papel da Justiça Frente ao Dinamismo e Modernidade da Sociedade Brasileira”.

No evento, foram debatidos temas relevantes para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da Justiça, como: participação popular e transparência das relações, público interno, desafios e perspectivas, redes sociais, comunicação e marketing da ouvidoria, atendimento humanizado, combate à desinformação, pacificação do ambiente sociopolítico e ético, acessibilidade, compliance e adaptação às novas tecnologias e mídias, dentre outros.

O Encontro Nacional de Ouvidores entrou na sua terceira edição e foi uma oportunidade de buscar a uniformização de procedimentos e entendimentos, proporcionando uma gestão mais eficiente, colaborativa, transparente, bem como a participação, proteção, defesa e segurança dos direitos dos usuários da Justiça.

Eleições Inéditas para o Cargo de Ouvidor

O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - Amazonas e Roraima (TRT11) realizou, de forma inédita, eleição para o cargo de Ouvidor na mesma data em que foram eleitos os dirigentes do próximo biênio (2020/2022).

A novidade consta da Resolução Administrativa nº 71/2020, aprovada pelo Tribunal Pleno no dia 11 março deste ano, que dispõe sobre a criação da Ouvidoria do TRT11 como órgão autônomo.

Segundo o Regimento Interno da Ouvidoria do TRT11, aprovado pela RA 71/2020, o Ouvidor do TRT11 e respectivo suplente serão escolhidos mediante eleição pelo voto aberto dos membros do Tribunal Pleno para o mandato de dois anos, sendo vedada a reeleição.

Na análise da Corregedora e Ouvidora do TRT11, Desembargadora Ruth Barbosa Sampaio, a independência e a autonomia são dois dos pilares da Ouvidoria. Nesse contexto, as mudanças aprovadas pelo Tribunal Pleno possibilitarão o protagonismo do órgão. A Ouvidoria tem como objetivo primordial a satisfação dos cidadãos, a transparência do Poder Judiciário e viabilização da mediação da qualidade dos serviços prestados, em respeito aos princípios constitucionais da eficiência e da participação do usuário na administração pública. "Desse modo, sendo um órgão autônomo, passa a ter maior visibilidade no âmbito interno e externo, com grande importância estratégica e de gestão".

Webinar Sobre a Lei Geral de Proteção de Dados- LGPD Promovido pelo COLEOUV

O Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho realizou sua primeira conferência virtual, para discutir sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018), a LGPD. O evento aconteceu em 21/09/2020, das 17h às 19h, pela plataforma oficial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Cisco Webex. Na ocasião reuniram-se 81 participantes de 23 dos 24 regionais trabalhistas e do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A conferência contou com as exposições de dois palestrantes: Braúlio Gabriel Gusmão, Juiz do Trabalho do TRT da 9ª Região (PR) e Bruno Martins Mano Teixeira, Procurador do Trabalho da 12ª Região (SC).



ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Apresentação

A Assessoria de Comunicação Social (Ascom) do TRT da 11ª Região tem como missão institucional promover e mediar a comunicação entre o Tribunal e seus públicos internos e externos, auxiliando as unidades administrativas e judiciárias, na divulgação das atividades desempenhadas pela instituição, bem como de prestação de serviços aos jurisdicionados.

Entre suas atribuições da Ascom estão a redação e a publicação de notícias de interesse público no site do Tribunal; produção de releases, notas, comunicados e reportagens destinados aos veículos de comunicação; cobertura jornalística, fotográfica e audiovisual de eventos do Tribunal; atendimento à imprensa; desenvolvimento de campanhas publicitárias e/ou institucionais, diagramação e produção gráfica.

Confira a seguir alguns dos destaques da Comunicação Social durante o ano de 2020.

Campanhas institucionais

Durante o ano de 2020, a Assessoria de Comunicação Social do TRT11 desenvolveu diversas campanhas publicitárias e institucionais voltadas para o público interno e externo, com destaque para:

- Outubro Rosa - Conscientização para o controle do câncer de mama;
- Novembro Azul - Conscientização para a prevenção ao câncer de próstata;
- Não seja cúmplice - Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Servidor Legal - Campanha sobre o Código de Ética dos Servidores do TRT11;
- Dia das Mães - Heroínas da Quarentena;
- Dia dos Pais - Filho de Peixe, Peixinho é;
- TRT11 Solidário - Campanha de doação de alimentos e máscaras;
- Mulheres inspiradoras do TRT11 - Campanha em homenagem ao Dia da Mulher;
- Dia do Trabalho – Profissionais da linha de frente da pandemia;
- A Justiça do Trabalho Não Para;
- Carnaval de Olho Aberto – contra o trabalho infantil e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Cobertura de Eventos

A Ascom, num esforço integrado de todas as suas Seções, atua dando apoio aos eventos realizados pelo Tribunal, pela Escola Judicial e Cemej, sejam eles presenciais ou on-line, com a produção de notícias e comunicados, cobertura jornalística e fotográfica e a elaboração das peças de divulgação, que podem incluir banners, convites, certificados, cartazes e outros. A Assessoria também realiza o envio de sugestões de pauta para a imprensa e agendamento de entrevistas para Rádios, TVs e Jornais Impressos.

Em 2020, em razão da pandemia, a maior parte dos eventos foram realizados no formato virtual. Foram mais de 40 eventos e mil peças de comunicação produzidas pela Ascom.

Redes Sociais

O Tribunal ampliou a interatividade e o diálogo com a sociedade reforçando a presença nas redes sociais. Em 2020, consolidou sua presença na rede social Instagram. O canal de comunicação nas plataformas digitais se aliou ao Facebook, Twitter e YouTube na divulgação das ações do TRT11.

[instagram.com/trt11oficial](https://www.instagram.com/trt11oficial)

- Seguidores - 2.028
- Publicações – 2016

[youtube.com/trt11r](https://www.youtube.com/trt11r)

- Inscritos – 1.311
- Vídeos – 124
- Visualizações – 17.400

twitter.com/trt11oficial

- Seguidores – 1.129
- Tweets – 882
- Visualizações – 225.564

TRT11 na Mídia

A Ascom, por meio da Seção de Imprensa e Relações Públicas, realiza o contato com os veículos de mídia (jornais impressos, portais, TVs e Rádios), enviando as notícias produzidas pela Ascom como sugestão de pauta, os chamados releases. A Ascom também agenda e acompanha as entrevistas que são concedidas por magistrados e servidores aos veículos de mídia.

Balanço 2020:

- 172 releases enviados
- Mais de 50 entrevistas concedidas
- Mais de 1,5 mil inserções na mídia

Comunicação na pandemia

A Ascom vem atuando na divulgação das medidas e ações tomadas pelo Tribunal para a prevenção da Covid-19. Foi elaborado um Plano de Ação de Comunicação para a retomada das atividades presenciais do TRT11, com execução em andamento, e destaque para:

Produção de um E-Book sobre as fases da retomada gradual das atividades presenciais;

- Produção de um vídeo institucional que esclarece as fases de retomada;
- Redação e divulgação de notícias para o portal e para a imprensa, inclusive sobre decisões jurídicas envolvendo o assunto Covid-19;
- Produção de cards para as Redes Sociais;
- Produção de artes para cartazes, banners, faixas, totens e adesivos.

<http://esap.trt11.jus.br:80/gestao-esap/validade?v=5800776a-1d7e-4d2a-bf19-8f1bd42f18ef>

<http://esap.trt11.jus.br:80/gestao-esap/validade?v=b0b62d0a-db88-4c81-a7d5-7813ae73e580>



TRT-11ª REGIÃO

Amazonas e Roraima



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Resolução Administrativa nº 150/2021 foi publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho DEJT, Edição nº 3265/2021, de 13 de julho de 2021, Caderno Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, página.30 .

Manaus, 14 de julho de 2021

Assinado Eletronicamente
MARCILEA DO CARMO COELHO FIRBEDA